

BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPIRITO SANTO

RICHARD MISRACH
b. 1949, EUA
"Untitled", 2003
Chromogenic color print
182 x 206cm
Edição 3/5

© Richard Misrach, courtesy Fraenkel Gallery,
San Francisco, Marc Selwyn Fine Art, Los Angeles
and Pace/MacGill Gallery, New York

TRANQUILIDADE / T-VIDATM 07

RELATÓRIO E CONTAS



TRANQUILIDADE
GRUPO ESPIRITO SANTO



VIDA



TRANQUILIDADE / T-VIDA'07

RELATÓRIO E CONTAS

Fundada em 1871, a Companhia de Seguros Tranquilidade há muito que ocupa um lugar de relevo na economia portuguesa. Com um volume de prémios, em 2007, de 361,9 milhões de euros e uma quota de mercado de 8,3%, a Tranquilidade assenta a sua estratégia na qualidade, inovação e orientação para o cliente.

A T-Vida, Companhia de Seguros foi constituída em 2006, na sequência da reorganização da actividade seguradora do Grupo Espírito Santo, na qual a Companhia de Seguros Tranquilidade reforça o seu papel de especialista em protecção financeira e retoma a exploração directa do ramo Vida. A T-Vida ficou com a carteira de seguros não bancário da antiga Tranquilidade-Vida e desenvolve o seu negócio através dos pontos de venda e rede de mediadores da Tranquilidade. Em 2007, o volume de negócios atingiu 78 milhões de euros, mais 13% do que no ano anterior.

Presente em todos os segmentos de mercado, com uma oferta completa e especializada para particulares, micro e pequenas empresas e médias e grandes empresas, e com uma distribuição multi-canal, a Tranquilidade assume-se como especialista em protecção. A sua integração num grande grupo financeiro – o Grupo Espírito Santo – permite-lhe beneficiar de importantes sinergias e de disponibilizar uma oferta global aos seus clientes.

690.000 clientes confiam na Tranquilidade para proteger os seus bens e assegurar o seu futuro. 813 colaboradores estão fortemente empenhados em prestar um serviço de qualidade. 49 delegações próprias, uma rede de lojas em regime de franchising, em expansão, e uma vasta rede de corretores e mediadores em todo o país garantem profissionalismo, proximidade e rapidez. Um centro de atendimento telefónico, com horário alargado e serviço personalizado, e um site na internet, com diversas funcionalidades, oferecem conveniência e comodidade.

137 anos de história demonstram um percurso de experiência e competência e, sobretudo, uma base de sabedoria e acção para o futuro, que permite à Tranquilidade garantir o essencial: a tranquilidade dos seus clientes.



TRANQUILIDADE / T-VIDA⁰⁷

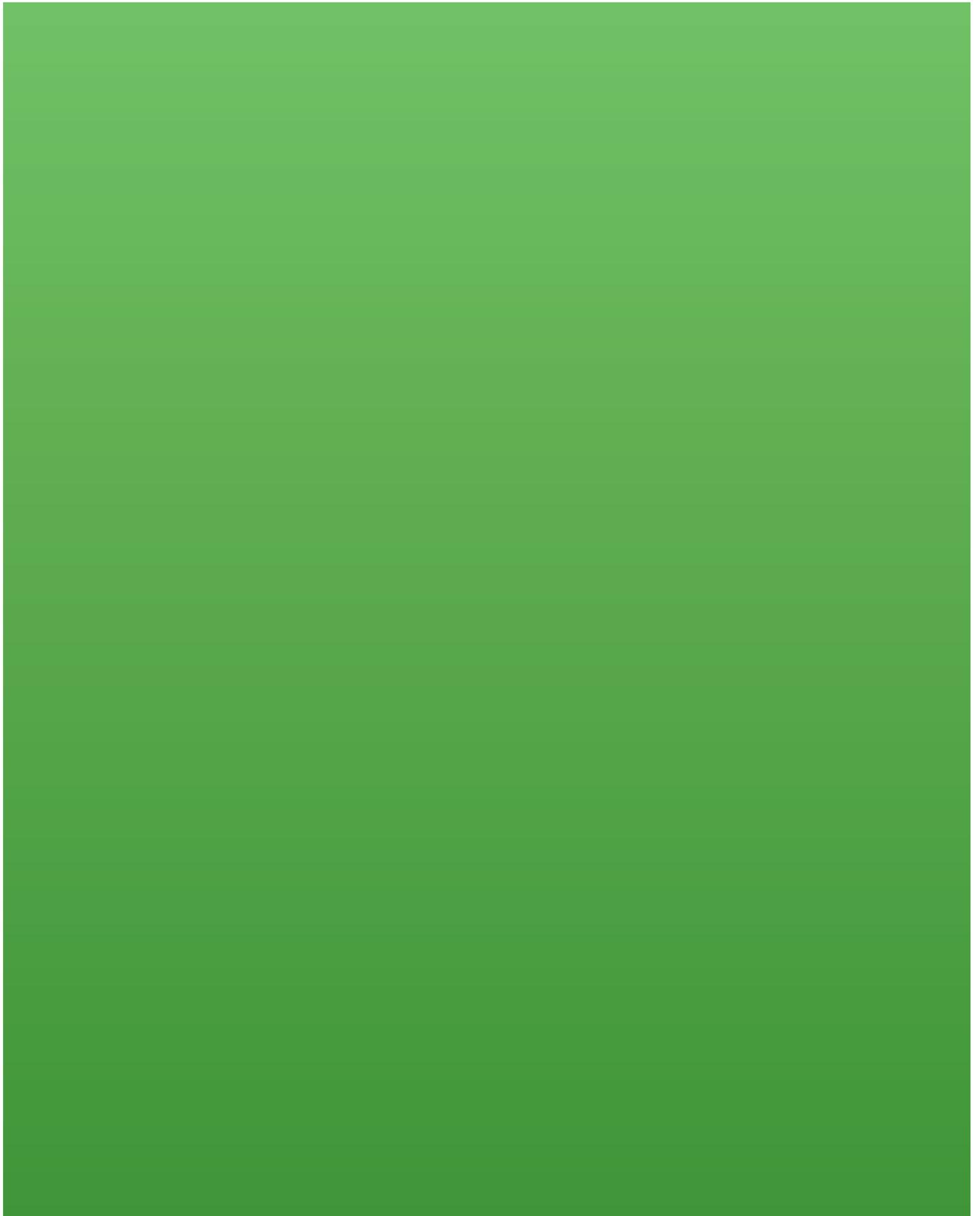
RELATÓRIO E CONTAS

01 // COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE

01	Órgãos Sociais	09
02	Relatório do Conselho de Administração	13
03	Demonstrações Financeiras	25
	Anexo às Demonstrações Financeiras	31
	Imóveis	54
	Certificação Legal das Contas	57
	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	58
04	Quadros Directivos	61
05	Rede de Delegações	67
06	Relatório e Contas Consolidadas	74
	Relatório do Conselho de Administração	74
	Demonstrações Financeiras Consolidadas	84
	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	88
	Relatório dos Auditores	137

02 // T-VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS

01	Órgãos Sociais	141
02	Relatório do Conselho de Administração	145
03	Demonstrações Financeiras	155
	Anexo às Demonstrações Financeiras	174
	Certificação Legal das Contas	177
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	178



TRANQUILIDADE'07
RELATÓRIO E CONTAS



// 01

ÓRGÃOS SOCIAIS



BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

AXEL HÜTTE
b. 1951, Alemanha
"Djupavatnet, Diptychoc,
Norway" 2000 (Díptico)
C-print, mounted on
acrylicglass (diasec)
187 x 147cm
Ed. 3/4

Cortesia Galeria Mário Sequeira



TRANQUILIDADE"07

01

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente Luís Frederico Redondo Lopes

Secretário Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

Conselho de Administração

Presidente: Rui Manuel Leão Martinho

Vogais: Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Eduardo Antunes Stock

João Carlos Neves Ribeiro *

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Miguel Luís Kolback da Veiga

António José Baptista do Souto

Manrico Iachia

António Manuel Rodrigues Marques

Comissão Executiva

Presidente: Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

João Carlos Neves Ribeiro

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Eduardo Antunes Stock

Conselho Fiscal

Presidente: José Manuel Ruivo da Pena

Vogais: Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

Vogal

Suplente: José Ramos Teles de Matos

R.O.C.: José Manuel Macedo Pereira

R.O.C.

Suplente: KPMG & Associados

* Renunciou ao mandato em 31.01.2008.

Comissão Executiva



Peter Brito e Cunha

Tomé Pedroso

Miguel Rio-Tinto

Miguel Moreno

Eduardo Stock



// 02

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

EMANUEL BRÁS
b. 1967, Portugal
"#27 lugares de afecção",
2005,
Prova lambda
colada em acrílico,
80x80 cm (imagem),
Ed. de 2/5

Cortesia do Artista



TRANQUILIDADE"07

02

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Ex^{as} o Relatório de Gestão e as Contas da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, respeitantes ao exercício de 2007.

2.1 // Enquadramento Macroeconómico

2.1.1 // Situação Económica Internacional

O ano de 2007 foi marcado, ao nível da actividade económica e dos mercados financeiros, pelos efeitos da crise do crédito hipotecário *subprime* nos Estados Unidos. A partir do final de Julho, o ajustamento no mercado da habitação e o aumento dos rácios de crédito vencido na economia americana resultaram numa desvalorização significativa do crédito titulado de alto risco. A incerteza quanto à sua dispersão e quanto à dimensão das perdas a suportar pelo sistema financeiro levou, por sua vez, a uma forte deterioração dos níveis de confiança dos investidores. Na Zona Euro, a Euribor a 3 meses subiu de 3,725% para um máximo de 4,953% (observado em meados de Dezembro), caindo depois para 4,684%, após fortes injeções de liquidez no mercado monetário por parte do BCE. A *yield* dos títulos da dívida pública a 10 anos desceu de um máximo anual de 4,677% (em Julho) para 4,307% e os *spreads* dos *credit default swaps* alargaram-se em cerca de 50 pontos base, reflectindo o aumento da incerteza e a menor disponibilidade de crédito.

Em consequência de um ambiente monetário e financeiro mais restritivo, observou-se, nos últimos meses do ano, uma desaceleração da actividade nas principais economias desenvolvidas, levando o respectivo crescimento anual a descer de 3% para 2,6%. Este facto não evitou que, no seu conjunto, a economia mundial registasse mais um ano de crescimento acentuado, que se estima em torno de 4,9% (5,0% em 2006). Para este registo contribuiu decisivamente o desempenho favorável das economias emergentes e em desenvolvimento, com uma variação do PIB de 7,8% (7,7% em 2006).

A conjuntura económica caracterizou-se ainda, em 2007, por uma subida significativa do preço do petróleo, reflectindo um desequilíbrio entre os crescimentos da oferta e da procura. Os efeitos deste desequilíbrio foram ampliados por um aumento dos riscos geopolíticos, pela depreciação do USD e por uma procura crescente de natureza especulativa. Foram igualmente visíveis subidas significativas dos preços das matérias-primas não energéticas, com destaque para as *commodities* alimentares. As subidas dos preços das *commodities* aumentaram as preocupações com a inflação, penalizando o desempenho dos mercados accionistas.

A Zona Euro registou, em 2007, um crescimento do PIB de 2,6%, em ligeira desaceleração face ao registo de 2,8% observado em 2006, mas acima do potencial pelo segundo ano consecutivo. Este desempenho favorável é explicado, sobretudo, pelos fortes crescimentos das exportações de bens e serviços (6,0% no conjunto de 2007) e da formação bruta de capital fixo (4,8%), particularmente visíveis nos primeiros três trimestres. A actividade económica da Zona Euro e, em particular, as exportações e o investimento, continuaram a beneficiar, nesse período, de uma procura externa forte (destacando-se a oriunda da Ásia Emergente e do Médio Oriente, com um peso crescente), bem como da situação equilibrada dos balanços das empresas do sector não financeiro. Esta evolução traduziu-se numa descida da taxa de desemprego, de 8,2% para 7,3% da população activa e, conseqüentemente, numa aceleração do rendimento disponível das famílias (com um crescimento de 2,0%, após um registo de 1,1% no ano anterior). No entanto, o crescimento do consumo privado manteve-se moderado, desacelerando de 1,9% para 1,6%.

A economia da Zona Euro não ficou imune aos efeitos da crise do crédito *subprime*. As perturbações nos mercados monetário e (sobretudo) do crédito contribuíram para uma deterioração dos principais indicadores de confiança empresarial na segunda metade do ano e, em conjunto com um arrefecimento da actividade externa, determinaram uma desaceleração mais visível do crescimento do PIB no último trimestre (de 0,8% para 0,4%, em termos trimestrais). A queda dos índices de confiança empresarial pode também ser atribuída à apreciação do euro e ao seu potencial impacto negativo sobre os sectores exportadores. No conjunto de 2007, o euro apreciou-se perto de 11,0% face ao dólar, para EUR/USD 1.4583, com parte substancial desta valorização a ocorrer no 2º semestre.

O ano de 2007 confirmou o papel decisivo das economias emergentes e em desenvolvimento como motores de crescimento da economia mundial. Em geral, estas economias beneficiaram de uma exposição directa pouco significativa ao crédito *subprime*, de uma conjuntura extremamente favorável nos mercados das *commodities*, de um bom desempenho da procura interna (associado a uma tendência de aumento do rendimento *per capita*) e, finalmente, de uma situação macroeconómica equilibrada.

2.1.2 // Situação Económica Nacional

A economia portuguesa prosseguiu, em 2007, a tendência de recuperação gradual observada nos últimos anos, tendo o crescimento do PIB subido de 1,3% para 1,9%. Embora em desaceleração face a 2006, as exportações mantiveram um forte dinamismo, com uma variação de 7,1%, mas a aceleração do PIB fica, no entanto, a dever-se a um maior contributo da procura interna para o crescimento, em particular, a formação bruta de capi-

tal fixo (FBCF) que cresceu 3,2% em termos reais, após dois anos de quedas (-1,5% e -0,8% em 2005 e 2006, respectivamente). Este registo esteve associado a uma recuperação do investimento das empresas, que terá crescido ligeiramente acima de 4%, em linha com a evolução favorável dos respectivos indicadores de confiança ao longo do ano.

O consumo privado cresceu 1,5% (0,4 pontos percentuais acima do registo de 2006), mas este agregado mostrou um perfil de abrandamento ao longo do ano, consistente com a deterioração dos indicadores de confiança das famílias, como resultado da subida das taxas de juro num contexto de endividamento elevado. Por outro lado, a taxa de desemprego subiu, em termos médios anuais, de 7,7% para 8% da população activa. Neste contexto, a taxa de poupança dos particulares terá caído de 7,8% para 7,6% do rendimento disponível. O sentimento das famílias terá sido também penalizado pelos aumentos dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares, que contribuíram para uma taxa de inflação média anual de 2,5%.

A política orçamental assumiu, em 2007, uma natureza restritiva, a qual determinou a redução do défice das Administrações Públicas de 3,9% para 2,5% do PIB, antecipando em um ano o objectivo fixado no Programa de Estabilidade e Crescimento (de um défice inferior a 3,0% do PIB). Ao mesmo tempo, o forte crescimento das exportações e a desaceleração das importações contribuíram para uma redução do défice conjunto das balanças corrente e de capital, de 8,6% para cerca de 8,2% do PIB.

O índice PSI-20 registou uma valorização de 16,3% no conjunto do ano. Mas, em linha com o perfil de evolução dos mercados accionistas europeus, o seu desempenho foi mais moderado no 4º trimestre, com uma variação de 8,3%.

2.1.3 // Mercado Segurador

O ano de 2007 foi caracterizado por uma intensa actividade político-legislativa relacionada com a actividade seguradora, de onde se destaca a publicação da nova Lei de Bases da Segurança Social e legislação daí resultante, diplomas relativos ao Seguro Automóvel (transposição da 5ª Directiva comunitária) e o normativo que adopta um novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (IAS/IFRS).

Estas alterações legislativas interferem com os modelos organizacionais existentes nas seguradoras (sistemas, processos, recursos humanos), reque-rendo um esforço acrescido em termos de investimento que, juntamente com um crescente aumento da concorrência no sector e com a lenta recuperação da actividade económica em Portugal, se reflecte na contenção da produção seguradora, principalmente na actividade Não Vida.

O Mercado Segurador em 2007, no que concerne à produção de seguro directo, evidenciou um comportamento positivo, mas o seu crescimento

foi conseguido através dos produtos Vida, já que o mercado Não Vida se manteve praticamente ao nível do ano anterior.

Com efeito, o total de prémios no valor de 13 749 milhões de euros foi superior ao obtido no ano anterior em 4,8%, sendo que os ramos Vida cresceram 6,9% e os Não Vida apenas 0,4%, relativamente a 2006. O peso da actividade seguradora no PIB passou de 8,51% em 2006 para 8,54% em 2007.

O volume dos prémios Não Vida, no montante de 4.380 milhões de euros, cresceu 0,4% em relação a 2006 e representa 32% do total dos prémios emitidos no sector segurador (33% em 2006) e 2,72% do PIB (2,83% em 2006). A estagnação dos prémios Não Vida reflecte a forte concorrência existente no mercado, principalmente nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, cujos prémios são inferiores aos obtidos no ano anterior (-3,0% e -1,6%, respectivamente), reflexo também da redução do prémio médio Automóvel (próxima dos 5,0%) e de ajustamentos tarifários. Por outro lado, os seguros de Saúde apresentaram novamente uma evolução bastante positiva (+7,8%), indicador de uma importância crescente deste tipo de produtos na sociedade portuguesa. De um modo geral, os restantes ramos Não Vida obtiveram variações positivas, com destaque para Multirriscos (+5,1%), Responsabilidade Civil (+11,0%) e Transportes (+5,8%).

Os Custos com Sinistros Não Vida, até ao 3º trimestre de 2007, apresentavam uma variação ligeiramente positiva, de 0,6%, com destaque para o decréscimo em Automóvel e em Incêndio e outros danos e crescimento em Acidentes de Trabalho e Doença. A taxa de sinistralidade Não Vida agravou-se 0,6 p.p., em relação ao período homólogo de 2006.

O mercado Vida, com uma produção de 9 369 milhões de euros apresentou uma taxa de variação homóloga de +6,9% e foi o grande impulsionador do mercado dos seguros em 2007. Representa 68% do total de prémios e 5,82% do PIB (5,68% no ano anterior). Destaque para o crescimento de mais de 30% dos prémios dos Produtos de Capitalização não ligados a fundos de investimento. As Operações de Capitalização ligadas a fundos de investimento apresentaram um desempenho muito positivo, com um crescimento de 25,3% no volume das suas contribuições. Por outro lado, as contribuições para PPR's, após vários anos de crescimento, decresceram 13,4% em 2007, fruto da conjuntura económica que se reflectiu na diminuição da taxa de poupança das famílias.

2.2 // Factos Relevantes em 2007

Dando sequência ao Plano de Acção Estratégico do triénio 2005-2007, designado por Programa Turbo, a Tranquilidade desenvolveu em 2007 o modelo de negócio directo, tendo lançado já no início de 2008 a seguradora directa LOGO, SA., que opera exclusivamente pelos canais telefónico e internet, e dedica-se nesta sua fase inicial, ao ramo automóvel.

Após a reestruturação do grupo e o lançamento do modelo de negócio directo, a Tranquilidade mantém o *rating* "A-", definido pela *Fitch Ratings*, em sequência à última avaliação em 11.12.2007.

Desde 2006, o mercado de seguros Não-Vida foi fortemente influenciado pelo abrandamento do crescimento económico e pela introdução da nova Lei das Cobranças. A conjugação destes dois factores levou a um forte aumento da competitividade e a uma elevada rotação de clientes.

Face a este enquadramento de mercado, a Tranquilidade desenvolveu um esforço de retenção de clientes, reduzindo, em termos médios, o prémio por cliente e abdicando de alguns grandes negócios em que a pressão concorrencial retirava a sua margem de lucro.

Em 2007 a Tranquilidade reforçou a sua orientação para a segmentação e clientes, criando estruturas dedicadas para médias empresas e *private*.

Desenvolveu-se também a área de canais para uma maior proximidade e serviço ao cliente, onde em termos de distribuição física, efectuaram-se investimentos em novos conceitos de distribuição, como as lojas urbanas e os postos avançados em parceria com o Banco Espírito Santo e a replanificação da rede de delegações face aos concelhos considerados prioritários.

Adicionalmente, a Tranquilidade investiu em novos conceitos de distribuição conceptual, suportados na actual base de clientes, com modelos de vendas inovadores como o *Cross Segment*.

Dentro do tema canais remotos, a Tranquilidade desenvolveu o conceito do Directo T, linha telefónica vocacionada para o suporte, quer à rede de agentes, através do conceito *Grossista*, onde se efectua o acompanhamento remoto de agentes não assistidos de alto potencial, quer a clientes, através do conceito *Retailista*, onde se efectua o acompanhamento de clientes sem agente de alto e médio valor, assegurando numa primeira fase o programa de Retenção.

Na área de sinistros, a Companhia deu sequência ao programa de revisão contínua de processos, que permite aumentar a eficiência e a eficácia da gestão de sinistros e procedeu em termos de *back-office* de operações, às adaptações necessárias para responder às novas regras de regularização de sinistros corporais, de acordo com a transposição da 5ª Directiva.

Na sequência da alteração da imagem corporativa, em 2007 a Tranquilidade deu início ao processo de renovação de imagem da sua oferta, associada ao renovar de produtos e opções disponíveis, encetando essa transformação pela oferta dirigida ao segmento particular.

Como resultado, a Companhia acabou o ano de 2007 com uma quota de mercado de 8,3%, apresentando um crescimento de 0,2% para 361 974 milhares de euros de receita.

2.3 // Principais Variáveis e Indicadores de Actividade

milhares de euros

	2007	2006	Var 07/06
Balço			
Investimentos	711 657	753 735	-5,6
Activo Líquido	915 013	954 688	-4,2
Capital Próprio	199 033	238 642	-16,6
Provisão p/Prémios Não Adquiridos (SD+RA)	94 773	94 693	0,1
Provisão para Sinistros (SD+RA)	520 628	495 513	5,1
Provisão para Sinistros, Líquida de Resseguro	485 955	459 672	5,7
Provisões Técnicas (SD+RA)	626 944	598 325	4,8
Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Directo	361 974	361 297	0,2
Prémios Emitidos, líquidos de Resseguro	314 255	308 927	1,7
Custos com Sinistros (SD+RA)	229 139	224 652	2,0
Custos com Sinistros, líquidos de Resseguro	217 805	213 923	1,8
Custos de Exploração Líquidos	102 877	95 854	7,3
Rendimentos	32 069	25 045	28,0
Resultado antes de Impostos	25 579	197 743	-87,1
Resultado Líquido	23 474	157 228	-85,1
Resultado Líquido "pro-forma" *	23 474	22 840	2,8
Indicadores			
Prémios Brutos Emitidos / Nº de Empregados	445,2	412,4	8,0
Taxa de Sinistralidade de Seguro Directo	63,5%	62,0%	+1,5 p.p.
Taxa de Sinistralidade líquida de Resseguro	69,3%	69,2%	+0,1 p.p.
Resultado Líquido "pro-forma" / Prémios Brutos Emitidos	6,5%	6,3%	+0,2 p.p.
Rácio Combinado líquido de Resseguro	102,9%	99,9%	+3,0 p.p.
Rácio de Solvência	276,0%	292,0%	-16,0 p.p.

* Resultado Líquido "pro-forma" 2006 = excluindo a mais valia da participação detida na Tranquilidade-Vida, a não existência de prejuízos fiscais em 2006 e a provisão para reestruturação constituída no ano anterior.

2.4 // A Actividade da Tranquilidade

2.4.1 // Prémios de Seguro Directo

Os prémios de seguro directo totalizaram 361 974 milhares de euros, apresentando uma taxa de variação homóloga de +0,2%, destacando-se num mercado segurador Não Vida cujos prémios permaneceram praticamente ao nível do ano anterior, onde as maiores seguradoras registaram variações homólogas negativas. O abrandamento da economia e uma maior

agressividade concorrencial, sobretudo nas tarifas de seguro automóvel, condicionaram a evolução do mercado segurador em 2007.

No entanto, a Tranquilidade apresentou taxas de variação homólogas positivas nos grupos Acidentes e Doença (+0,4%) Transportes (+3,5%) e Responsabilidade Civil (+17,0%). Destaque para a variação de +3,4% em Acidentes de Trabalho, que compara com uma variação de -1,6% no mercado segurador, e +21,6% em Saúde, cujo mercado cresceu apenas 7,8%.

Por outro lado, há a registar a diminuição na produção do grupo Incêndio e Outros Danos de -1,4%, embora o ramo Multirrisco tenha apresentado um crescimento de 1,8% em relação ao ano anterior. Também os prémios do ramo Automóvel decresceram em 2007, -0,2%, apesar desta evolução mantivemo-nos *overweight* face ao mercado, cuja variação foi de -3,0%.

milhares de euros

Prémios de Seguro Directo*	2007	%	2006	%	Var 07/06
Acidentes e Doença	103 313	28,5	102 890	28,5	0,4
Incêndio e Outros Danos	56 388	15,6	57 206	15,8	-1,4
Automóvel	171 792	47,5	172 105	47,6	-0,2
Transportes	8 761	2,4	8 464	2,3	3,5
Responsabilidade Civil	10 058	2,8	8 593	2,4	17,0
Diversos	11 662	3,2	12 039	3,3	-3,1
TOTAL	361 974	100,0	361 297	100,0	0,2

* Inclui Sucursal em Espanha

A Tranquilidade manteve a quota de mercado em 8,3%, sendo uma das duas únicas companhias entre as seis maiores seguradoras nacionais, cujos prémios aumentaram em 2007 e não perderam quota de mercado. A Tranquilidade conseguiu ainda crescer em segmentos estratégicos, como Acidentes de Trabalho, cuja quota de mercado subiu 0,4 p.p para 8,2% e Saúde onde detém 5,5% do mercado, +0,6 p.p que no ano anterior. Em Automóvel, apesar do decréscimo dos prémios, a quota de mercado cresceu 0,2 p.p situando-se em 8,8%.

2.4.2 // Custos com Sinistros de Seguro Directo

Os custos com sinistros de seguro directo alcançaram os 229 125 milhares de euros, aumentando cerca de 4 478 milhares de euros, ou seja, +2,0% em relação a 2006.

As variações mais significativas foram as registadas em Automóvel (+6 648 milhares de euros) e em Responsabilidade Civil (+2 441 milhares de euros). Nos grupos Incêndio e Outros Danos e Transportes os custos com sinistros são inferiores aos do ano anterior (-4 197 milhares de euros e 1 461 milhares de euros, respectivamente).

milhares de euros

Custos com Sinistros de Seguro Directo*	2007	2006	Var 07/06
Acidentes e Doença	66 685	66 561	0,2
Incêndio e Outros Danos	21 727	25 924	-16,2
Automóvel	130 885	124 237	5,4
Transportes	5 046	6 507	-22,5
Responsabilidade Civil	3 655	1 214	201,1
Diversos	1 127	204	452,5
TOTAL	229 125	224 647	2,0

* Inclui Sucursal em Espanha

O rácio de custos com sinistros/prémios brutos adquiridos manteve-se estável, embora tenha aumentado de 62,0% para 63,5%, sobretudo devido ao aumento do rácio em Automóvel, que passou de 71,7% para 75,4% em 2007. Por outro lado, em Acidentes de Trabalho o rácio diminuiu de 74,6% para 69,6%.

(%)

Custos com Sinistros / Prémios Brutos Adquiridos*	2007	2006
Acidentes e Doença	65,3	64,5
Incêndio e Outros Danos	38,9	45,7
Automóvel	75,4	71,7
Transportes	57,2	78,2
Responsabilidade Civil	39,0	14,1
Diversos	10,0	1,7
TOTAL	63,5	62,0

* Inclui Sucursal em Espanha

2.4.3 // Provisões Técnicas

As provisões técnicas aumentaram 28 619 milhares de euros, com destaque para a Provisão para Sinistros que teve um incremento de 25 115 milhares de euros.

milhares de euros

Provisões Técnicas (Seguro Directo + Resseguro Aceite)*	2007	2006	Var 07/06
Provisão para Prémios Não Adquiridos	94 773	94 693	0,1
Provisão para Sinistros	520 628	495 513	5,1
Acidentes de Trabalho	171 779	163 270	5,2
Outros Ramos	348 849	332 243	5,0
Outras Provisões Técnicas	11 543	8 119	42,2
TOTAL	626 944	598 325	4,8

* Inclui Sucursal em Espanha

2.4.4 // Resseguro Cedido

O Saldo de Resseguro Cedido foi mais favorável em 2007 comparativamente a 2006, em 332 milhares de euros.

A quebra no volume de prémios cedidos reflectiu a diminuição em linhas de negócio estratégicas com grande componente de resseguro (acidentes pessoais).

milhares de euros

Resseguro Cedido*	2007	2006	Var 07/06
Prémios	48 125	52 454	-8,3
Comissões	- 10 692	- 14 906	-28,3
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	- 12 072	- 11 855	1,8
RESULTADO	25 361	25 693	-1,3

* Inclui Sucursal em Espanha

A actividade de Resseguro Aceite apresentou em 2007 um Saldo positivo de 339 milhares de euros.

2.4.5 // Prémios em Cobrança

A relação Recibos por Cobrar / Prémios cresceu 1,3 p.p. em relação a 2006, tendo-se situado em 12,9% em 2007. A Provisão para Recibos por Cobrar representa, em 2007, 14,1% dos Prémios contra 17,9% em 2006.

milhares de euros

Recibos por Cobrar a sua Provisão*	2007	2006	Var 07/06
A - Prémios	361 974	361 297	0,2
B - Recibos por Cobrar	46 762	41 773	11,9
C - Provisão para Recibos por Cobrar	6 582	7 472	-11,9
Relação B/A (%)	12,9	11,6	
Relação C/B (%)	14,1	17,9	

* Inclui Sucursal em Espanha

2.4.6 // Quadro de Pessoal

Durante o exercício de 2007 foram admitidos no quadro efectivo 29 novos colaboradores e verificaram-se 92 saídas, das quais 37 por passagem às situações de pré-reforma e de reforma.

Em consequência destes movimentos, o quadro efectivo diminuiu 7,2%. A nível de produtividade, o valor de prémios de seguro directo por colaborador do quadro efectivo aumentou 8,0% atingindo 445 233 euros.

	2007	2006	Var 07/06
Admissões	29	51	-43,1
Saídas	92	30	206,7
das quais Pré-Reforma ou Reforma	37	7	428,6
Total Quadro Efectivo	813	876	-7,2
Prémios / nº Efectivos	445 233	412 440	8,0

2.4.7 // Investimentos

Enquadramento

O ano de 2007 foi pautado por uma deterioração significativa dos mercados financeiros na segunda metade do ano. Apesar do crescimento económico global ter continuado a registar níveis elevados, com um crescimento acima do potencial nas principais economias e um desempenho notável dos mercados emergentes, a crise do mercado hipotecário nos EUA despoletou um aumento da incerteza nos mercados e originou uma crise de liquidez e desconfiança. Esta crise contagiou o mercado de crédito e o mercado monetário, com um alargamento significativo dos *spreads*, sendo o sector financeiro particularmente afectado, e levou a que os bancos centrais tivessem de intervir através de operações avultadas de injeção de liquidez. A Reserva Federal Norte-americana procedeu mesmo a cortes nas respectivas taxas directoras, com a justificação da deterioração das condições financeiras.

Registou-se ainda um aumento significativo da volatilidade nos mercados na segunda metade do ano. Não obstante isto, os mercados accionistas na generalidade registaram uma performance positiva, atingidos novos máximos históricos. Ainda se destacam a forte desvalorização da divisa norte-americana, e performance assinalável das *commodities*.

Política Financeira

Em termos das linhas gerais da política financeira em 2007, estas traduziram-se na diversificação do portfolio e na entrada de novas entidades gestoras, procurando manter uma política de investimentos prudente, diversificada e geradora de rentabilidades acrescida. O grosso de investimentos continuou alocado a dívida *corporate* de taxa variável, com risco de crédito estável.

Relativamente à gestão da carteira de obrigações, foi privilegiada a manutenção do *rating* médio do portfolio em A2 / A e a manutenção do mesmo nível de rentabilidade de investimentos. Dada a deterioração dos mercados de crédito, a partir de meados do ano, procurou-se proteger o portfolio e seguiu-se uma política de desinvestimentos em títulos de dívida estruturada com risco relativamente elevado, além da alienação de títulos em USD e no sector financeiro.

No seguimento da alienação destas posições, a carteira atingiu níveis de liquidez relativamente elevados, o que se julgou ser uma postura defensiva adequada às condições de mercado existentes no final do ano.

A nível do mercado accionista, a exposição a este segmento foi sendo aumentada ao longo do ano, o que permitiu tirar partido de rentabilidades elevadas. Além de procurar seguir os índices globais, foi efectuada uma especialização nos mercados ibéricos, que registaram uma performance assinalável.

Foram ainda subscritos fundos de investimento junto de novas entidades gestoras, no intuito de procurar uma diversificação do risco e a obtenção de retornos superiores.

Levou-se a cabo uma diversificação de investimentos, embora de pequena dimensão na área de *private equity*, fundos de infraestruturas e energias, e de imobiliário, que se consideram áreas específicas com enorme potencial de valorização. A totalidade destes investimentos ascendeu a 866 milhares de euros na carteira de investimentos.

A rentabilidade dos activos médios situou-se nos 5,26%, o que compara favoravelmente com os 4,62% em 2006.

euros				
Investimentos em Carteira*	2007	%	2006	%
Títulos	428 335 470	57,0	542 879 227	67,7
Imóveis	131 459 419	17,5	144 389 182	18,0
Empréstimos	71 230 278	9,5	66 458 320	8,3
Depósitos **	119 960 597	16,0	48 222 660	6,0
TOTAL	750 985 764	100,0	801 949 389	100,0

* Inclui Sucursal em Espanha
** Inclui Depósitos à Ordem

2.4.8 // Capitais Próprios

Os Capitais Próprios atingiram os 199 033 milhares de euros no final de 2007, o que significa uma diminuição na ordem dos 39 609 milhares de euros em relação a 2006, devido ao pagamento de dividendos aos accionistas, na sequência da venda da Tranquilidade Vida em 2006.

O rácio de solvabilidade passou para 274,2% contra 292,0% registado em 2006. (Para esta evolução desfavorável contribuiu a desvalorização do valor de mercado das obrigações, que registou uma variação negativa de 11,1 milhões de euros).

A degradação verificada no rácio de solvência, ficou a dever-se principalmente à perda de valor por parte dos activos em carteira, proveniente dos títulos de dívida que viram o seu valor reduzido pelo alargamento de *spreads* de crédito. Esta perda potencial é totalmente ajustada na margem

de solvência da Companhia e deixa de impactar à medida que as diversas emissões da dívida são reembolsadas.

2.4.9 // Controlo Interno

Os sistemas de gestão de risco e controlo interno são mecanismos de governação considerados como factores-chave no desenvolvimento de um sistema de solvência apropriado ao negócio segurador. Neste contexto, a Tranquilidade desenvolveu procedimentos internos definindo o enquadramento geral e estabelecendo os princípios orientadores da gestão de risco.

Os principais objectivos da Tranquilidade inerentes à gestão das diferentes classes de risco em que a Companhia incorre são os seguintes:

- Identificação, quantificação, avaliação, priorização, gestão, monitorização e tratamento de todos os riscos com impacto para a Companhia, de uma forma consistente e efectiva ao longo de toda a organização;
- Utilização de ferramentas de gestão de risco apropriadas (incluindo indicadores de risco, bases de dados de perdas, *risk register* e *stress/scenario testing*), suporte à gestão do risco, nomeadamente ao *reporting*, tomada de decisões e avaliação de capital;
- Gestão do risco por todos os colaboradores, aos diferentes níveis, em linha com as funções e responsabilidades definidas pela presente política de gestão de risco;
- Conformidade com a legislação em vigor para o sector, requisitos regulamentares, *standards* e código de conduta;
- Garantia, por parte das diferentes Unidades da estrutura organizativa, de que as mesmas efectuem a gestão dos principais riscos que afectam o negócio.

A política de risco tem como principais componentes:

- As definições de risco e respectiva categorização;
- Os princípios chave para que a tomada de decisão seja baseada na gestão do risco;
- O modelo de governo da estrutura do risco, que engloba:
 - As funções e responsabilidades dos Comités existentes, Unidades Operacionais e restantes áreas que lidam com o risco;
 - A política do risco;
 - As respectivas funções de suporte.

A conformidade com os *standards* definidos na política de risco é da responsabilidade das chefias dos diferentes níveis/áreas ao longo da Companhia, devendo estes assegurar:

- A gestão e controlo contínuo dos diferentes tipos de risco, de acordo com os princípios de boas práticas;
- A conformidade com a legislação em vigor, requisitos regulamentares e os códigos de conduta adequados.

A Estrutura Organizacional implementada, que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno da Companhia, assenta no modelo das 3 linhas de defesa:

- A 1ª linha de defesa é representada pelas Unidades Operacionais da Tranquilidade, que são as áreas responsáveis pela operacionalização da gestão de risco e respectivos controlos;
- A 2ª linha de defesa tem uma função de supervisão, sendo representada pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno (Gabinete de Sistema de Controlo Interno, Gabinete de Modelação e Gestão de Risco e Gabinete de *Compliance*) e pelo Comité de Gestão de Risco Global, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas e políticas, e a monitorização do Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno;
- À 3ª linha de defesa cabe uma função de auditoria independente, executada pela Direcção de Auditoria Interna e pelo Comité de Auditoria Interna, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

Os principais projectos desenvolvidos em 2007 foram:

- Participação activa no QIS 3 (terceiro estudo de impacto quantitativo) no âmbito do Solvência II, primeiro pilar;
- Estabelecimento de princípios, políticas e procedimentos no âmbito da prevenção e detecção de branqueamento de capitais definidos e criação de um normativo interno; foi definido um plano de formação, utilizando recursos internos e externos, que abrangem, numa primeira fase, colaboradores da Tranquilidade e da T-Vida e numa segunda fase direccionada para os mediadores.
- Com vista a criar as bases para um desenvolvimento mais abrangente, que desse resposta aos requisitos do Solvência II, foi estabelecido um projecto em matéria de Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno;

- Este projecto encontra-se na sua fase final e um dos documentos finais consistirá no desenvolvimento de um plano de implementação.

2.4.10 // Resultados

Os resultados do exercício atingiram 23 474 224,40 euros em 2007. Comparativamente ao período homólogo, cujo resultado se cifrou em 22 840 milhares de euros (excluindo a mais valia da participação detida na Tranquilidade-Vida, a não existência de prejuízos fiscais em 2006 e a provisão para reestruturação constituída no ano anterior), o resultado de 2007 é superior, em termos comparativos normalizados, em 2,8% ao de 2006.

Para o referido valor de 23 474 224,40 euros propomos a seguinte aplicação:

- a) 10% do resultado do exercício no montante de 2 347 422,44 euros para Reserva Legal;
- b) 18 000 000,00 euros para distribuição de dividendos;
- c) O remanescente à disposição da Assembleia Geral para os efeitos e nos termos previstos na alínea b) do nº1 do artº 31 do Contrato de Sociedade.

2.4.11 // Objectivos Estratégicos

Nos últimos três anos, a Tranquilidade focalizou-se na infra-estruturação e consolidação do seu modelo organizacional e comercial, corporizado no plano estratégico do triénio – Programa Turbo - colmatado no final de 2007 com a reestruturação completa dos recursos e actuação comercial no terreno, através, de um vasto e transversal conjunto de medidas e num forte e claro investimento.

Enquanto plano estratégico do triénio 2008-2010, desenvolvido sob o conceito de alta competição na modalidade Triatlo, o Programa que herda essa designação, Triatlo, aglutina um conjunto de medidas a implementar particularmente neste primeiro ano, e que fundamentalmente, na perspectiva comercial, se centram especificamente nas três áreas de negócio: Não-Vida, Vida e Assurfinance.

Ao nível comercial, a Tranquilidade implementou um conjunto alargado de iniciativas, com principal enfoque no cliente, na oferta e nos canais de distribuição, a saber:

- Aprofundamento do modelo de segmentação e de relacionamento com os clientes, nomeadamente através de estruturas dedicadas e ajustadas por segmento;

- Implementação de um programa de Fidelização de Clientes para garantia da renovação dos contratos;
- Desenvolvimento da oferta, com o lançamento de novos produtos e a simplificação da oferta actual;
- Articulação e integração da oferta global do Grupo Banco Espírito Santo - Não-Vida, Vida e produtos bancários – promovendo por esta via o serviço e fidelização de clientes, capitalizando ao máximo a vantagem de pertencer a um Grupo Financeiro Global;
- Expansão da rede própria, através da abertura de novas lojas franchisadas;
- Exploração de canais alternativos – não tradicionais: directo, *cross-segment*, *affinities* e *One-Stop-Shopping*.

A Tranquilidade assumiu ainda o desafio de reorganizar e reestruturar o actual modelo de delegação – eixo central de coordenação do negócio – por forma a melhorar a eficácia e eficiência comerciais, a acelerar os processos de tomada de decisão, a facilitar os processos operativos e a criar novas dinâmicas proactivas de vendas ao balcão.

Ao nível dos custos de sinistros, a Tranquilidade mantém o esforço no aumento da eficácia e eficiência na respectiva gestão, de uma permanente optimização na negociação com os fornecedores e na conclusão do programa em curso de reorganização da área de sinistros.

Sobre os custos operacionais, a Companhia está empenhada numa optimização das estruturas e recursos, procurando melhorar o controlo e acompanhamento dos custos com fornecimentos externos, dando início a um projecto estratégico a três anos de redução global de custos, com o objectivo de atingir a marca de 20 milhões de euros, findo esse período.

Também de elevada relevância, os investimentos em tecnologias de informação, nomeadamente ao nível dos sistemas centrais e ainda com a maior relevância, ao nível do sistema de informação dos agentes, vêm permitir à rede comercial da Tranquilidade uma total autonomia na gestão do portefólio dos seus clientes, com um elevado grau de externalização e descentralização de processos e um desempenho alinhado com as melhores práticas mundiais ao nível das Companhias que desenvolvem maioritariamente a sua actividade através das redes de mediação.

No que diz respeito à política de risco, esta aplica-se de forma transversal a todas as áreas da Companhia e define formalmente a estratégia e os objectivos da gestão de risco da Tranquilidade, para as diferentes classes

de risco em que a mesma incorra, englobando as funções, responsabilidades e as autorizações que suportam os processos adoptados pela Companhia para alcançar os respectivos objectivos.

Para 2008 estão previstas algumas acções, como:

- Participação no QIS 4;
- Através de projectos que englobam transversalmente toda a companhia a implementação de *software* de *Dynamic Financial Analysis* que permitam o cálculo do capital económico;
- Acções previstas em matéria de Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno, que contemplam actuação nas seguintes áreas:
- Definição da tolerância ao risco e limites;
- Criação de um sistema de *reporting* para acompanhamento dos riscos do negócio e análises de sensibilidade;
- Implementação de melhorias ao nível do *Risk Register* e do Sistema de Controlo Interno;
- Implementação de um Modelo de Quantificação do Risco Operacional.

A Tranquilidade, ao longo da sua existência, tem apoiado diversas áreas da comunidade, na perspectiva de colaborar para a construção de uma sociedade, melhor, mais justa e mais sustentável.

Apontou o ano 2007 para rever, desenvolver e enquadrar os valores associados à sustentabilidade. Assim, definimos uma nova arquitectura de sustentabilidade denominada “Tranquilidade Valor”.

Este tipo de contributo, faz parte na nossa arquitectura de sustentabilidade denominada “Tranquilidade Valor” que assenta nos seguintes eixos, “Valor Equipa” - Construir objectivos comuns e partilhar conhecimentos, “Valor Social” - Desenvolver e melhorar a actual estratégia de responsabilidade social, criando rotinas de relação com a comunidade, “Valor Ambiente” – Consciencialização ambiental do público interno e externo, “Valor Cultura” – Continuar a apoiar e a promover o desenvolvimento cultural no País e “Valor Desporto” – Pretendemos ser um elemento importante no progresso da actividade desportiva nacional.

Estes são os principais desafios que, todos em conjunto, deveremos enfrentar na construção de uma nova sociedade.

2.4.12 // Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Accionistas, Clientes, Mediadores e Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Sociedade.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Conselho Fiscal e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 11 de Março de 2008

O Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho

(Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

(Presidente da Comissão Executiva)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

(Membro da Comissão Executiva)

António Miguel Natário Rio-Tinto

(Membro da Comissão Executiva)

Eduardo Antunes Stock

(Membro da Comissão Executiva)

João Carlos Neves Ribeiro *

(Membro da Comissão Executiva)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

(Membro da Comissão Executiva)

Miguel Luís Kolbach da Veiga

António José Baptista do Souto

Manrico Iachia

António Manuel Rodrigues Marques

* Renunciou ao mandato em 31.01.2008.





// 03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

EDGAR MARTINS
b.1977, Portugal
"Sem Título (EM2)", 2005
Fotografia sobre alumínio
c/ moldura
75 x 85cm
Ed. de 5

Cortesia Galeria Graça Brandão



TRANQUILIDADE"07

03

Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2007

euros

Activo	Exercício			Exercício Anterior
	Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizações incorpóreas	29 460 552	17 186 529	12 274 023	11 704 766
Investimentos	711 657 385		711 657 385	753 735 368
Terrenos e edifícios	131 459 419		131 459 419	144 389 182
De serviço próprio	57 995 474		57 995 474	72 919 990
De rendimento	73 463 945		73 463 945	71 469 192
Imobilizações em curso e adiantamentos por conta	-		-	-
Investimentos em empresas do grupo e associadas	102 157 206		102 157 206	91 580 316
Partes de capital em empresas do grupo	32 900 510		32 900 510	23 228 459
Obrigações e outros empréstimos a empresas do grupo	60 310 354		60 310 354	55 786 854
Partes de capital em empresas associadas	8 844 259		8 844 259	12 565 003
Obrigações e outros empréstimos a empresas associadas	102 083		102 083	-
Outros investimentos financeiros	478 038 542		478 038 542	517 757 231
Acções, outros títulos de rendimento variável e unidades de participação em fundos de investimento	102 529 028		102 529 028	61 094 414
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	284 061 673		284 061 673	445 991 351
Empréstimos hipotecários	1 241 761		1 241 761	1 402 338
Outros empréstimos	9 576 080		9 576 080	9 269 128
Depósitos em instituições de crédito	80 630 000		80 630 000	-
Outros	-		-	-
Depósitos junto de empresas cedentes	2 218		2 218	8 639
Provisões Técnicas de resseguro cedido	48 024 045		48 024 045	48 453 321
Provisão para prémios não adquiridos	13 350 933		13 350 933	12 611 867
Provisão para sinistros	34 673 112		34 673 112	35 841 454
Provisão para participação nos resultados	-		-	-
Outras provisões técnicas	-		-	-
Devedores	101 908 977	8 452 423	93 456 554	70 130 455
Por operações de seguro directo				
Empresas do grupo	-	-	-	-
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-
Outros devedores	57 423 209	7 266 610	50 156 599	44 873 155
Por operações de resseguro				
Empresas do grupo	-	-	-	-
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-
Outros devedores	8 361 139	713 746	7 647 393	5 706 675
Por outras operações				
Empresas do grupo	523 844	-	523 844	42 836
Empresas participadas e participantes	-	-	-	28 579
Outros devedores	35 600 785	472 067	35 128 718	19 479 210
Subscritores de capital	-	-	-	-
Outros elementos do activo	84 630 095	38 693 722	45 936 373	57 544 627
Imobilizações corpóreas e existências	43 471 754	38 693 722	4 778 032	4 809 374
Depósitos bancários e caixa	41 158 341		41 158 341	52 735 253
Outros	-		-	-
Acréscimos e diferimentos	3 664 790		3 664 790	13 119 404
Juros a receber	2 195 184		2 195 184	11 714 706
Outros acréscimos e diferimentos	1 469 606		1 469 606	1 404 698
Total do activo	979 345 844	64 332 674	915 013 170	954 687 941

Balanço em 31 de Dezembro de 2007

euros

Passivo	Exercício	Exercício Anterior
Capital próprio	199 033 407	238 642 432
Capital	135 000 000	135 000 000
Prémios de emissão	-	-
Reservas de reavaliação		
Reavaliação regulamentar	27 163 070	26 006 868
Reavaliação legal	-	-
Reservas		
Reserva legal	36 771 359	21 048 532
Reserva estatutária	-	-
Outras reservas	(24 660 995)	(24 660 995)
Resultados transitados	1 285 749	(75 980 235)
Resultado do exercício	23 474 224	157 228 262
Passivos subordinados	-	-
Provisões Técnicas	626 944 413	598 325 406
Provisão para prémios não adquiridos	94 772 659	94 692 976
Provisão para sinistros		
De acidentes de trabalho	171 778 719	163 269 913
De outros ramos	348 849 124	332 242 927
Provisão para participação nos resultados	540 000	270 000
Provisão para desvios de sinistralidade	3 753 458	3 348 428
Outras provisões técnicas	7 250 453	4 501 162
Outras Provisões	1 785 052	1 628 214
Provisões para pensões	314 960	281 732
Provisões para impostos	317 023	55 463
Outras provisões	1 153 069	1 291 019
Depósitos recebidos de resseguradores	662 615	529 385
Credores	67 120 419	90 943 562
Por operações de seguro directo		
Empresas do grupo	-	-
Empresas participadas e participantes	-	-
Outros credores	21 419 217	23 343 606
Por operações de resseguro		
Empresas do grupo	-	-
Empresas participadas e participantes	-	-
Outros credores	11 249 554	15 997 109
Empréstimos bancários		
De empresas do grupo	-	-
De empresas participadas e participantes	-	-
Outros credores	-	-
Estado e outros entes públicos	21 470 958	37 289 228
Credores diversos		
Empresas do grupo	-	2 410 016
Empresas participadas e participantes	258 400	66 240
Outros credores	12 722 290	11 837 363
Acréscimos e diferimentos	19 467 264	24 618 942
Total do passivo	915 013 170	954 687 941

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Leão Martinho, Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso, António Miguel Natário Rio-Tinto, Eduardo Antunes Stock, João Carlos Neves Ribeiro, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno, Miguel Luís Kolback da Veiga, António José Baptista do Souto, Manrico Iachia, António Manuel Rodrigues Marques

Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2007

euros

Conta de Ganhos e Perdas	Exercício		Exercício Anterior	
Conta técnica do seguro não vida				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro				
Prémios brutos emitidos	362 380 188		361 381 316	
Prémios de resseguro cedido	(48 125 427)	314 254 761	(52 454 270)	308 927 046
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(975 081)		907 098	
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	739 066	(236 015)	1 125 947	2 033 045
		314 018 746		310 960 091
Proveitos dos investimentos				
Rendimentos de partes de capital				
Relativos a empresas do grupo	2 450 000		-	
Outros	1 131 205	3 581 205	2 175 000	2 175 000
Rendimentos de outros investimentos				
Relativos a empresas do grupo -				
Outros	28 488 101	28 488 101	22 869 774	22 869 774
Ganhos realizados em investimentos		13 405 651		162 311 875
		45 474 957		187 356 649
Mais-valias não realizadas de investimentos				23 744 901
Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro				704 380
				3 094 616
Proveitos técnicos		363 994 043		525 156 257
Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
Montantes pagos				
Montantes brutos	204 930 412		206 182 057	
Parte dos resseguradores	(12 501 606)	192 428 806	(13 151 195)	193 030 862
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	24 208 148		18 470 193	
Parte dos resseguradores	1 168 342	25 376 490	2 422 259	20 892 452
		217 805 296		213 923 314
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)				2 749 291
Participação nos resultados, líquida de resseguro				270 000
				1 189 505
				(90 000)
Custos de exploração líquidos				
Custos de aquisição		75 759 563		72 335 227
Custos de aquisição diferidos (variação)		(895 399)		(886 566)
Custos administrativos		38 704 553		39 311 784
Comissões e participação nos resultados de resseguro		(10 691 874)		(14 906 218)
		102 876 843		95 854 227
Custos com investimentos				
Custos de gestão de investimentos		3 006 577		3 194 159
Perdas realizadas em investimentos		4 971 566		1 819 099
		7 978 143		5 013 258
Menos-valias não realizadas de investimentos				5 493 360
Outros custos técnicos, líquidos de resseguro				1 262 589
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)				405 031
				403 467
Custos técnicos		338 840 553		324 409 473
Resultado da conta técnica do seguro não vida		25 153 490		200 746 784

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Santos

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Pedro Medalhas

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Luís Ribeiro

Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2007

euros

Conta de Ganhos e Perdas	Exercício		Exercício Anterior	
Conta não técnica				
Resultado da conta técnica não vida		25 153 490		200 746 784
Proveitos dos investimentos				
Rendimentos de outros investimentos				
Relativos a empresas do grupo		-		-
Outros	772 762	772 762	851 871	851 871
Ganhos realizados em investimentos		745 843		35 677
Mais-valias não realizadas de investimentos		410 058		680 989
Outros proveitos		133 767		165 234
Proveitos não técnicos		2 062 430		1 733 771
Custos com investimentos				
Custos de gestão de investimentos		89 720		46 686
Perdas realizadas em investimentos		484 919		-
Menos-valias não realizadas de investimentos		818 533		408 523
Outros custos, incluindo ajustamentos		367 756		1 467 266
Custos não técnicos		1 760 928		1 922 475
Resultado da actividade corrente		25 454 992		200 558 080
Proveitos e ganhos extraordinários		6 383 754		3 511 685
Custos e perdas extraordinários		3 911 183		12 073 971
Resultado extraordinário		2 472 571		(8 562 286)
Dotação ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar		2 105 876		(18 128 927)
Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos		(4 454 000)		23 876 032
Resultado antes de impostos		25 579 439		197 742 899
Imposto sobre o rendimento		2 105 215		40 514 637
Resultado líquido do exercício		23 474 224		157 228 262

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Leão Martinho, Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedrosa, António Miguel Natário Rio-Tinto, Eduardo Antunes Stock, João Carlos Neves Ribeiro, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno, Miguel Luís Kolback da Veiga, António José Baptista do Souto, Manrico Iachia, António Manuel Rodrigues Marques

Demonstração dos Fluxos de Caixa a 31 de Dezembro de 2007

euros

	Exercício	Exercício Anterior
Fluxos de caixa de actividades operacionais	52 898 413	662 273
Resultado líquido do exercício	23 474 224	157 228 262
Amortizações do exercício	7 927 113	8 666 233
Variação da provisão para sinistros:		
de seguro directo	25 115 003	18 861 462
de resseguro cedido	1 168 342	2 422 351
Variação de outras provisões técnicas:		
de seguro directo	3 424 321	1 502 973
Variação na provisão para prémios não adquiridos:		
de seguro directo	79 683	(1 793 665)
de resseguro cedido	(739 066)	(1 126 039)
Variação do ajustamento para recibos por cobrar	(890 259)	229 237
Variação do ajustamento para créditos de cobrança duvidosa	(1 366 700)	692 245
Variação das outras provisões	156 838	(336 869)
(Mais)/Menos valias na alienação de imobilizado	(18 155)	58 434
Menos-valias não realizadas de investimentos	6 311 894	6 296 963
Mais-valias não realizadas de investimentos	(4 206 018)	(24 425 890)
Dotação ou (utilização) da reserva de reavaliação	(3 297 798)	16 791 061
Recuperação de valias realizadas de investimentos	4 454 000	(23 876 032)
Menos-valias na alienação de investimentos	5 456 485	1 819 099
Mais-valias na alienação de investimentos	(14 151 494)	(162 347 552)
Fluxos de caixa de actividades de investimento	28 605 717	13 806 273
(Aumento) / diminuição de devedores:		
por operações de seguro directo	(4 396 548)	7 824 254
por operações de resseguro	(1 835 953)	(620 997)
por outras operações	(14 836 639)	3 102 704
Aquisições de investimentos	(831 185 774)	(907 503 851)
Alienações de investimentos	879 852 890	916 245 651
Aquisição de imobilizado e existências	(11 276 095)	(7 547 118)
Alienação de imobilizado	2 829 222	17 651
Variação em outras contas do activo	9 454 614	2 287 979
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	(93 081 042)	(61 120 764)
Aumento / (diminuição) em credores:		
Por operações de seguro directo	(1 924 389)	(3 493 457)
Por operações de resseguro cedido	(4 747 555)	6 382 037
Estado e outros entes públicos	(15 818 270)	28 669 094
Por outras operações	(1 332 929)	(4 478 026)
Depósitos recebidos de resseguradores	133 230	(349 708)
Variação em outras contas do passivo	(5 151 678)	12 237 816
Distribuição de dividendos	(64 239 451)	(100 088 520)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(11 576 912)	(46 652 218)
Caixa e equivalentes no início do período	52 735 253	99 387 471
Caixa e equivalentes no fim do período	41 158 341	52 735 253

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Santos

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Pedro Medalhas

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Luís Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Leão Martinho, Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso, António Miguel Natário Rio-Tinto, Eduardo Antunes Stock, João Carlos Neves Ribeiro, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno, Miguel Luís Kolback da Veiga, António José Baptista do Souto, Manrico Iachia, António Manuel Rodrigues Marques

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007

(Valores expressos em euros)

Introdução

A Companhia de Seguros TRANQUILIDADE, SA (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, EP, a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense. Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo. De referir que a Companhia procedeu ainda à fusão da ESIA – Inter – Atlântico Companhia de Seguros, à data de 30 de Dezembro de 2004.

A Companhia prossegue o exercício da actividade de seguros e resseguros em todos os ramos técnicos "não vida" (com excepção do seguro de crédito) para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal. Em volume de prémios directos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

Presentemente, a Companhia opera através de dois escritórios em Lisboa e no Porto, de 51 delegações localizadas em várias zonas do país, de 60 lojas franchisadas, e de uma sucursal em Espanha.

As notas às contas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

1 // Valores Comparativos

Os valores do exercício de 2007 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores registados na coluna correspondente ao ano de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Ganhos realizados em investimentos inclui o montante de Euros 158 372 089 relativo à alienação da participação na Bes Vida, Companhia de Seguros, S.A.. A mais valia na alienação desta participação, ascendeu a Euros 175 523 972, sendo o montante remanescente face ao valor acima referido reconhecido através da rubrica recuperação de mais valias realizadas de investimentos (Euros 17 151 883).

3 // Forma de Apresentação, Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

3.1 // Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia, mantidos em conformidade com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma n.º 7/94-R, de 27 de Abril, e subseqüentes alterações descritas na Norma n.º 14/95-R de 20 de Julho, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

3.2 // Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

3.2.1 // Especialização de exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento; o rendimento das acções em carteira só é, contudo, contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos.

Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, são realizadas no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

3.2.1.1 // Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do Instituto de Seguros de Portugal, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo mediante a aplicação do método "pro-rata temporis" a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

3.2.1.2 // Provisão para sinistros

A Provisão para Sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não pagos, no final do exercício, bem como a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2007 e ainda não participados e aos custos directos e indirectos associados à sua respectiva regularização, no final de cada exercício.

Esta provisão é determinada como segue:

- a) A partir da análise dos sinistros pendentes no final de cada exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data, com excepção dos ramos Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, a qual é calculada pelo método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para encargos futuros.
- b) Pela aplicação de uma taxa genérica de 6%, com excepção dos ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício. Para os ramos Doença Responsabilidade Civil e Automóvel foi efectuada uma análise actuarial tendo em conta as características específicas do negócio.
- c) Por uma Provisão Matemática que tem por objectivo registar a responsabilidade da Companhia, no ramo de Acidentes de Trabalho, por sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2007 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades por pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2007 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

Adicionalmente, destina-se também a fazer face às responsabilidades por pensões de sinistros já registados relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2007.

A Provisão Matemática relativa a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões e remições, referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho é calculada pensão a pensão, mediante tabelas e fórmulas estabelecidas pelo ISP, Ministério do Trabalho e legislação laboral em vigor (ver nota 38).

3.2.1.3 // Provisão para riscos em curso

A Provisão para Riscos em Curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício.

De acordo com o estipulado pelo Instituto de Seguros de Portugal, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

3.2.1.4 // Provisão para desvios de sinistralidade

A Provisão para Desvios de Sinistralidade é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal aplicadas ao resultado técnico.

Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo Instituto de Seguros de Portugal para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

3.2.1.5 // Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro directo ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

3.2.1.6 // Provisão para participação nos resultados

A Provisão para Participação nos Resultados, inclui os montantes destinados aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

3.2.1.7 // Comissões de mediação

As comissões de mediação são representadas pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de prémios de seguro e são registadas como custos no momento do processamento.

3.2.1.8 // Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

3.2.1.9 // Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até àquela data, a regularizar posteriormente.

3.2.2 // Investimentos financeiros

3.2.2.1 // Rendimento variável

Os títulos de rendimento variável, quando cotados, estão valorizados pelo valor de fecho do último dia em que houve transacções. Os títulos para os quais não existe cotação da Bolsa de Valores, encontram-se valorizados pela proporção nos capitais próprios da empresa participada.

3.2.2.2 // Rendimento fixo

Os títulos de rendimento fixo adquiridos são apresentados ao valor de aquisição quando emitidos com base no valor nominal. O prémio ou desconto verificado aquando da compra é amortizado de modo escalonado

pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados.

No exercício de 2007, a amortização dos prémios líquidos dos descontos reflectida na conta de Ganhos e Perdas ascendia a 328 577 euros (2006: 345 130 euros).

3.2.2.3 // Mais e menos-valias não realizadas

As mais e menos-valias não realizadas resultantes de diferenças apuradas entre o valor contabilístico e o correspondente valor apurado segundo o critério valorimétrico citado em 3.2.2.1, são registadas da seguinte forma:

a) As mais-valias relativas a títulos a representar provisões técnicas são contabilizadas na conta técnica em "Mais-valias não Realizadas de Investimentos". Estas mais-valias não realizadas são transferidas para a conta "Reserva de Reavaliação Regulamentar".

As menos-valias são incluídas na rubrica "Menos-valias não Realizadas de Investimentos". Estas menos-valias são compensadas pelo saldo da conta "Reserva de Reavaliação Regulamentar".

b) As mais-valias relativas a títulos não afectos são contabilizadas na conta não técnica em "Mais-valias não Realizadas de Investimento". Estas mais-valias não realizadas são transferidas para a conta "Reserva de Reavaliação Regulamentar".

As menos-valias são incluídas na conta "Menos-valias não Realizadas de Investimentos". Estas são compensadas pelo saldo da conta de "Reserva de Reavaliação Regulamentar".

A "Reserva de Reavaliação Regulamentar" apenas pode ser utilizada para os fins e de acordo com a ordem de prioridades que se indicam:

- 1º Compensação de menos-valias não realizadas de investimentos.
- 2º Cobertura de prejuízos acumulados até ao fim do exercício em que foi constituída.
- 3º Registo das Mais-Valias Realizadas de Investimentos na rubrica da conta não técnica "Recuperação de Mais e Menos-Valias Realizadas de Investimentos" ou incorporação no capital social (Ver nota 3.2.2.4).

3.2.2.4 // Mais e menos-valias realizadas

As Mais e Menos-Valias Realizadas que resultam da venda de imóveis e de títulos de rendimento são reconhecidas como resultados no exercício em que ocorrem.

3.2.2.5 // Rendimentos

O rendimento das acções em carteira é contabilizado na altura do recebimento dos dividendos atribuídos; em relação às obrigações e outros títulos, procede-se à especialização dos seus rendimentos no final do exercício.

3.2.2.6 // Terrenos e edifícios

Os imóveis de rendimento e os imóveis de uso próprio são valorizados com base no :

- a) Valor de mercado.
- b) Custo de aquisição.

De acordo com a Norma n.º 7/94-R de 27 de Abril e a Circular n.º 41/95 de 20 de Julho do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia avaliou até 31 de Dezembro de 2007 pelo valor de mercado a generalidade dos imóveis de rendimento e de serviço próprio. No âmbito do processo de adopção das Normas Internacionais de Contabilidade, a Companhia deu continuidade neste exercício à política adoptada em 2005 de avaliações anuais.

Em resultado das reavaliações efectuadas no exercício de 2007, relativamente a imóveis, os valores contabilísticos destes foram diminuídos em 1 223 460 euros (2006: aumento de 6 022 894 euros) por contrapartida da rubrica de "Reserva de Reavaliação Regulamentar".

De acordo com as normas do Instituto de Seguros de Portugal, os imóveis não são amortizados.

3.2.3 // Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição e são constituídas, basicamente, por despesas com i) projecto sobre o desenvolvimento do sistema de informação e ii) benfeitorias em imóveis alheios.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas em quotas anuais, pelo método das quotas constantes, durante 3 anos ou 5 anos, conforme a sua natureza, a contar da data em que são incorridos os respectivos custos.

3.2.4 // Mobiliário e material

Estes bens do imobilizado estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição e as suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas

anuais, com excepção das viaturas que são registadas por duodécimos, as quais reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5% a 25 %
Máquinas e ferramentas	12,5% a 25 %
Equipamento informático	25% a 33,33 %
Instalações interiores	10% a 16,66 %
Material de transporte	25 %
Equipamento hospitalar	12,5% a 33,33 %
Outro equipamento	12,5% a 33,33 %

3.2.5 // Contratos de locação financeira

Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, como activo (imobilizado corpóreo) e passivo (credores), pelo custo de aquisição da propriedade locada, o qual é equivalente ao valor actual das rendas de locação financeira.

3.2.6 // Responsabilidade por pensões complementares de reforma

Em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho para o sector segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, com contrato de trabalho em vigor à data de 22 de Junho de 1995 e que tenham sido admitidos na actividade seguradora até essa mesma data, prestações pecuniárias para complemento de reforma. Estas prestações serão concedidas conforme o estipulado nas cláusulas 51ª a 60ª do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador, de acordo com a revisão de 1995, publicada no Boletim de Trabalho e Emprego, 1ª série, n.º 23, de 22 de Junho de 1995. Para além destas, a Companhia tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade aprovado em Conselho de Administração e em Assembleia Geral datada de 21 de Março de 2007 (Ver Nota 45.2).

A Companhia constituiu um Fundo de Pensões que se destina a cobrir as responsabilidades inerentes ao plano mencionado nos parágrafos anteriores. Desde o exercício de 2005, passou a englobar os encargos com a segurança Social subjacentes às Pensões de Pré - Reforma.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respectivo plano técnico-actuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica actuarial, e ajustado em função da actualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir, e, ainda, com a política prosseguida pela Companhia de cobertura total das responsabilidades actuarialmente determinadas.

3.2.7 // Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é determinado com base em declarações de auto-liquidação, elaboradas de acordo com as normas fiscais vigentes. Estas declarações ficam sujeitas a inspecção e eventuais ajustamentos por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, contado a partir do exercício a que respeitam. Contudo, quando existam prejuízos fiscais a reportar, o período passível de inspecção estende-se até aos seis exercícios seguintes. Os prejuízos fiscais podem ser deduzidos aos eventuais lucros tributáveis que se apuram nos seis exercícios seguintes.

O conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC, foi adoptado pela Companhia aquando da apresentação anual de contas (ver nota 20).

4 // Operações em Moeda Estrangeira

Os valores de activos e passivos expressos em moeda de países não participantes na União Económica e Monetária (U.E.M) foram convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência fixado pelo Banco de Portugal.

As diferenças entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data do balanço, foram registadas nos resultados correntes do exercício.

6 // Especificações de Dados

Relativos a Empresas do Grupo e Associados

A companhia é detentora de participações qualificadas nas seguintes empresas (valores relativos a 31 de Dezembro de 2007):

T – Vida - Companhia de Seguros, SA	
Sede Social: Av. da Liberdade, 242 – 1250 – 149 Lisboa	
Capital detido	100%
Capital Social	20 000 000
Capitais Próprios	80 438 536
Resultado Líquido	4 388 331
Prémios Brutos Emitidos	78 000 715
Número Médio de Colaboradores	12
Bes, Companhia de Seguros, SA	
Sede Social: Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75-11º 1070-061 Lisboa	
Capital detido	25%
Capital Social	15 000 000
Capitais Próprios	24 729 028
Resultado Líquido	4 689 059
Prémios Brutos Emitidos	73 171 127
Número Médio de Colaboradores	47
Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, SA	
Sede Social: Pr. José Queiroz, 1 – Piso 4º 1800-238 Lisboa	
Capital detido	50,99%
Capital Social	4 500 000
Capitais Próprios	9 014 337
Resultado Líquido	1 822 418
Volume de Negócios	11 425 436
Número Médio de Colaboradores	232
Esumédica – Prestação de Serviços Médicos, SA	
Sede Social: Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa	
Capital detido	75%
Capital Social	1 500 000
Capitais Próprios	-283 439
Resultado Líquido	-333 129
Volume de Negócios	4 355 038
Número Médio de Colaboradores	42
Fiduprivate, SA	
Sede Social: Rua Dr. Brito Câmara, 7 9000-039 Funchal	
Capital detido	75%
Capital Social	125 000
Capitais Próprios	616 407
Resultado Líquido	-171 802
Volume de Negócios	631 231
Número Médio de Colaboradores	5
ES Contact Center, Gestão de Call Center, SA	
Sede Social: Av. Infante D. Henrique, 343 1800-218 Lisboa	
Capital detido	20,42%
Capital Social	1 500 000
Capitais Próprios	1 718 290
Resultado Líquido	-218 990
Volume de Negócios	12 785 554
Número Médio de Colaboradores	505
Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, SA	
Sede Social: Av. Alvares Cabral, 41 – 3º 1250-015 Lisboa	
Capital detido	24%
Capital Social	5 000 000
Capitais Próprios	9 623 375
Resultado Líquido	1 210 784
Prémios Brutos Emitidos	25 966 167
Número Médio de Colaboradores	135

O capital da companhia é detido na sua globalidade pela PARTRAN Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.G.P.S., S.A. com sede na rua de S. Bernardo, 62 – 1200 826 Lisboa, a qual elabora contas consolidadas, tendo a Tranquilidade, neste contexto, solicitada a dispensa de elaboração

de contas consolidadas, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do art. 4.º do Decreto-Lei 147/94 de 25/05.

As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Em finais de 2007 foi criada uma entidade para abordar o mercado de canais directos (Seguros Logo, S.A.) com o capital de 15 000 000,00 de euros, subscrito na totalidade pela Tranquilidade, cujo início de actividade ocorreu a 1 de Janeiro de 2008.

7 // Número Médio de Colaboradores por Categorias Profissionais

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional relativo a 31 de Dezembro de 2007, é analisado como segue:

Descrição	
Direcção	62
Quadro Técnico	201
Quadro Técnico - Administrativo	375
Quadro Comercial	172
Quadro Informático	35
Quadro de Apoio Geral	8
Quadro de Electricistas	1
TOTAL	854

Estes quantitativos devem ser complementados com 4 colaboradores afectos à sucursal de Espanha.

8 // Montante dos Custos com o Pessoal Referentes ao Exercício

Os custos com pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são analisados como segue:

Rubricas	2007	2006
Remunerações		
- dos órgãos sociais	1 251 784	1 064 860
- do pessoal	27 774 790	26 474 182
Encargos sobre remunerações	6 045 881	5 925 481
Custos com pensões		
- Prémios e contribuições para pensões*	-	440 000
Outros custos	2 184 018	2 573 077
TOTAL	37 256 473	36 477 600

* Ver nota 45.2

10 // Imobilizações Incorpóreas

Os valores líquidos das imobilizações incorpóreas encontram-se detalhados da seguinte forma:

Descrição	2007	2006
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	9 503 483	10 905 428
Despesas em edifícios arrendados	801 142	609 631
Imobilizações em curso	1 969 398	189 707
TOTAL	12 274 023	11 704 766

12 // Dívidas de Cobrança Duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são analisadas como segue:

Descrição	2007	2006
Outros devedores		
por operações de seguro directo	9 267 941	10 650 999
por operações de resseguro	713 746	818 511
por outras operações	625 579	2 076 705
TOTAL	10 607 266	13 546 215

13 // Compromissos com Garantias Prestadas

Para prestação de caução, resultante de processos pendentes junto dos tribunais civis decorrentes fundamentalmente de processos de sinistros, a Companhia tem garantias bancárias constituídas à data de 31 de Dezembro de 2007, no montante Euros 1 448 110 (2006: Euros 1 260 832).

15 // Decomposição do Capital Social

A totalidade do capital é representada por 27 000 000 acções escriturais nominativas de valor nominal unitário de 5 Euros.

20 // Imposto sobre o Rendimento

A companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGCI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2005, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues em exercícios anteriores.

Por se encontrar pendente de aceitação por parte da Administração Fiscal, o reporte fiscal da ESIA – Inter-Atlântico, no valor de 42 886 243 euros, não foi ainda considerado para efeitos de estimativa de imposto a pagar.

Os impostos sobre lucros foram calculados com base nos critérios fiscais vigentes à data do balanço, sendo em 31 de Dezembro de 2007 de Euros 2 105 215 (2006: Euros 40 514 637), e podem ser analisados como segue:

euros		
	2007	2006
Imposto corrente	1 651 973	29 835 064
Imposto diferido	453 242	10 679 573
TOTAL	2 105 215	40 514 637

A decomposição dos activos e (passivos) por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2007 e 2006, é como segue:

euros		
	2007	2006
Investimentos	-2 529 789	-1 337 866
Outras provisões	848 845	1 302 087
TOTAL	-1 680 944	-35 779

O imposto diferido foi reconhecido no período da seguinte forma:

euros		
	2007	2006
Imposto diferido reconhecido nos resultados	453 242	10 679 573
Imposto diferido reconhecido na reserva de reavaliação regulamentar	1 191 923	1 337 866
TOTAL	1 645 165	12 017 439

21 // Operações em Regime de Locação Financeira

Relativamente a operações em regime de locação financeira destacam-se as seguintes rubricas:

euros		
	2007	2006
Imobilizações corpóreas – Equipamento informático	8 489 157	7 326 366
Imobilizações corpóreas – Material Transporte	620 595	499 606
Amortizações acumuladas respeitantes ao imobilizado	7 212 155	5 878 862
Credores por operações de leasing	2 958 177	2 365 717

22 // Inventário de Títulos e Participações Financeiras

Ver anexo n.º1

22 – A // Avaliação de Determinados Instrumentos Financeiros ao Justo Valor

euros		
Tipo de Instrumento Financeiro	Valor de Balanço	Justo Valor
Participações em empresas do grupo e associadas	41 744 769	41 744 769
Acções e outros títulos de rendimento variável	102 529 028	113 934 617
Títulos de rendimento fixo	284 061 673	270 625 002
TOTAL	428 335 470	426 304 388
Diferença entre o valor de balanço e o justo valor	-2 031 082	

O justo valor dos activos foi determinado utilizando, para títulos de rendimento fixo ou variável listados em mercado organizado, a última cotação disponível dos mercados considerados mais representativos para a correcta formação do preço desse Activo. No caso de Activos não listados utilizou-se, na medida do possível, modelos de avaliação usualmente utilizados pelo mercado para a valorização desses Activos. No caso especial de títulos de rendimento variável não listados utilizou-se o valor dos capitais próprios correspondentes apropriáveis em função da participação detida e ainda nalguns casos a avaliação decorrente da aplicação do método de Discounted Free Cash Flows. No caso de títulos de rendimento fixo utilizou-se o valor expectável de reembolso desse Activo.

23 // Imobilizações e Outros Investimentos Financeiros

Discriminação dos movimentos efectuados em imobilizações corpóreas e incorpóreas e correcções de valor de várias rubricas de investimentos.

23.1 // Imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas

euros

Rubricas	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e Abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de constituição e instalação	8 851	8 851	-	-	8 851	-	-	8 851	-
Despesas de investigação e desenvolvimento	29 224 370	18 318 942	3 826 362	-	7 214 717	-	5 167 197	7 153 607	9 503 483
Despesas em edifícios arrendados	1 204 577	594 946	694 549	-	243 988	-	503 038	243 988	801 142
Outras imobilizações incorpóreas	258 523	258 523	-	-	258 523	-	-	258 523	-
Imobilizações em curso	189 707	-	4 503 703	-	2 724 012	-	-	-	1 969 398
subtotal	30 886 028	19 181 262	9 024 614	-	10 450 091	-	5 670 235	7 664 969	12 274 023
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Equipamento administrativo	4 834 821	4 084 207	282 124	-	831 445	-	247 172	831 445	785 566
Máquinas e ferramentas	3 200 164	3 107 070	227 217	-	1 537 297	-	77 737	1 537 297	242 574
Equipamento informático	33 305 382	30 191 956	1 350 072	-	1 248	-	1 747 860	600	2 714 990
Instalações interiores	402 290	381 768	-	-	1 174	-	5 284	1 174	15 238
Material de transporte	632 699	359 507	315 234	-	-	204 486	139 320	179 190	423 810
Outras imobilizações corpóreas	1 052 415	926 854	2 597	-	64 812	-	39 505	64 812	88 653
subtotal	43 427 771	39 051 362	2 177 244	-	2 435 976	204 486	2 256 878	2 614 518	4 270 831
TOTAL	74 313 799	58 232 624	11 201 858	-	12 886 067	204 486	7 927 113	10 279 487	16 544 854

23.2 // Terrenos e edifícios

euros

Rubricas	Saldo Inicial		Aquisições e Beneficiações ⁽³⁾	Reavaliação e Diminuição de Valor ⁽⁴⁾	Transferências		Alienações		Saldo Final	
	Valor de Aquisição ⁽¹⁾	Valor de Balanço ⁽²⁾			Valor de Aquisição ⁽⁵⁾	Valor de Balanço ⁽⁶⁾	Valor de Aquisição ⁽⁷⁾	Valor de Balanço ⁽⁸⁾	Valor de Aquisição ⁽⁹⁾	Valor de Balanço ⁽¹⁰⁾
Terrenos e edifício										
Serviço próprio	69 923 133	72 919 990	689 550	-1 231 977	-2 172 136	-3 702 500	11 316 102	10 679 588	57 124 445	57 995 475
Rendimento	50 136 590	71 469 191	364 919	8 517	2 172 136	3 702 500	1 283 547	2 081 183	51 390 098	73 463 944
TOTAL	120 059 723	144 389 181	1 054 469	-1 223 460	-	-	12 599 649	12 760 771	108 514 543	131 459 419

(9) = (1)+(3)+(5)-(7)

(10)=(2)+(3)+(4)+(6)-(8)

23.3 // Investimentos em empresas do grupo e outros investimentos financeiros (excepto títulos)

euros

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições de Valor	Saldo Final
Investimentos em empresas do grupo e associadas				
Empréstimos a empresas do grupo	55 786 854	7 762 500	3 239 000	60 310 354
Empréstimos a empresas associadas	-	102 083	-	102 083
Outros investimentos financeiros				
Empréstimos hipotecários	1 402 338	-	160 577	1 241 761
Outros empréstimos				
Outros	9 269 128	503 895	196 943	9 576 080
Depósitos em instituições de crédito	-	80 630 000	-	80 630 000
Depósitos junto de empresas cedentes	8 639	16 325	22 746	2 218
TOTAL	66 466 959	89 014 803	3 619 266	151 862 496

24 // Movimentos Relativos a Reavaliações

euros

Rubricas	Investimentos
Reserva de Reavaliação	
Início do exercício	26 006 868
Aumentos	
Outras	7 078 310
Diminuições	
Recuperação de mais/menos valias realizadas (ver nota 3.2.2.4)	- 4 454 000
Outras	10 376 108
Fim do exercício	27 163 070
Custos históricos	241 871 398
Reavaliações	33 861 818
Valores contabilísticos reavaliados	275 733 216

25 // Explicação do Tratamento Fiscal da Reserva de Reavaliação

As mais e menos-valias fiscais a apurar aquando da venda dos investimentos, de acordo com o Artigo 43º do Código do IRC, resultam da diferença entre o valor de venda e o valor de aquisição. As valorizações intercalares com consequente apuramento de mais e menos-valias não realizadas e a eventual constituição ou desconstituição da reserva de reavaliação, não foram tributadas.

26 // Ajustamentos e Outras Provisões

Desdobramento das contas de Ajustamentos e Outras Provisões

euros

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguro	7 472 199	-	890 259	6 581 940
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros tomadores de seguro	3 237 182	-	1 366 701	1 870 481
Outras provisões				
Pensões de reforma	269 252	-	9 350	259 902
Pensões de pré-reforma	12 480	42 578	-	55 058
Impostos	55 463	261 560	-	317 023
Outros riscos e encargos	1 291 019	-	137 950	1 153 069
	1 628 214	304 138	147 300	1 785 052

28 // Demonstrações dos Resultados Extraordinários

euros

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2007	2006		2007	2006
Donativos	100 276	73 852	Restituição de impostos	422 296	-
Mecenato	265 196	169 222	Recuperação de dívidas	-	-
Despesas confidenciais	-	-	Redução de amortizações e provisões	954 171	491 349
Perdas em immobilizações corpóreas	-	73 379	Ganhos em immobilizações corpóreas	18 155	14 945
Ofertas a clientes	288 000	291 552	Correcções relat.a ex. anteriores	1 065 197	1 762 823
Dívidas incobráveis	67 249	352 591	Outros prov. e ganhos extraord.	3 923 935	1 242 568
Multas e penalidades	39 578	4 663	Resultados extraordinários	-	8 562 286
Quotizações diversas	149 322	40 474			
Correcções relat. a ex anteriores	2 519 450	489 252			
Outros custos e perdas extraord.	482 112	10 578 986			
Resultados extraordinários	2 472 571	-			
	6 383 754	12 073 971		6 383 754	12 073 971

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica Outros custos e perdas extraordinárias, inclui o montante de Euros 9 500 000 relativo à constituição de uma provisão para reformas antecipadas.

32 // Contratos de Seguros com Garantias Suspensas

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se registado o montante de Euros 46 761 730 (2006: Euros 41 772 559) referente ao valor de recibos de prémios por cobrar, do qual Euros 8 437 781 (2006: Euros 9.808.428) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelos ajustamentos de recibos por cobrar.

33 // Provisões Técnicas

Valores referentes às seguintes provisões técnicas

euros

Rubricas	Montante Calculado	Custos de Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2007	Valor de Balanço 2006
Provisão p/ prémios não adquiridos	118 231 622	23 458 963	94 772 659	94 692 976
Provisão para riscos em curso	7 250 453	-	7 250 453	4 501 162
Provisão para sinistros	520 627 843	-	520 627 843	495 512 840
Provisão p/ desvios de sinistralidade	3 753 458	-	3 753 458	3 348 428
Provisão p/ participação resultados	540 000	-	540 000	270 000

34 // Provisão para Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores, seus Reajustamentos e Custos com Sinistros

34.1 // Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos

euros

Ramos/Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31/12/2006 ⁽¹⁾	Custos com Sinistros* Montantes Pagos no Exercício ⁽²⁾	Provisão para Sinistros* em 31/12/2007 ⁽³⁾	Reajustamentos ⁽³⁾⁺⁽²⁾⁻⁽¹⁾
NÃO VIDA				
Acidentes e Doença	174 614 956	27 129 548	141 825 177	-5 660 231
Incêndio e Outros Danos	29 343 599	12 300 886	12 929 127	-4 113 585
Automóvel				
-Responsabilidade Civil	244 195 197	60 386 438	186 085 203	2 276 443
-Outras Coberturas	22 002 846	7 349 725	11 983 543	-2 669 578
Marítimo, Aéreo e Transportes	6 359 670	2 284 849	3 499 835	-574 986
Responsabilidade Civil Geral	17 142 925	2 377 720	14 993 261	228 057
Crédito e Caução	1 385 397	299 884	1 541 480	455 967
Protecção Jurídica	175 714	50 530	28 362	-96 823
Diversos	292 536	252 836	72 442	32 741
TOTAL	495 512 840	112 432 416	372 958 429	-10 121 995

* Sinistros ocorridos no ano 2006 e anteriores.

34.2 // Discriminação dos custos com sinistros

euros

Ramos/Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações ⁽¹⁾	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados ⁽²⁾	Varição da Provisão para Sinistros ⁽³⁾	Custos com Sinistros ⁽⁴⁾⁼⁽¹⁾⁺⁽²⁾⁺⁽³⁾
SEGURO DIRECTO				
Acidentes e Doença	52 817 678	4 361 066	9 506 804	66 685 548
Incêndio e Outros Danos	22 140 674	1 169 983	-1 583 953	21 726 705
Automóvel				
- Responsabilidade Civil	85 308 741	5 778 169	9 436 782	100 523 692
- Outras Coberturas	22 916 118	1 948 909	5 495 827	30 360 854
Marítimo, Aéreo e Transportes	4 483 415	222 045	340 956	5 046 416
Responsabilidade Civil Geral	2 777 673	308 848	568 489	3 655 010
Crédito e Caução	298 734	3 424	156 211	458 370
Protecção Jurídica	26 996	25 720	-96 645	-43 930
Diversos	331 964	2 187	378 116	712 267
TOTAL	191 101 994	13 820 351	24 202 587	229 124 932
Resseguro Aceite	8 067	-	5 560	13 628
TOTAL GERAL	191 110 061	13 820 351	24 208 148	229 138 560

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 25 270 294 (2006: Euros 26 987 593) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2007 ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 5 980 262 (2006: Euros 5 975 215) de encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes e não declarados.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de Euros 121 817 603 (2006: Euros 117 665 385) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

35 // Reajustamentos mais Relevantes Relativos ao Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores

No grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos devem-se principalmente ao ramo Acidentes de Trabalho e derivam da recuperação de montantes pagos, em sinistros de anos anteriores a 2007.

Relativamente aos grupos de ramos Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Aéreo e Transportes e Protecção Jurídica, os ajustamentos resultam do encerramento de processos com custo inferior ao inicialmente previsto.

Há ainda outros ajustamentos, respeitantes a sinistros ocorridos em anos anteriores, mas que resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

36 // Métodos de Valorimetria Aplicados aos Investimentos

Os métodos de valorimetria aplicados aos investimentos encontram-se especificados na nota 3.

37 // Valor Actual dos Terrenos e dos Edifícios

O método utilizado para a determinação do valor actual dos terrenos e dos edifícios é o referido na nota 3 e a respectiva discriminação, segundo o exercício correspondente à sua avaliação, é a seguinte :

euros		
Exercício da Última Avaliação	Valor de Aquisição	Valor de Balanço
2007	4 709 481	2 745 351
2006	98 729 190	122 738 841
2005	4 624 509	5 640 594
2004	451 361	334 633

Este quadro refere-se apenas a avaliações efectuadas por técnicos aprovados pelo Instituto de Seguros de Portugal, não existindo avaliações anteriores ao ano de 2004.

38 // Hipóteses Consideradas no Cálculo das Provisões Matemáticas do Seguro de Acidentes de Trabalho

As Provisões Matemáticas do seguro de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com a Norma regulamentar 15/2000-R, de 23 de Novembro, isto é, aplicando a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma

taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0% para as Pensões Remíveis, e a fórmula preconizada na mesma norma para as não remíveis, após cálculo da reserva matemática com base na tábua de mortalidade PF 60/64 com taxa de juro de 6% e 4% de encargos de gestão.

39 // Valores Recuperáveis Relativamente a Sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efectuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, encontram-se relevados contabilisticamente nas respectivas rubricas e ascendem aos seguintes montantes:

euros		
	2007	2006
Tomadores de seguros	2 238 687	1 443 569

O risco de não cobrança dos reembolsos acima referidos está coberto por um ajustamento de créditos de cobrança duvidosa no montante de Euros 618 704 (2006: Euros 625 170).

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) o valor é de 504 439 euros.

40 // Informações Relativas ao Seguro Não-Vida

40.1 // Discriminação de alguns valores por ramos

Ramos/Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos*	Custos de Exploração Brutos*	Saldo de Resseguro**
SEGURO DIRECTO					
Acidentes e Doença	103 313 445	102 142 998	66 685 548	30 443 235	-4 462 198
Incêndio e Outros Danos	56 387 803	55 796 978	21 726 705	22 671 079	-10 327 866
Automóvel					
- Responsabilidade Civil	122 930 279	125 772 852	100 523 692	35 070 033	667 966
- Outras Coberturas	48 862 111	47 832 169	30 360 854	16 300 439	-491 634
Marítimo, Aéreo e Transportes	8 761 483	8 823 503	5 046 416	2 714 509	-669 080
Responsabilidade Civil Geral	10 057 509	9 383 791	3 655 010	4 125 504	-878 592
Crédito e Caução	122 632	195 357	458 370	77 128	-74 646
Protecção Jurídica	23 930	25 116	-43 930	15 794	-
Assistência	9 974 671	9 533 515	-	1 722 071	-8 453 566
Diversos	1 540 522	1 532 396	712 267	412 626	-414 378
	361 974 385	361 038 675	229 124 932	113 552 418	-25 103 994
Resseguro Aceite	405 803	366 431	13 628	16 299	-257 229
	362 380 188	361 405 106	229 138 560	113 568 717	-25 361 223

* Sem dedução da parte dos Resseguradores.

** Favorável aos Resseguradores

41 // Relatos por Segmentos

a) Relato por segmentos de negócio

euros

Rubricas	Ramos Não Vida	Acidentes Trabalho	Incêndio	Automóvel
Prémios brutos emitidos	362 380 188	62 350 387	56 681 329	171 792 390
Prémios de resseguro cedido	-48 125 427	-433 240	-19 398 214	-2 405 564
Prémios brutos adquiridos	361 405 106	62 067 118	56 081 797	173 605 021
Resultado dos investimentos	36 334 905	10 275 360	2 977 473	19 776 358
Custos com sinistros brutos	229 138 560	43 195 085	21 725 947	130 884 546
Custos de exploração brutos	113 568 717	16 269 073	22 680 247	51 370 472
Resultado técnico	25 153 490	11 148 866	2 757 950	10 676 780
Activos afectos à representação das provisões técnicas	692 121 197	195 511 621	56 981 722	376 719 361
Provisões técnicas	626 944 413	177 100 367	51 615 775	341 243 846

b) Relato por segmentos geográficos

euros

Rubricas	Portugal	Espanha	Total
Prémios brutos emitidos	361 665 540	714 648	362 380 188
Prémios de resseguro cedido	-48 074 340	-51 087	-48 125 427
Prémios brutos adquiridos	360 727 275	677 831	361 405 106
Resultado dos investimentos	36 319 531	15 374	36 334 905
Custos com sinistros brutos	228 932 310	206 250	229 138 560
Custos de exploração brutos	113 223 582	345 135	113 568 717
Resultado técnico	25 044 138	109 352	25 153 490
Activos afectos à representação das provisões técnicas	691 758 100	363 097	692 121 197
Provisões técnicas	626 615 509	328 904	626 944 413

43 // Comissões Relativas ao Seguro Directo

O montante das comissões relativas ao seguro directo é constituído por:

euros

	2007	2006
Comissões de mediação e corretagem	33 316 044	31 890 435
Comissões de cobrança	2 205 946	2 202 001
TOTAL	35 521 990	34 092 436

44 // Investimentos Segundo a sua Afectação

De acordo com as disposições legais vigentes para as empresas de seguros, a Companhia é obrigada a afectar investimentos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2007, a afectação de investimentos é como segue:

euros

Rubricas	Seguro não Vida	Livres
Terrenos e edifícios	131 459 419	-
Investimentos em empr. do grupo e associadas	100 869 329	1 287 877
Outros investimentos financeiros	464 254 342	13 784 200
Depósitos junto de empresas cedentes	2 218	-
Total 2007:	696 585 308	15 072 077
Total 2006:	734 710 340	19 025 028

45 // Outras Informações Consideradas Relevantes

45.1 // Demonstração das alterações nos capitais próprios

euros

	Capital	Reservas de Reavaliação	Resultados Transitados e Outras Reservas	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	135 000 000	33 091 839	(6 276 879)	26 772 701	188 587 661
Dotação da reserva de reavaliação regulamentar	-	16 791 061	-	-	16 791 061
Recuperação de mais e menos valias realizadas de investimentos	-	(23 876 032)	-	-	(23 876 032)
Aplicação dos resultados de 2005	-	-	3 445 181	(3 445 181)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(23 327 520)	(23 327 520)
Distribuição de dividendos antecipados	-	-	(76 761 000)	-	(76 761 000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	157 228 262	157 228 262
Saldo em 31 Dezembro de 2006	135 000 000	26 006 868	(79 592 698)	157 228 262	238 642 432
Dotação da reserva de reavaliação regulamentar	-	(3 297 799)	-	-	(3 297 799)
Recuperação de mais e menos valias realizadas de investimentos	-	4 454 000	-	-	4 454 000
Aplicação dos resultados de 2006	-	-	16 227 811	(16 227 811)	-
Distribuição de resultados	-	-	4 000 451	(4 000 451)	-
Distribuição de dividendos	-	-	72 760 550	(137 000 000)	(64 239 450)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	23 474 224	23 474 224
Saldo em 31 Dezembro de 2007	135 000 000	27 163 069	13 396 114	23 474 224	199 033 407

A legislação portuguesa aplicável ao sector segurador exige que a Reserva Legal, que não é passível de distribuição, seja reforçada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

45.2 // Responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros

("CCT"). Adicionalmente assumiu a responsabilidade de assistência médica aos pré-reformados.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de participantes abrangidos pelo plano benefícios era o seguinte:

	2007	2006
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	663	674
Pessoal no Activo	483	522
	1 146	1 196

De acordo com a política contabilística descrita em 3.2.6, a responsabilidade assumida pela Companhia para o pagamento de pensões de complemento de reforma e outros benefícios em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como segue:

	euros	
	2007	2006
Responsabilidades contratuais por benefícios projectados		
Pensões e outros benefícios	51 709 000	52 932 708
Seguros de vida	16 145 000	17 549 950
	67 854 000	70 482 658
Cobertura:		
Fundo de pensões	47 312 162	46 120 000
Seguros de vida	16 145 000	17 549 950
Provisão contabilística	4 101 587	10 437 223
	67 558 749	74 107 173
Excesso/(insuficiência) de cobertura	-295 251	3 624 515

Em 31 de Dezembro de 2007, a Companhia alterou a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor actual das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios.

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	2007	2006
Método actuarial	"Projected Unit Credit"	"Projected Unit Credit"
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Taxa técnica	3%	3%
Taxa de crescimento salarial	3,5% - 4% (*)	3% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões de pré-reforma	2,5%-n.a. (*)	0,75% - 3,75% (*)
Taxa de rendimento do fundo	6%-5,7% (*)	5,8% - 5,15% (*)
Taxa de desconto	5,25%	4,75%

(*) Plano de benefícios dos Administradores

A avaliação actuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios da Companhia é efectuada anualmente, sendo a última efectuada com a data de referência de 31 de Dezembro de 2007.

45.3 // Transacções com partes relacionadas

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do D.L. 318/94 de 24 de Dezembro, em 31 de Dezembro de 2007, os saldos e transacções com empresas do Grupo são analisados como segue:

milhares de euros

Empresas Associadas e Relacionadas	2007				2006			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
Banco Espírito Santo	44 338	1 906	1 128	10 841	53 060	-	1 338	15 194
T-Vida	58 184	-	-	2 450	50 000	2 405	-	-
E S Contact Center	102	-	1 624	110	-	66	1 409	66
Esumédica	263	226	-	-	-	-	1 622	355
E S Saúde	8 500	-	-	-	6 000	-	-	48
E S Segurança	107	-	471	909	-	-	279	778
Gespatrimónio	1 057	-	-	1 178	-	-	-	-
Multipessoal	47	17	334	288	-	-	277	152
Hersal	20	-	-	79	-	-	-	33
Bes Vida	1 071	-	-	112	-	-	-	1 689
Fundação Espírito Santo	-	-	-	78	18	-	-	70
Espírito Santo, A C E	-	-	-	121	19	-	-	109
AdvanceCare	-	1 472	2 265	-	2 500	1 423	1 723	21
PARTRAN	-	-	-	-	3 239	-	-	-
Bes Leasing	-	2 958	200	175	-	2 366	126	39
SGL	-	86	430	-	-	-	378	-
Bes Seguros	-	207	-	974	-	-	-	72
ESAF	-	-	-	359	-	-	-	133
E S Resource	-	-	-	169	-	-	-	48
Europ Assistance	-	-	-	216	-	-	-	-
ESCOM	-	-	-	108	-	-	-	127
GESFIMO	-	-	-	50	-	-	-	-
E S F G	-	-	337	-	-	-	-	-
ESGEST	-	-	76	-	-	-	-	29
BESI	-	-	116	-	-	-	-	-
Crediflash	-	-	-	-	-	-	-	1 674
Credibom	-	-	-	-	-	-	-	144
	113 689	6 872	6 981	18 217	114 836	6 260	7 152	20 781

45.4 // Análise da imputação de custos

Os custos imputados são analisados como segue:

	euros	
	2007	2006
Custos com pessoal	37 256 473	36 477 600
Fornecimentos e serviços externos	33 711 112	33 631 195
Impostos e taxas	6 416 732	6 243 465
Amortizações do exercício	7 927 102	8 665 208
Juros suportados	233 721	157 957
Comissões	720 282	211 209
	86 265 422	85 386 634

Os custos por natureza foram imputados da seguinte forma:

	euros	
	2007	2006
Custos com sinistros	13 820 351	13 523 065
Custos de exploração		
Custos de aquisição	33 508 635	32 487 133
Custos administrativos	36 498 606	37 109 783
Custos com investimentos	2 437 830	2 226 653
	86 265 422	85 346 634

45.5 // Acréscimos e diferimentos no activo

O saldo desta conta é analisado como segue:

	euros	
	2007	2006
Juros a receber	2 195 184	11 714 706
Outros acréscimos e diferimentos	1 469 606	1 404 698
	3 664 790	13 119 404

A rubrica Juros a receber corresponde à periodificação de juros dos títulos de rendimento fixo, calculados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período, bem como à periodificação dos juros dos restantes investimentos de acordo com a política contabilística definida na nota 3 deste anexo.

45.6 // Acréscimos e diferimentos no passivo

O saldo desta conta é analisado como segue:

	euros	
	2007	2006
Férias e subsídio de férias	4 096 928	4 250 319
Outros acréscimos de custos	13 451 584	20 052 805
Proveitos diferidos	237 808	280 039
Impostos diferidos	1 680 944	35 779
	19 467 264	24 618 942

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de Outros acréscimos de custos inclui o montante de Euros 3 476 390 (2006: Euros 3 206 331) relativo a incentivos a pagar a mediadores.

A rubrica Outros acréscimos de custos inclui ainda o montante de Euros 3 238 222 (2006: Euros 9 500 000) referente a responsabilidades com reformas antecipadas.

45.7 // Outros devedores e credores

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de devedores por outras operações – outros devedores regista o montante de Euros 11 108 404 relativo a operações por liquidar de imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui ainda o montante de Euros 10 778 946 (2006: Euros 8 584 272) referente a valores a receber do IFADAP.

Anexo 01

Inventário de Títulos e Participações Financeiras

euros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
1.1 - Nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
ADVANCECARE	458 899			1,06	485 468	4,53	2 079 402
ESUMEDICA	225 000			1,98	445 500	0,00	1
FIDUPRIVATE	18 750			25,60	480 051	30,45	570 901
LOGO COMP SEG	3 000 000			2,50	7 500 000	2,50	7 500 000
T-VIDA COMPANHIA DE SEGUROS, SA	20 000 000			1,00	20 000 000	1,14	22 750 205
subtotal					28 911 019		32 900 510
1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas							
BES SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668	8,24	6 182 257
ES CONTACT	306 250			1,06	324 975	1,15	352 392
EUROPE ASSISTANCE	240 000			7,32	1 756 800	9,62	2 309 610
subtotal					5 840 443		8 844 259
total					34 751 461		41 744 769
2 - OUTROS TÍTULOS							
2.1 - Nacionais							
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
2.1.1.3 - De outros emissores							
DEP. A PRAZO					80 630 000		80 630 000
BANIF FINANCE 22/12/2016		2 000 000,00	100,18%		2 004 000		2 003 591
BESLEASING FACTORING 22/11/2010		50 950,00	100,00%		50 950		50 950
EMASA		24 939,90	0,10%		24 940		25
LUSITANO GLB CDO PLC 1D 12/05/15		3 300 000,00	102,36%		3 797 960		3 377 913
MONTPI 03/05/2012		2 000 000,00	99,97%		1 999 190		1 999 321
MONTPI 19/09/2011		3 000 000,00	100,13%		3 004 798		3 003 968
P.CAVALEIROS		87 289,65	0,10%		87 290		87
V.AGROS		19 951,92	0,10%		19 952		20
V.TÊXTIL		22 445,93	0,17%		22 446		37
subtotal					91 641 526		91 065 912
2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
2.1.2.1 - Acções							
ARGOGEST	1 300			3,84	4 988	3,84	4 988
BESLEASING FACTORING	59 427			7,59	451 035	8,22	488 693
BRISA (PRIVATIZ)	243 508			10,07	2 453 080	10,05	2 447 255
CASSEL	200			4,99	998	4,99	998
CIRES	247 500			1,28	316 960	1,67	413 325
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195	934,23	5 605
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752	223,86	44 325
COMPTA	306 960			1,64	503 700	0,58	178 037
COMUNDO	2 008			0,33	664	0,33	664
EDP	660 022			4,54	2 995 865	4,47	2 950 298
ES INV PLC	1			2,77	3	1,27	1
ESAF - ACTIVOS FINANCEIROS	117 500			22,93	2 694 627	28,78	3 381 851
ESPIRITO SANTO SAÚDE	13 275 000			1,25	16 541 000	1,68	22 359 411
ESTELA GOLF	20			8 580,90	171 618	7 432,73	148 655
FETAL	2 760			20,84	57 528	7,03	19 407
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	-	2,82	352
ILIDIO MONTEIRO CONSTRUÇÕES	41 675			4,99	207 874	4,99	207 874
IMPRESA, SGPS	58 332			4,51	263 307	2,06	120 164
MADIBEL	7 955			0,01	81	0,00	1
MARINOTEIS	210 000			6,53	1 370 496	6,52	1 369 808
PORTO CAVALEIROS, SGPS	2 483			6,58	16 331	6,58	16 331
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241	2,95	415 407
SONAGI	55 600			0,44	24 294	4,00	222 400
SONAGI AN	100			0,06	6	0,01	1
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986	11,98	89 846
TELLUS	1 200			5,04	6 045	5,04	6 045
VILATÊXTIL SOC IND TÊXTIL	16			10,14	162	10,14	162
subtotal					28 658 837		34 891 904
2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	35			1 000,11	35 004	1 000,00	35 000
EXPLORER II	14			25 003,84	342 053	24 771,05	338 868
FUNGERE (UP)	756 868			5,22	3 952 828	4,71	3 564 848
subtotal					4 329 884		3 938 716
total					124 630 246		129 896 532

euros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
2.2 - Estrangeiros							
2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
2.2.1.1 - De dívida pública							
ITALY 2.75% 15/06/2010		50 000 000,00	100,26%		50 257 000		50 127 576
2.2.1.3 - De outros emissores							
BANCA LOMBARDA 19/12/2016		3 000 000,00	100,23%		3 007 503		3 006 957
BANCO SABADELL 25/05/2016		2 000 000,00	100,33%		2 007 156		2 006 536
BBVA SUB CAPITAL UNIP 03/04/2017		3 000 000,00	100,04%		3 001 341		3 001 240
C.ÁGUAS DA BEIRA		548,68	118,18%		648		648
C.MOÇAMBIQUE		598,56	125,00%		748		748
CAJA CASTILLA 02/11/2016		2 000 000,00	100,19%		2 004 000		2 003 892
CAJA ZARAGOZA ARAGON 25/04/2019		4 000 000,00	100,19%		4 008 000		4 007 544
CALYON FINAN GUERNSEY 30/09/2010		3 000 000,00	100,00%		3 000 000		3 000 000
CIT GROUP INC 30/11/2011		6 000 000,00	100,36%		6 026 429		6 021 425
COMPAGNIE ST GOBAIN 11/04/2012		2 900 000,00	100,05%		2 901 848		2 901 581
CORP PROP INV 7.18% 09/01/2013		500 000,00	93,59%		371 790		317 882
CORP SERV GROUP 10% 04/29/2011		16 670,00	100,00%		25 119		22 731
CSSE NAT C.EPARG P 4,5% 12/14/10		99 952,00	96,04%		85 704		95 995
DEUTSCHE TELEKOM 23/05/2012		2 000 000,00	100,82%		2 019 030		2 016 403
DEUTSCHE TELEKOM INT 28/03/2012		5 500 000,00	100,12%		5 507 809		5 506 622
DRESDNER BANK 4,3% 04/01/09		2 500 000,00	100,00%		2 500 000		2 500 000
ERICSSON L M TEL 27/06/2014		1 400 000,00	99,83%		1 397 452		1 397 638
ERSTE BANK 19/07/2017		8 000 000,00	100,39%		8 033 178		8 031 187
GE CAP EUR FUND 17/05/2021		3 000 000,00	99,82%		2 994 493		2 994 739
GOLDMAN SACHS 02/02/2015		4 000 000,00	100,78%		4 038 400		4 031 177
GOLDMAN SACHS 30/01/2017		8 000 000,00	100,04%		8 003 375		8 003 066
GOLDMAN SACHS 04/02/2013		4 000 000,00	99,99%		3 999 082		3 999 451
GOLDMAN SACHS 23/05/2016		3 000 000,00	99,90%		2 996 681		2 997 136
HALIFAX PLC PERPETUAL		2 000 000,00	101,35%		2 027 547		2 027 024
HBOS PLC 09/01/2016		5 500 000,00	100,48%		5 527 822		5 526 286
HIDRO E REVUE		119,71	100,00%		120		120
HSBC FINANCE CORP 28/10/2013		4 000 000,00	100,17%		4 008 000		4 006 653
SHS NORDBANK AG 14/02/2017		5 000 000,00	100,02%		5 001 109		5 000 995
HYPOVEREINSBANK 07/06/2011		3 000 000,00	102,95%		3 106 701		3 088 553
ISLANDSBANKI 25/11/2013		1 000 000,00	100,77%		1 008 769		1 007 726
JOHN DEERE BANK 31/03/2011		3 500 000,00	99,99%		3 499 225		3 499 505
JP MORGAN 12/10/2015		3 000 000,00	100,27%		3 009 900		3 008 139
KAUPTHING BANK HF 17/08/2012		3 000 000,00	99,58%		2 985 409		2 987 463
LEHMAN BROS HOLD 05/02/2014		2 000 000,00	100,09%		2 001 992		2 001 750
LEHMAN BROS HOLD 19/05/2016		10 000 000,00	99,95%		9 994 113		9 994 942
MACQUARIE BANK 06/12/2016		3 000 000,00	100,28%		3 009 000		3 008 466
MERRILL LYNCH 30/05/2014		4 000 000,00	99,72%		3 987 880		3 988 899
MERRILL LYNCH & CO 14/09/2018		10 000 000,00	99,93%		9 991 944		9 992 625
MORGAN STANLEY 01/03/2013		2 500 000,00	100,26%		2 507 684		2 506 609
MORGAN STANLEY 13/04/2016		7 500 000,00	99,95%		7 495 503		7 496 347
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP		2 000 000,00	102,66%		2 054 100		2 053 203
NATL GRID PLC 18/01/2012		10 000 000,00	100,42%		10 049 860		10 042 181
NAVIO COMP CLN ITAMI 05/10/11		9 650,00	100,15%		9 669		9 665
PERNOD RICARD 06/06/2011		1 000 000,00	100,36%		1 004 505		1 003 555
PREPS LIMITED 2006 B1 18/07/2015		6 000 000,00	100,00%		6 000 009		6 000 008
RCI BANQUE 05/26/2009		5 000 000,00	100,32%		5 027 385		5 015 951
ROCK LTD 03/22/08		14 430 000,00	100,25%		14 760 783		14 465 690
ROYAL BK SCOTLAND 49		5 000 000,00	101,58%		5 080 140		5 078 804
SANTANDER CONSUMER 28/09/2016		4 000 000,00	100,42%		4 018 020		4 016 678
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		3 000 000,00	100,12%		3 003 896		3 003 594
TELECOM ITALIA FINANCE 12/06/12		4 000 000,00	100,02%		4 000 809		4 000 603
VIVENDI 10/03/2011		4 700 000,00	100,44%		4 724 815		4 720 494
VODAFONE 05/09/2013		9 000 000,00	100,47%		9 048 761		9 042 312
VODAFONE 06/06/2014		4 000 000,00	100,00%		4 000 000		4 000 000
VODAFONE 13/01/2012		6 000 000,00	100,58%		6 042 361		6 035 025
VOLKSWAGEN BANK FLT 21/12/2015		2 000 000,00	100,13%		2 002 727		2 002 523
VOLKSWAGEN INT FIN 14/03/2016		5 000 000,00	100,00%		5 000 000		5 000 000
VTB CAPITAL VNESHRTORG 13/03/2009		1 000 000,00	100,12%		1 002 000		1 001 200
subtotal					223 922 344		223 498 185
2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
2.2.2.1 - Acções							
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	98 400			18,71	1 840 870	16,76	1 649 184
BNP PARIBAS	18 310			84,92	1 554 952	74,22	1 358 968
C BUZI	2 000			1,00	2 001	1,00	2 001

euros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
C IND MATOLA	2 200			2,50	5 507	2,50	5 507
C MOÇAMBIQUE	3 000			1,25	3 741	1,25	3 741
C RESSEGURO MOÇAMBIQUE	250			4,99	1 247	4,99	1 247
C SEG NAUTICUS	500			0,56	282	0,56	282
C SEG TRANQUILIDADE DE MOÇAMBIQUE	9 750			2,90	28 313	2,90	28 313
CADA (AGRICULTURA)	2 100			3,22	6 758	3,22	6 758
COMMERZBANK AG	54 100			33,94	1 836 385	26,26	1 420 666
COMP ALGODÕES MOÇAMBIQUE	1 900			0,00	1	0,00	1
COMP SEG A NACIONAL	15 986			6,18	98 780	6,18	98 780
CONTINENTAL MORTAGE INVESTORS	600			2,53	1 520	2,53	1 520
EMPRESA NACIONAL ELECTRICIDAD SA	46 970			37,73	1 772 073	36,35	1 707 360
ENAGAS	97 088			20,84	2 023 455	19,99	1 940 789
FOMENTO PREDIAL MOÇAMBIQUE	50			4,99	249	4,99	249
GENERAL ELECTRIC CO	1 200			46,35	55 616	25,29	30 348
HIDRO ELECT CATUMBELA	200			4,99	998	4,99	998
HYPO REAL ESTAT	30 400			49,45	1 503 332	36,10	1 097 440
NAVANG	448			6,01	2 694	6,01	2 694
NOCAL (CERVEJAS)	2 508			0,62	1 550	0,62	1 550
PETRANGOL	200			2,76	553	2,76	553
REPSOL, YPF, S.A.	40 048			24,45	979 178	24,38	976 370
ROVI - LABORATORIOS FARMACEUTICOS	7 873			9,90	77 948	10,75	84 635
SENA SUGAR ESTATES LTD	77 375			0,21	16 083	0,21	16 083
SOC TURISMO MOÇAMBIQUE	100			4,99	499	4,99	499
SOLARIA	24 784			21,22	526 028	21,48	532 360
SONEFE	573			2,39	1 367	2,39	1 367
SOTUL (ULTRAMAR)	8 000			4,99	39 904	4,99	39 904
TEC.REUNIDAS	10 427			43,21	450 544	43,78	456 494
VIVENDI UNIVERSAL	700			51,72	36 204	31,38	21 966
subtotal					12 868 629		11 488 625
2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DB EONIA	63 200			132,51	8 374 455	132,33	8 363 256
DJ EST50 MSE	187 008			44,44	8 310 993	44,06	8 239 572
EASYETF GLOBAL TITANS50	1 500			34,98	52 476	23,52	35 280
EB.REXX GOVT GERMANY 1.5-2.5	53 200			99,62	5 299 746	99,34	5 284 888
FINANCIAL SELECT	61 453			20,38	1 252 674	19,74	1 212 877
ISHARES LEHM	39 280			55,87	2 194 531	56,07	2 202 499
LPR MULTI STRATEGIES FUND	441			1 135,00	500 000	1 118,00	492 511
POWERSHARES QQQ NASDAQ 100	54 772			35,35	1 935 959	34,94	1 913 919
SISF EURO BOND I	198 020			13,51	2 676 091	13,38	2 649 508
SISF EURO LIQUIDITY I	76 408			116,46	8 898 687	118,44	9 049 764
SISF STRATEGIC BOND EUR HDG I ACC	11 359			111,81	1 270 050	113,77	1 292 313
STS SCHDR GLOBAL DIV GROWTH I ACC	103 243			116,06	11 982 383	111,13	11 473 395
subtotal					52 748 045		52 209 781
subtotal					65 616 674		63 698 407
total					339 796 018		337 324 168
3 - TOTAL GERAL					499 177 726		508 965 470

Imóveis a Representar Provisões Técnicas - 2007

Localização	Exercício	N.º Fracções	V.Inventário
PRAÇA RAIMUNDO SOARES 21	ABRANTES	-	317 083
R D NUNO ÁLVARES PEREIRA 1 RC FRACÇÃO E	ALMADA	1	133 350
R D NUNO ÁLVARES PEREIRA 1 RC FRACÇÃO B	ALMADA	1	225 250
R. FOROS DA AMORA - LT G2 FR"A"	AMORA	1	166 950
R. ENG. MONIZ MAIA, BLOCO A, R/C "C"	AZAMBUJA	1	137 650
LUGAR FONTAINHAS 98, R/C, Lj 5, "Q"	BALAZAR	1	119 500
R. ELIAS GARCIA, 194, R/C - LOJA 2 "J"	BARCELOS	1	156 950
PRAÇA DO ULTRAMAR, 1 e 1-A R/C Fr LAB	BEJA	1	400 180
PRAÇA DO ULTRAMAR, 1 e 1-A CAVE Fr EAS	BEJA	1	17 550
AV DA LIBERDADE, 564 R/C DRT-FRACÇÃO "A"	BRAGA	1	212 100
AV LIBERDADE, 660/672	BRAGA	10	179 422
R 5 DE OUTUBRO 28-R/C-DRT. e C/V-DRT.	BRAGANÇA	1	229 900
R. PROF D. SALVADORA, N.º. 4	BUARCOS	1	103 500
R JOSÉ MALHOA,3/11	C.RAINHA	-	228 000
LUGAR DO MONTE, Lt 1 - LOJA 2 R/C	CALDELAS	1	126 950
R FREDERICO AROUCA,45/45 A	CASCAIS	-	2 207 844
R JOÃO BAPTISTA CORREIA, 1-G Lj 6 RC "G"	CAST. RIBATEJO	1	80 500
AV NAVARRO,17/20 e R.DO SOTA, 63/69	COIMBRA	-	953 063
R FERREIRA BORGES, 75/83	COIMBRA	-	541 095
AV NAVARRO,21/23 e R.DO SOTA, 71/79	COIMBRA	-	796 684
AV. FREI HEITOR PINTO, R/C - FRACÇÃO B	COVILHÃ	1	360 983
AV. VALENTIM RIBEIRO, LT 2 R/C LETRA E	ESPOSENDE	1	83 250
R.REPÚBLICA, 197	F. FOZ	-	167 750
R 5 OUTUBRO 129/155	GONDOMAR	1	328 950
GAVETO R TEIXEIRA PASCOAIS,FR I-LOJA 1	GUIMARAES	1	303 620
R DO ALECRIM, 51/53	LISBOA	-	1 202 184
R S PEDRO DE ALCANTARA,39/49	LISBOA	-	2 851 669
R MARQUÊS DA FRONTEIRA, 84/84-C	LISBOA	1	66 444
PRAÇA DE LONDRES, 6/6-B	LISBOA	1	188 449
PRAÇA DE LONDRES, 7/7-B	LISBOA	2	506 939
AV DA LIBERDADE 242/242-A	LISBOA	-	25 694 034
R JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR 70/70-B	LISBOA	1	526 731
R BARTOLOMEU DE GUSMÃO,16/16-A	LISBOA	1	157 007
AV ALMIRANTE REIS,13/13-E	LISBOA	-	636 301
CALÇADA DO CARRASCAL,173/173-A	LISBOA	-	112 325
R GENERAL GARCIA ROSADO 20	LISBOA	-	370 953
AV ALMIRANTE REIS,73/73-B	LISBOA	-	2 619 907
AV INF SANTO 349/349-D e R SANTANA A LAPA, 156	LISBOA	1	196 346
AV MARQUÊS DE TOMAR, 100/100A	LISBOA	-	878 138
AV MARQUÊS DE TOMAR, 102	LISBOA	-	1 310 602
R DA ASSUNÇÃO 17/23 e R.DOURADORES 93/99	LISBOA	-	603 919
R AUGUSTA, 44/52	LISBOA	-	1 189 959
R AUGUSTA 54/60 e R.CONCEIÇÃO 93/99	LISBOA	-	965 398
R DO CABO,36	LISBOA	-	115 279
AV INFANTE D HENRIQUE 332-R/C E CAVE FRACÇÃO N	LISBOA	1	923 979
R RODRIGUES SAMPAIO 103/103-B	LISBOA	-	3 717 336
AV LIBERDADE,258/258-A 258/B - FRACÇÃO "A"	LISBOA	1	147 600
LG ANDALUZ 2A/2B e R EÇA DE QUEIROZ 22/22B SUBCV FRACÇÃO A	LISBOA	1	312 500
PRAÇA DE LONDRES, 10-10C FRACÇÃO"O"	LISBOA	1	228 471
R. DOS FANQUEIROS, 119 - 127	LISBOA	-	696 405
R. ASSUNÇÃO 82-88/R. SAPATEIROS 145	LISBOA	-	803 877

Localização	Exercício	N.º Fracções	V.Inventário
R. CORREIROS 97-107/R. VITORIA 50-56	LISBOA	-	1 551 504
R. CONCEIÇÃO, 79-91	LISBOA	-	1 021 705
R. CORREIROS 180-192/R. STA JUSTA	LISBOA	-	1 157 797
R. FANQUEIROS, 116-130	LISBOA	-	2 551 614
R. FANQUEIROS, 129/R. VITORIA/R. DOURADORES	LISBOA	-	2 120 331
R. DA MADALENA, 199-209	LISBOA	-	785 004
R. DOS DOURADORES, 64 - 82	LISBOA	-	1 280 188
R. VISCONDE SEABRA 4 - 4 A	LISBOA	-	2 189 510
RUA GARRETT, 53 A 67,	LISBOA	-	3 891 984
R. PRATA, 94/114 e R. S. NICOLAU, 27/33	LISBOA	-	5 662 099
R. PRATA, 88/92	LISBOA	-	366 415
AV. ANTONIO AUGUSTO DE AGUIAR, 104 a 104-B e R. AUGUSTO DOS SANTOS, 4	LISBOA	-	5 512 594
R. ALFREDO GUIASADO, N.º 8 a 10-A	LISBOA	-	6 450 830
R PROFESSOR SOUSA CÂMARA,136/136-D	LISBOA	4	249 984
AV ANTONIO AUGUSTO AGUIAR,126/126-B	LISBOA	1	227 618
AV POETA MISTRAL, 2/2-A	LISBOA	4	1 505 564
R PADRE FRANCISCO 16/16-E	LISBOA	8	415 043
R AVIADOR PLÁCIDO DE ABREU, 6	LISBOA	2	98 288
R BERNARDIM RIBEIRO 44/44-B	LISBOA	4	364 756
R LUIS DEROUET 27 E R INFANTARIA DEZASSEIS 27	LISBOA	5	339 529
CALÇADA DO TOJAL, 14	LISBOA	2	66 022
R.TOMÁS RIBEIRO,45/45-C e AV FONT.P.MELO,34B	LISBOA	4	833 218
AV VISCONDE VALMOR,77/77-E e AV CDE VALBOM, 84/84E	LISBOA	4	505 065
R CAVALEIRO DE OLIVEIRA, 28/28-B	LISBOA	2	105 926
R SILVA CARVALHO 226	LISBOA	1	128 000
AV DR.ANTº.CARVALHO FIGUEIREDO 21 ABC-C/V.E	LOURES	1	120 070
R.PADRE ANTÓNIO 99-R/C-DRT.-LETRA "C"	MAIA	1	173 133
AV.LUÍS DE CAMÕES,28- A 28-B FR B	MONTIJO	1	358 540
R. MACHADO SANTOS, 32 - R/C ESQ. FR. B	P. DELGADA	1	347 350
QT PIEDADE, C. SERRA LT 43 RC ESQ "I"	P. STA IRIA	1	188 500
AV. DR. ANTÃO CARVALHO, 425-RÉGUA	PESO RÉGUA	1	103 350
ESTRADA DO ALVOR 6/6-A - R/C.C/V	PORTIMAO	1	123 352
URBANIZAÇÃO S. SEBASTIÃO, LOTE 6	PORTIMÃO	1	292 600
R MIGUEL BOMBARDA, 25/41	PORTO	-	339 384
AV ALIADOS 1/21 e PR LIBERDADE,114/115	PORTO	-	2 487 419
R D.MANUEL II 290/296/298/304/306 e R J DINIS 15/51	PORTO	25	23 017 907
AV DA BOAVISTA, 320/336	PORTO	5	366 170
R SÁ DA BANDEIRA 797/825 e R GONÇALO CRISTÓVÃO 58/59	PORTO	41	3 496 360
R CAMPO ALEGRE 1376-FRACÇÃO "F" e "JH"	PORTO	2	116 844
RUA GOMES DE AMORIM, 821/823 FR A	POV.VARZIM	1	355 385
URB BONS AMIGOS, LOTE 96, R/C ESQ.º "B"	RAMADA	1	188 600
EN 1 N.ºs 890-914 MOZELOS	S. M.ª FEIRA	1	81 600
BLOCO II - SÍTIO DO LIVRAMENTO - CANIÇO	SANTA CRUZ	1	119 700
R SERPA PINTO 97/99	SANTAREM	-	773 756
AV 22 DEZEMBRO,5 e R.AUGUSTO CARDOSO,83	SETUBAL	4	334 410
TRAVESSA DO SAPALINHO 1/7	SETÚBAL	-	501 601
R FREI ANTONIO CHAGAS 16/16-C (740/1000)	SETÚBAL	3	132 543
AV. MIGUEL BOMBARDA, 27 FRACÇÃO "O"	SINTRA	1	100 463
AV. MIGUEL BOMBARDA, 27 FRACÇÃO "P"	SINTRA	1	169 838
R OLIVEIRA JUNIOR, 82	SJ MADEIRA	-	379 200
R SANTOS BERNARDES,Nº26 LOJA 1 E 2-BL B	T VEDRAS	1	315 649

Localização	Exercício	N.º Fracções	V.Inventário
ALAMEDA UM MARÇO, 44/54 - FRACÇÃO A	TOMAR	1	253 435
ALAMEDA UM MARÇO, 44/54 - FRACÇÃO B	TOMAR	1	356 020
R AVEIRO, 119 R/C DTº FR B	V CASTELO	1	317 925
LARGO JOSE AFONSO LT C - R/C DTº "B"	VIDIGUEIRA	1	81 200
RUA NOVA, LT 1, R/C-DTO, "C", JUGUEIROS,	WISEU	1	109 800
PRACETA 25 DE ABRIL, 146 - FRACÇÃO "DE"	V.N. GAIA	1	201 250
PRACETA 25 ABRIL, 142	V.N. GAIA	1	174 650
TOTAL			131 459 418

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 // Examinei as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 915 013 169 euros e um total de capital próprio de 199 033 407 euros, incluindo um resultado líquido de 23 474 224 euros), a Conta de ganhos e perdas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

Responsabilidades

2 // É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 // A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 // O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 // O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 // Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião

7 // Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. em 31 de Dezembro de 2007 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

8 // É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 11 de Março de 2008

José Manuel Macedo Pereira

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Accionistas da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva Certificação Legal de Contas e o Relatório sobre a Fiscalização Efectuada, que o Revisor Oficial de Contas da Companhia oportunamente emitiu.

No âmbito das nossas atribuições, acompanhámos com regularidade ao longo do exercício de 2007 a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração, à Comissão Executiva e aos Serviços, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda das acções de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias. Pudemos, assim, constatar com satisfação que a Companhia continua a sua política de utilização racional dos recursos e de controlo dos custos, mantendo na sua actividade operacional e financeira uma política de minimização dos riscos inerentes à sua actividade, tendo a nossa acção no exercício de 2007 acompanhado com particular interesse e detalhe os desenvolvimentos em curso na Companhia nas áreas da gestão do risco e do sistema de controlo interno.

Após o final do exercício procedemos à apreciação do Relatório e das Contas que o Conselho de administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o Relatório obedece às disposições legais e estatutárias e refere os aspectos mais relevantes que caracterizam a actividade da Companhia durante o exercício.

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela companhia, funções estas da responsabilidade do Sr. Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas que foi designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia do exercício de 2007. Oportunamente, e nos termos do n.º 1

do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2007, emitida com data de 11 de Março de 2008 e sem reservas pelo Revisor Oficial de Contas acima referido, com a qual concordamos, e também o Relatório sobre a Fiscalização Efectuada também emitido na mesma data pelo Revisor Oficial de Contas.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas, acima resumidas, e das respectivas conclusões, somos de parecer que a Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, aprove:

- a) O Relatório e os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2007, no montante de 23.474.224,40 euros.

Lisboa, 14 de Março de 2008

O Conselho Fiscal

José Manuel Ruivo da Pena – presidente
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira – vogal
António Ricardo Espírito Santo Bustorff - vogal





// 04

QUADROS DIRECTIVOS

BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

EMANUEL BRÁS
b. 1967, Portugal
"#25 lugares de afecção",
2004,
Prova lambda
colada em acrílico,
80x80 cm (imagem),
Ed. de 25

Cortesia do Artista



TRANQUILIDADE"07



04

Quadros Directivos

Assessoria para Assurfinance

Pedro Jorge Pereira Gonçalves

Assessoria para Sinistros com Danos Corporais

Luís Espírito Santo Silva Ricciardi

Direcção de Atendimento e Operações

José Ramos Teles de Matos

Direcção de Auditoria

Joel Correia Monteiro

Direcção de Exploração Norte

Augusto Jorge Pereira Azevedo

Direcção de Exploração Sul

João Maria Sousa C. Ferreira do Amaral

Direcção de Exploração Médias Empresas

João Maria Sousa C. Ferreira do Amaral

Direcção Financeira e Administrativa

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

Direcção de Grandes Clientes, Corretores e Private

José Paulo Castro Trigo

Direcção de Marketing

Artur João Carvalho Fonseca Duarte

Direcção de Pessoal

José Ramos Teles de Matos

Direcção de Qualidade e Organização

Vanda Maria Jesus Ferreira Belo

Direcção de Sinistros

Luís Manuel Cunha Martinho

Direcção de Sistemas de Informação

José Manuel Mendes Esteves Serra Vera

Direcção Técnica

João Carlos Dores Candeias Barata



// 05

REDE DE DELEGAÇÕES





TRANQUILIDADE"07



05

Rede de Delegações

Aeroporto de Lisboa

Aeroporto da Portela • 1700-998 Lisboa

Tel.: 218 452 170

Fax: 218 452 179

E-mail: aeroportolisboa@tranquilidade.pt

Aeroporto do Porto

Aeroporto Francisco Sá Carneiro, Moreira • 4470 Maia

Tel.: 229 437 320

Fax: 229 437 329

E-mail: aeroportolporto@tranquilidade.pt

Algés

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 7-9 • 1495-039 Algés

Tel.: 214 118 910

Fax: 214 118 919

E-mail: alges@tranquilidade.pt

Almada

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 1 A • 2800-170 Almada

Tel.: 212 735 120

Fax: 212 735 129

E-mail: almada@tranquilidade.pt

Amadora

Av. Cardoso Lopes, 18 A • 2700-159 Amadora

Tel.: 214 985 730

Fax: 214 985 739

E-mail: amadora@tranquilidade.pt

Aveiro

Rua Dr. Alberto Souto, 30 • 3800-148 Aveiro

Tel.: 234 400 510

Fax: 234 400 529

E-mail: aveiro@tranquilidade.pt

Beja

Pç. do Ultramar – Rua sem Nome, Lj 2 • 7800-429 Beja

Tel.: 284 312 320

Fax: 284 312 329

E-mail: beja@tranquilidade.pt

Braga

Av. da Liberdade, 570 • 4710-249 Braga

Tel.: 253 203 270

Fax: 253 203 289

E-mail: braga@tranquilidade.pt

Bragança

Rua 5 de Outubro, 28, r/c dto. • 5300-112 Bragança

Tel.: 273 310 170

Fax: 273 310 179

E-mail: braganca@tranquilidade.pt

Caldas da Rainha

Rua José Malhoa, 5-9 • 2500-223 Caldas da Rainha

Tel.: 262 839 040

Fax: 262 839 049

E-mail: caldasrainha@tranquilidade.pt

Cascais

Rua Frederico Arouca, 45 A, Lj 1 • 2750-355 Cascais

Tel.: 214 823 800

Fax: 214 823 809

E-mail: cascais@tranquilidade.pt

Castelo Branco

Av. Gen. Humberto Delgado, 62 • 6000-267 Castelo Branco

Tel.: 272 349 520 - 272 349 529

E-mail: castelobranco@tranquilidade.pt

Coimbra

Av. Fernão Magalhães, 441, r/c • 3800-177 Coimbra

Tel.: 239 851 980

Fax: 239 851 989

E-mail: coimbra@tranquilidade.pt

Covilhã

Av. Frei Heitor Pinto, 20 • 6200-113 Covilhã

Tel.: 275 310 890

Fax: 275 310 899

E-mail: covilha@tranquilidade.pt

Espinho

Rua 20, 534 • 4500 Espinho

Tel.: 227 331 270**Fax:** 227 331 279**E-mail:** espinho@tranquilidade.pt**Évora**

Praça do Giraldo, 30-32 • 7000-508 Évora

Tel.: 266 730 640**Fax:** 266 730 649**E-mail:** evora@tranquilidade.pt**Faro**

Rua Batista Lopes, 21, r/c • 8000-225 Faro

Tel.: 289 880 060**Fax:** 289 880 069**E-mail:** faro@tranquilidade.pt**Funchal**

Rua Cón. Jerónimo Dias Leite, Edif. Marina Fórum • 9000-052 Funchal

Tel.: 291 201 860**Fax:** 291 201 869**E-mail:** funchal@tranquilidade.pt**Gondomar**

Rua 5 de Outubro, 139 • 4420-086 Gondomar

Tel.: 224 663 870**Fax:** 224 663 879**E-mail:** gondomar@tranquilidade.pt**Guarda**

Largo Dr. João de Almeida, 24 • 6300-965 Guarda

Tel.: 271 205 020**Fax:** 271 205 029**E-mail:** guarda@tranquilidade.pt**Guimarães**

Rua Teixeira de Pascoaes, 71 A • 4800-513 Guimarães

Tel.: 253 439 610 - 253 439 619**E-mail:** guimaraes@tranquilidade.pt**Leiria**

Rua Anzebino Cruz Saraiva, 251, Lt3, Quinta de São Miguel • 2400-098 Leiria

Tel.: 244 860 340**Fax:** 244 860 349**E-mail:** leiria@tranquilidade.pt**Lisboa (Central)**

Av. da Liberdade, 242 • 1250-149 Lisboa

Tel.: 213 503 500**Fax:** 213 503 584**E-mail:** lisboa@tranquilidade.pt**Lisboa (Campo de Ourique)**

Rua Francisco Metrass, 24-A • 1350-143 Lisboa

Tel.: 213 933 710**Fax:** 213 584 208**E-mail:** campourique@tranquilidade.pt**Lisboa (Praça de Londres)**

Praça de Londres, 10 B • 100-192 Lisboa

Tel.: 218 428 820**Fax:** 218 428 829**E-mail:** praca Londres@tranquilidade.pt**Maia**

Rua Dr. Carlos Felgueiras, 216 • 4470-157 Maia

Tel.: 229 477 660**Fax:** 229 477 669**E-mail:** maia@tranquilidade.pt**Matosinhos**

Av. da República, 371 • 4450-242 Matosinhos

Tel.: 229 396 550 - 229 396 559**E-mail:** matosinhos@tranquilidade.pt**Montijo**

Av. Luís de Camões, 28 B, r/c • 2870-163 Montijo

Tel.: 212 309 580**Fax:** 212 309 589**E-mail:** montijo@tranquilidade.pt

Odivelas

Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, 43 A-C • 2675-301 Odivelas

Tel.: 219 344 780

Fax: 219 344 789

E-mail: odivelas@tranquilidade.pt

Penafiel

Av. Sacadura Cabral, 76-78 • 4560-480 Penafiel

Tel.: 255 710 680

Fax: 255 710 699

E-mail: penafiel@tranquilidade.pt

Ponta Delgada

Rua Machado Santos, 32 • 9500-083 Ponta Delgada

Tel.: 296 301 390

Fax: 296 301 399

E-mail: pontadelgada@tranquilidade.pt

Portalegre

Rua Alexandre Herculano, 91 • 7300-121 Portalegre

Tel.: 245 300 580

Fax: 245 300 589

E-mail: portalegre@tranquilidade.pt

Portimão

Estrada do Alvor, Edif. S. Sebastião, Lt 6, Lj 1 • 8500-521 Portimão

Tel.: 282 410 030

Fax: 282 410 039

E-mail: portimao@tranquilidade.pt

Porto

Rua D. Manuel II, 290 • 4050-344 Porto

Tel.: 226 082 000 • **Fax:** 226 009 814

E-mail: portol@tranquilidade.pt

Póvoa de Varzim

Rua Gomes Amorim, 821, r/c • 4490-641 Póvoa de Varzim

Tel.: 252 290 330

Fax: 252 290 339

E-mail: povoavarzim@tranquilidade.pt

Sacavém

Av. S. José, 38 A • 2685-108 Sacavém

Tel.: 219 409 880

Fax: 219 409 889

E-mail: sacavem@tranquilidade.pt

Santarém

Rua Serpa Pinto, 99 • 2000-046 Santarém

Tel.: 243 303 320

Fax: 256 200 329

E-mail: santarem@tranquilidade.pt

S. João da Madeira

Rua Oliveira Júnior, 82 • 3700-203 S. João da Madeira

Tel.: 256 200 330

Fax: 256 200 339

E-mail: saojoaomadeira@tranquilidade.pt

Setúbal

Praça do Bocage, 101 • 2900-276 Setúbal

Tel.: 265 520 280

Fax: 265 520 289

E-mail: setubal@tranquilidade.pt

Sintra

Av. Dr. Miguel Bombarda, 27 C • 2710-590 Sintra

Tel.: 219 108 850

Fax: 219 108 859

E-mail: sintra@tranquilidade.pt

Tomar

Alameda 1º de Março, 50 • 2300-431 Tomar

Tel.: 249 310 870

Fax: 249 310 879

E-mail: tomar@tranquilidade.pt

Torres Vedras

Rua Santos Bernardes, 26 • 2560-365 Torres Vedras

Tel.: 261 334 420

Fax: 261 334 429

E-mail: torresvedras@tranquilidade.pt

Viana do Castelo

Rua de Aveiro, 119, r/c dto. • 4900-495 Viana do Castelo

Tel.: 258 806 360

Fax: 258 806 369

E-mail: vianacastelo@tranquilidade.pt

Vila Franca de Xira

Praça Afonso de Albuquerque, 25 • 2600-093 Vila Franca de Xira

Tel.: 263 286 540

Fax: 263 286 549

E-mail: vilafranxira@tranquilidade.pt

Vila Nova de Famalicão

Rua Adriano Pinto Basto, 216, r/c • 4760-114 Vila Nova de Famalicão

Tel.: 252 501 960 - 252 501 969

E-mail: vilanovafamalicao@tranquilidade.pt

Vila Nova de Gaia

Praceta 25 de Abril, 146 • 4430-257 Vila Nova de Gaia

Tel.: 223 773 100

Fax: 223 773 109

E-mail: vilanovagaia@tranquilidade.pt

Vila Real

Av. 1º de Maio, 257 • 5000-651 Vila Real

Tel.: 259 302 480

Fax: 259 302 489

E-mail: vilareal@tranquilidade.pt

Vila Real de Santo António

Av. da República, 61 • 8900-204 Vila Real de Santo António

Tel.: 281 530 450

Fax: 281 530 459

E-mail: vilarealsantoantonio@tranquilidade.pt

Viseu

Rua D. Francisco Alexandre Lobo, 29-33 • 3500-071 Viseu

Tel.: 232 484 640

Fax: 232 484 649

E-mail: viseu@tranquilidade.pt



Linha de Apoio ao Cliente
808 20 28 28

E-mail: infogeral@tranquilidade.pt • **Internet:** www.tranquilidade.pt

// 06

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

THOMAS WEINBERGER
b. 1964, Alemanha
"Krabat", 2007, C-Print,
Diasec auf Glas, gerahmt,
129 x 155 cm,
Ed. 2/5 + 1

Copyright Thomas Weinberger,

Munich
Courtesy Nusser & Baumgart
Contemporary, Munich





TRANQUILIDADE 07

06 Relatório e Contas Consolidadas

1 // Relatório do Conselho de Administração

Exmos. Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas. o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. respeitantes ao exercício de 2007.

1.1 // Breve Enquadramento da Conjuntura Macroeconómica

A Companhia desenvolveu a sua actividade durante o exercício 2007 num contexto macro-económico que podemos caracterizar, sumariamente, da seguinte forma:

Indicadores*	2007	2006
PIB	1,9	1,3
Consumo Privado	1,5	1,1
Consumo Público	0,3	-1,2
Investimento	3,2	-0,8
Exportações	7,1	9,2
Importações	5,4	4,6
Índice de Inflação (IPC)	2,5	3,1
Taxa de Desemprego	8,0	7,7

* Taxas de crescimento real, em %.

1.2 // Breve Enquadramento do Mercado Segurador

O exercício de 2007 da actividade seguradora em Portugal foi influenciado por um clima de alguma incerteza nos mercados financeiros e por uma intensa actividade concorrencial, além de ter que se adaptar a sucessivas evoluções legislativas e regulamentares, algumas delas de alcance bem significativo e com grande impacto nas organizações.

As alterações legislativas e regulamentares, como a introdução de um novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (em base IAS/IFRS), têm vindo a exigir das seguradoras acrescidos esforços na adequação das organizações, seja na adaptação de sistemas e processos, seja na preparação dos recursos humanos, seja até na reorientação de políticas de gestão e de negócio.

O Mercado Segurador em 2007, no que concerne à produção de seguro directo, evidenciou um comportamento positivo, mas o seu crescimento foi conseguido através dos produtos Vida, já que o mercado Não Vida se manteve praticamente ao nível do ano anterior.

Com efeito, o total de prémios no valor de 13 749 milhões de euros foi superior ao obtido no ano anterior em 4,8%, sendo que os ramos Vida cresceram 6,9% e os Não Vida apenas 0,4%, relativamente a 2006. O peso da actividade seguradora no PIB passou de 8,51% em 2006 para 8,54% em 2007.

O volume dos prémios Não Vida, no montante de 4 380 milhões de euros, cresceu 0,4% em relação a 2006 e representa 32% do total dos prémios emitidos no sector segurador (33% em 2006) e 2,72% do PIB (2,83% em 2006). A estagnação dos prémios Não Vida reflecte a forte concorrência existente no mercado, principalmente nos ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho, cujos prémios são inferiores aos obtidos no ano anterior (-3,0% e -1,6%, respectivamente), reflexo também da redução do prémio médio Automóvel (próxima dos 5,0%) e de ajustamentos tarifários. Por outro lado, os seguros de Saúde apresentaram novamente uma evolução bastante positiva (+7,8%), indicador de uma importância crescente deste tipo de produtos na sociedade portuguesa. De um modo geral, os restantes ramos Não Vida obtiveram variações positivas, com destaque para Multirriscos (+5,1%), Responsabilidade Civil (+11,0%) e Transportes (+5,8%).

Os Custos com Sinistros Não Vida, até ao 3º trimestre de 2007, apresentavam uma variação ligeiramente positiva, de 0,6%, com destaque para o decréscimo em Automóvel e em Incêndio e outros danos e crescimento em Acidentes de Trabalho e Doença. A taxa de sinistralidade Não Vida agravou-se 0,6 p.p., em relação ao período homólogo de 2006.

O total de prémios vida emitidos pelo mercado segurador em 2007 atingiu 9 369 milhões de euros, o que significa uma variação homóloga de 6,9%, tendo este crescimento sido impulsionado pelos seguros de vida com componentes significativas de capitalização não ligados a fundos de investimento, cujas contribuições representaram perto de 1/3 da produção do ramo e cuja expansão em 2007 terá excedido os 30%. Em crescimento acelerado esteve também o volume de contribuições para operações de capitalização (+25,3%).

Assim, os produtos de capitalização e os produtos tradicionais apresentaram taxas de variação positivas, crescendo respectivamente 13,7% e 5,7%, ao contrário dos produtos PPR's que decrescem 13,4%, depois de vários anos de crescimento sustentado.

Os PPR's evidenciaram um decréscimo resultante apenas de uma conjuntura relativamente instável do mercado da poupança, quando se revela a importância do aforro privado à data da reforma, face à deterioração inevitável das pensões de velhice da segurança social decorrente das suas novas regras de cálculo.

No mercado sem canal bancário todos os ramos apresentam uma evolução positiva, verificando-se um total de prémios de 731 milhões de euros e uma variação homóloga de 4%.

O mercado sem canal bancário (incluindo as seguradoras que operam simultaneamente no canal tradicional) representa cerca de 7,8% do total dos prémios do mercado vida (8,0% em 2006).

No total de prémios sem canal bancário os produtos de capitalização tiveram um peso de 51,6%, os produtos tradicionais de 27,0% e os PPR's de 21,4%.

Tendo o PPR apresentado o maior crescimento (10,6%), inversamente ao que ocorreu no mercado com canal bancário, em que os PPR's decresceram 13,4%, os produtos de capitalização e tradicionais também apresentaram crescimentos de 1,9% e 3,3%, respectivamente.

Relativamente à gestão de activos no mercado segurador, o ano de 2007 foi pautado por uma deterioração significativa dos mercados financeiros na segunda metade do ano. Apesar do crescimento económico global ter continuado a registar níveis elevados, com um crescimento acima do potencial nas principais economias e um desempenho notável dos mercados emergentes, a crise do mercado hipotecário nos EUA despoletou um aumento da incerteza nos mercados e originou uma crise de liquidez e desconfiança. Esta crise contagiou o mercado de crédito e o mercado monetário, com um alargamento significativo dos *spreads*, sendo o sector financeiro particularmente afectado, e levou a que os bancos centrais tivessem de intervir através de operações avultadas de injeção de liquidez. A Reserva Federal Norte-americana procedeu mesmo a cortes nas respectivas taxas directoras, com a justificação da deterioração das condições financeiras.

Registou-se ainda um aumento significativo da volatilidade nos mercados na segunda metade do ano. Não obstante isto, os mercados accionistas na generalidade registaram uma *performance* positiva, atingidos novos máximos históricos. Ainda se destacam a forte desvalorização da divisa norte-americana, e performance assinalável das *commodities*.

1.3 // Apresentação do Perímetro de Consolidação

As empresas incluídas nas contas consolidadas, pelos métodos contabilísticos da integração global e da equivalência patrimonial, são as seguintes:

Empresa Mãe

Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Empresas do Grupo (Incluídas pelo método da integração global)	Participação Efectiva (%)
ADVANCECARE – Gestão e Serviços de Saúde, S.A.	50,99
ESUMÉDICA – Prestação de Cuidados Médicos, S.A.	75,00
FIDUPRIVATE, S.A.	75,00
HEARTSCAN IBÉRIA – Diagnóstico Imagiológico, S.A.	63,75
T-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.	100,00

Empresas Associadas (Incluídas pelo método da equivalência patrimonial)	Participação Efectiva (%)
BES, Companhia de Seguros, S.A.	25,00
ES CONTACT CENTER – Gestão de Call Centers, S.A.	20,42
EUROP ASSISTANCE – Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A.	24,00

1.4 // Análise e Principais Indicadores Relativos às Empresas Integrantes das Contas Consolidadas do Exercício de 2007

Companhia de Seguros **TRANQUILIDADE, S.A.**

Balança	milhares de euros	
	2007	2006
Investimentos	627 268	698 471
Total do Activo	934 424	986 328
Capital Próprio	216 633	264 469
Provisões Técnicas	631 050	608 383
Outros Passivos	63 912	73 267
Total do Passivo	717 791	721 859

milhares de euros

Conta de Ganhos e Perdas	2007	2006
Prémios Brutos Emitidos	362 380	361 381
Custos com Sinistros	209 771	206 687
Resultado em Empresas Associadas	(240)	175 524
Rendimentos dos Investimentos	31 524	23 101
Outros Réditos e Gastos	(2 308)	9 797
Resultado Líquido do Exercício	23 140	154 343

Na preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007 a Companhia de Seguros Tranquilidade acompanhou as evoluções legislativas e regulamentares, introduzindo um novo Plano de Contas em base IAS/IFRS.

Relativamente ao resultado líquido do ano 2006, importa referir que o mesmo está influenciado pela mais valia resultante da alienação por parte da Tranquilidade de 25% da Bes-Vida.

Os prémios brutos emitidos totalizaram 362 380 milhares de euros, apresentando uma taxa de variação homóloga de +0,3%, destacando-se num mercado segurador Não Vida cujos prémios permaneceram praticamente ao nível do ano anterior, onde as maiores seguradoras registaram variações homólogas negativas. O abrandamento da economia e uma maior agressividade concorrencial, sobretudo nas tarifas de seguro Automóvel, condicionaram a evolução do mercado segurador em 2007.

No entanto, a Tranquilidade apresentou taxas de variação homólogas positivas nos grupos Acidentes e Doença (+0,4%) Transportes (+3,5%) e Responsabilidade Civil (+17,0%). Destaque para a variação de +3,4% em Acidentes de Trabalho, que compara com uma variação de -1,6% no mercado segurador, e +21,6% em Saúde, cujo mercado cresceu apenas 7,8%.

Por outro lado, há a registar a diminuição na produção do grupo Incêndio e Outros Danos de -1,4%, embora o ramo Multirriscos tenha apresentado um crescimento de 1,8% em relação ao ano anterior. Também os prémios do ramo Automóvel decresceram em 2007, -0,2%, apesar desta evolução mantivemo-nos *overweight* face ao mercado, cuja variação foi de -3,0%.

Os custos com sinistros alcançaram os 209 771 milhares de euros, aumentando 3 084 milhares de euros, ou seja, +1,5% em relação a 2006.

As variações mais significativas foram as registadas em Automóvel (+6 376 milhares de euros) e em Incêndio e Outros Danos (-4 242 milhares de euros). Em Automóvel, registou-se um acréscimo do número de ocorrências e redução do custo médio de sinistro.

O rácio de sinistralidade líquido de resseguro passou de 67,6% para 67,8% em 2007.

As provisões técnicas totalizaram os 631 050 milhares de euros, com desaque para a Provisão para Sinistros que teve um incremento de 3,8%.

Empresas do Grupo

T-VIDA, Companhia de Seguros, S.A.

milhares de euros

Balanço	2007	2006
Investimentos	319 761	400 201
Total do Activo	501 016	478 343
Capital Próprio	70 946	71 397
Provisões Técnicas	361 275	355 228
Passivos por Contratos de Investimento	64 073	47 437
Outros Passivos	2 178	1 339
Total do Passivo	430 069	406 946

milhares de euros

Demonstração de Resultados	2007	2006*
Prémios Brutos Emitidos	59 683	23 838
Rendimentos da Actividade Financeira	20 195	7 454
Custos com Sinistros	52 915	22 341
Despesas Gerais	6 286	2 536
Resultado Líquido do Exercício	4 183	1 276

* Corresponde a 5 meses de actividade

milhares de euros

Outros Indicadores	2007	2006*
Montantes recebidos de acordo com o IAS 39	18 318	4 921
Prémios no âmbito do IFRS 4	59 683	23 838
Total Prémios – Contas Locais	78 001	28 759
Montantes pagos de acordo com o IAS 39	4 440	997
Sinistros no âmbito do IFRS 4	52 915	22 341
Total Custos com Sinistros – Contas Locais	57 355	23 338

* Corresponde a 5 meses de actividade

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., Seguradora do Grupo Espírito Santo, constituída a 28 de Julho de 2006, iniciou a sua actividade no Ramo Vida, em 1 de Agosto de 2006, pelo que para efeitos comparativos das demonstrações financeiras, todas as variações com o período homólogo descritas neste relatório foram anualizadas.

Relativamente aos prémios da actividade, e de acordo com as normas IFRS, os contratos de seguro com risco significativo e os produtos com participação nos resultados são tratados no âmbito do IFRS 4, enquanto que para os restantes produtos (unit linked e produtos sem participação nos resultados) são tratados no âmbito do IAS 39. Os produtos tratados através do IAS 39, relativamente às suas rubricas de prémios, sinistros e variação da provisão matemática, não são registados como proveitos e custos, mas considerados pelo seu valor líquido em "Resultado de Contratos de Investimento".

Assim, para que seja possível a comparabilidade com o mercado português terá que se agrupar os prémios emitidos no âmbito do IFRS 4 e os montantes recebidos de acordo com o IAS 39.

No seu primeiro ano de actividade completo, a T-Vida apresentou uma receita de 78 001 milhares de euros (incluem os montantes recebidos de contratos de investimento), sendo relevante salientar o peso dos produtos PPR e tradicionais, de 67,9% e 22,7%, respectivamente – produtos estratégicos para a Companhia em termos de fidelização e margens técnicas elevadas.

Os produtos PPR no seu todo, registaram um bom comportamento em 2007, tendo este segmento sido favorecido pelo lançamento do produto de taxa garantida de 4% para os anos 2007 e 2008 e produção de produtos PPR Poupança Activa.

Nas seguradoras individuais sem canal bancário, a T-Vida conquistou o 2º lugar (6º lugar no início do ano) com uma quota de 10,7% (0,8% considerando o total de mercado vida).

A Companhia apresentou uma tendência contrária ao mercado, tendo apresentado um crescimento bastante significativo em produtos PPR's (92,8%) quando o mercado total decresceu 13,4%, e assumiu o 1º lugar no mercado sem Canal Bancário com uma quota de 42,9%, e o 5º lugar no mercado com canal bancário com uma quota de 3,1%. Em produtos vida risco também teve uma boa *performance*, não considerando as rendas extraordinárias realizadas por Fundos de Pensões em 2006.

Os custos com sinistros ascenderam a 52 915 milhares de euros, com principal enfoque nos produtos PPR, valor justificado pelo elevado volume de vencimento de apólices durante o ano 2007, e pelo aumento de resgates.

É de realçar ainda que o valor de indemnizações por morte em produtos risco foi substancialmente baixo face ao volume que geraram de prémios.

O valor das provisões técnicas e passivos por contratos de investimento ascenderam os 425 348 milhares de euros.

As provisões matemáticas ascenderam a 412 824 milhares de euros, com uma variação de +6,7% face ao ano anterior. No segmento de seguradoras que não exploram o mercado bancário, em produtos PPR's a Companhia T-Vida conquistou a liderança do mercado, atingindo uma quota de mercado na ordem dos 2,2%. Nos produtos tradicionais ficou em 2º lugar com uma quota de mercado de 7,9%.

Os rendimentos da actividade financeira revelaram uma evolução favorável, com um aumento de 12,9%, representando esta variação um aumento de 2 306 milhares de euros.

Os custos operacionais, incluindo custos com pessoal devem-se ao facto de a Companhia no seu modelo de funcionamento continuar a subcontratar à BES-Vida as tarefas operacionais relativas às áreas de Subscrição, Gestão de Carteira e Sinistros.

No que diz respeito aos custos com pessoal, a Companhia reforçou os seus quadros com a admissão de 8 colaboradores, totalizando 12 colaboradores a 31.12.2007.

Em termos de margem de solvência, verificou-se um rácio de cobertura de 104,7%, -26,9 b.p. face o período homólogo.

Os fundos próprios foram reforçados pela dotação de prestações acessórias no valor de 7 500 milhares de euros e registou-se um acréscimo da reserva legal, de 10% sobre o resultado do exercício de 2006, correspondente a 103 milhares de euros.

O resultado antes de imposto apresentou uma variação de 1,0%, no entanto o resultado líquido foi superior em 36,6%, devido ao decréscimo de impostos a pagar comparativamente com o ano anterior (-45%).

O resultado líquido em 2007, apresentou um aumento do resultado no valor de 1 121 milhares de euros (+36,6%), sendo positivo em 4 183 milhares de euros.

BES, Companhia de Seguros, S.A.

milhares de euros

Balanco	2007	2006
Investimentos	67 707	65 970
Total do Activo	108 662	88 919
Capital Próprio	24 455	24 135
Provisões Técnicas	74 435	58 377
Credores	5 404	2 562
Total do Passivo	84 206	64 784

milhares de euros

Demonstração de Resultados	2007	2006
Prémios Brutos Emitidos	73 171	62 188
Rendimentos da Actividade Financeira	3 692	2 730
Custos com Sinistros Líquidos de Resseguro	41 016	41 697
Custos de Exploração Líquidos	12 476	12 105
Resultado Líquido do Exercício	4 723	4 425

No âmbito do reforço da parceria entre a Espírito Santo Financial Group e o Crédit Agricole na área de bancaseguros em Portugal, em 27 de Junho de 2006, verificou-se a alteração do nome da sociedade Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A. (Espírito Santo Seguros), passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, S.A. (BES Seguros). Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole ficando este com o controlo de gestão da empresa e os restantes 50% são detidos pelo BES e pela Companhia de Seguros Tranquilidade, em partes iguais.

Independentemente destas alterações, a BES Seguros deu continuidade à sua actividade na área de bancaseguros, equipando os clientes particulares da banca com os produtos de base de seguros Não-Vida, conseguindo no final do ano 2007 uma produção total de 55 205 contratos.

Apesar do fraco crescimento dos prémios brutos emitidos, à semelhança do verificado para o total do mercado de seguros não-vida, o resultado técnico atingiu um bom nível e o controlo dos custos operacionais permitiu à BES Seguros atingir um resultado líquido em 2007 de 4 723 milhares de euros, representando 6,5% dos prémios brutos emitidos e um crescimento homólogo de 6,7%.

O rácio combinado após resseguro foi de 92,1%, mantendo-se num excelente nível, conseguindo mesmo uma melhoria face aos 94,5% verificados em 2006.

O capital próprio ascendeu a cerca de 24 455 milhares de euros, aumentando 1,3% relativamente ao verificado no ano de 2006.

O Grupo Tranquilidade detém sobre esta empresa associada uma participação de 25%, tendo esta contribuído positivamente para o seu resultado consolidado em cerca de 1 181 milhares de euros.

ADVANCECARE

Gestão e Serviços de Saúde, S.A.

milhares de euros

Balanco	2007	2006
Imobilizado Corpóreo	1 543	1 238
Dívidas de Terceiros - curto prazo	672	840
Depósitos Bancários e Caixa	7 436	5 144
Activos para Impostos Diferidos s/ Rendimento	236	635
Total do Activo	11 201	9 025
Capital Próprio	9 014	7 192
Dívidas a Terceiros - curto prazo	1 201	964
Total do Passivo	2 187	1 833

milhares de euros

Demonstração de Resultados	2007	2006
Prestação de Serviços	11 143	10 116
Proveitos Suplementares	283	154
Fornecimento e Serviços Externos	3 746	3 585
Custos com Pessoal	5 173	4 441
Resultado Líquido do Exercício	1 822	1 742

A Advancecare iniciou a sua actividade em Dezembro de 1998, sendo a sua actividade principal a gestão de serviços de saúde. O exercício de 2007 findou com o registo de lucros de cerca de 1 822 milhares de euros (+4,6% vs. 2006), derivado sobretudo ao acréscimo da sua actividade em 1 027 milhares de euros (+10,2% vs. 2006). Durante o ano 2007 verificou-se também um acréscimo significativo do número de pessoas seguras sob gestão da Advancecare, contribuindo esta para o resultado consolidado da Tranquilidade com 929 milhares de euros.

O Grupo Tranquilidade é detentor de uma participação de 50,99% do capital social, sendo os outros accionistas relevantes a Companhia de Seguros Victoria, S.A. (24%), a Münchener Ruckversicherungs (15%), a United Healthcare Corporation (10%) e o Banco Espírito Santo, S.A. (0,01%).

EUROP ASSISTANCE

Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A.

milhares de euros

Balanço	2007	2006
Investimentos	22 471	21 690
Devedores	4 668	3 935
Total do Activo	30 288	27 981
Capital Próprio	8 511	8 060
Provisões Técnicas	17 496	16 356
Total do Passivo	21 777	19 921

milhares de euros

Demonstração de Resultados	2007	2006
Prémios Brutos Emitidos	25 966	25 468
Custos com Sinistros Líq. Resseguro	18 152	16 616
Custos de Exploração Líquidos	5 235	5 494
Resultado Líquido do Exercício	1 177	1 035

No exercício de 2007 a Europ Assistance registou mais um ano de crescimento sustentado, consolidando a sua posição no mercado de assistência.

O volume de prémios emitidos ascendeu a cerca de 25 966 milhares de euros, o que representa um crescimento de 2,0% relativamente ao ano anterior. Os prémios adquiridos líquidos de resseguro, por sua vez, apresentaram um crescimento de 5,8%, alcançando o valor de 24 509 milhares de euros.

O ano de 2007 ficou marcado, na vertente comercial, por uma constante preocupação em assegurar a fidelização da base de clientes existente, privilegiando a prestação de um serviço de qualidade e procurando soluções inovadoras que respondam às necessidades do mercado e, simultaneamente, pela aposta na exploração de novos canais de distribuição com potencial de desenvolvimento futuro.

Em termos de recursos humanos, como consequência directa do crescimento da actividade, verificou-se um aumento do quadro de pessoal, realçando-se a preocupação em adoptar políticas que privilegiam uma rigorosa selecção de pessoal apostando em pessoal qualificado, um constante investimento em formação procurando valorizar os recursos existentes e uma busca incessante de ganhos de produtividade.

O comportamento da sinistralidade revelou um novo agravamento em 2007, seguindo a tendência dos últimos anos e acentuando a pressão sobre a rentabilidade. Foram abertos cerca de 535 000 processos de assistência (crescimento de 15%) e foram recebidas cerca de 1 585 000 chamadas (crescimento de 17%).

Naturalmente que se prosseguiu com uma rigorosa política de controlo de custos, com particular ênfase nos custos com sinistros, através de uma cuidadosa monitorização e de uma rigorosa contenção nas negociações com os prestadores de serviços. Também os custos fixos de estrutura foram alvo de um programa de racionalização, dando continuidade ao processo iniciado no ano precedente.

Apesar da elevada turbulência verificada nos mercados financeiros, particularmente no 2º semestre, os resultados financeiros apresentaram uma melhoria, consequência da política de investimentos adoptada. Esta política rege-se por princípios de prudência, tendo sido reduzida a exposição ao mercado de acções na 2ª metade do ano e, como habitualmente, utilizando produtos derivados apenas para operações pontuais de *hedging*.

O exercício de 2007 encerrou com um resultado líquido de 1 177 milhares de euros.

A empresa é uma associada do Grupo Tranquilidade que detém sobre esta uma participação de 24%, pelo que a sua contribuição para o resultado consolidado foi positiva em cerca de 282 milhares de euros.

ESUMÉDICA

Prestação de Cuidados Médicos, S.A.

milhares de euros

Balanço	2007	2006
Clientes c/c	820	832
Empresas Participadas	1 535	1 173
Depósitos Bancários e Caixa	29	58
Acréscimos de Proveitos	831	713
Total do Activo	3 497	3 079
Capital Próprio	(283)	50
Provisões	1 515	1 515
Dívidas a Terceiros – curto prazo	1 988	1 239
Total do Passivo	3 781	3 030

milhares de euros

Demonstração de Resultados	2007	2006
Prestação de Serviços	4 355	4 547
Fornecimento e Serviços Externos	2 784	2 958
Custos com Pessoal	1 660	1 602
Resultado Líquido do Exercício	(333)	(529)

A Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. foi constituída em 28 de Março de 1994, tendo por objecto social a prestação de cuidados de saúde,

em estabelecimentos próprios e/ou de outrem, podendo, ainda, exercer outras actividades conexas ou complementares com o seu objecto social.

Presentemente, a sua actividade é exercida através de dois Centros Clínicos, um em Lisboa e outro no Porto e de uma rede convencionada, prestadora de serviços em várias zonas do país.

Ao longo do ano verificou-se um aumento do quadro de pessoal da empresa para fazer face ao crescimento da actividade operacional, com destaque para a Saúde Ocupacional.

Em 2007 continuou a aposta na melhoria da Qualidade e dos Níveis de Serviço nas actividades de Medicina do Trabalho e Higiene e Segurança no Trabalho, assim como no lançamento de novos serviços.

O Grupo Tranquilidade detém sobre a empresa uma participação de 75%, tendo esta contribuído negativamente para o seu resultado consolidado em cerca de 333 milhares de euros.

HEARTSCAN IBÉRIA

Diagnóstico Imagiológico, S.A.

A Empresa iniciou a sua actividade em Fevereiro de 1998, com o objectivo de prestar os seus serviços na área dos exames imagiológicos.

Em 2007 a empresa entrou num processo de dissolução (ainda não concluído).

A Esumédica, empresa do Grupo Tranquilidade, é detentora de 85% do capital social desta Sociedade.

FIDUPPRIVATE, S.A.

milhares de euros		
Balanço	2007	2006
Existências	180	211
Títulos Negociáveis	298	399
Depósitos Bancários e Caixa	2	112
Total do Activo	736	927
Capital Próprio	616	788
Total do Passivo	120	139

milhares de euros

Demonstração de Resultados	2007	2006
Prestação de Serviços e Venda de Mercadorias	631	620
Custos de Mercadorias	140	95
Fornecimento e Serviços Externos	242	100
Custos com Pessoal	414	358
Resultado Líquido do Exercício	(172)	56

A Fidupprivate, com sede na Zona Franca da Madeira, foi constituída em Julho de 1994, sendo participada em 75,00% do Grupo Tranquilidade. Esta empresa opera na actividade de prestação de serviços e consultoria de empresas tendo contribuído negativamente para o resultado consolidado com cerca de 129 milhares de euros.

ES CONTACT CENTER

Gestão de Call Centers, S.A.

milhares de euros

Balanço	2007	2006
Depósitos Bancários e Caixa	0	1 293
Cientes	4 525	2 902
Outros Activos	3 717	2 810
Total do Activo	8 242	5 712
Capital Próprio	1 718	3 426
Fornecedores	2 588	1 068
Outros Passivos	3 936	1 219
Total do Passivo	6 524	2 287

milhares de euros

Demonstração de Resultados	2007	2006
Custos com Pessoal	7 045	5 440
Gastos Gerais Administrativos	5 667	3 480
Depreciações e Amortizações	298	605
Resultado Líquido do Exercício	(219)	63

A ES Contact Center – Gestão de Call Centers, S.A. foi constituída a 15 de Junho de 2000 e tem por objecto a gestão de call-centers, ou seja, de contactos não presenciais, através de meios de comunicação à distância, tais como telefone, correio electrónico, ou qualquer outra forma de contacto remoto.

O exercício de 2007, caracterizou-se em termos conjunturais pela falta de sinais claros de retoma. Assim a actividade da empresa apesar de ter tido um acréscimo de 33,0% em volume, registou um decréscimo em termos de resultados e uma quebra significativa das margens.

Os resultados financeiros foram negativos em 41 milhares de euros. A liquidez gerada pelo esforço de cobrança permitiu que ao longo do ano fossem efectuadas algumas aplicações que geraram um rendimento de 13 milhares de euros.

O resultado líquido do exercício foi negativo em 219 milhares de euros, tendo a empresa contribuído negativamente com 45 milhares de euros para o resultado consolidado.

1.5 // Actividade Consolidada do Exercício de 2007

TRANQUILIDADE, Companhia de Seguros, S.A.

milhares de euros

Balanço	2007	2006
Investimentos	1 022 822	1 077 922
Total do Activo	1 393 617	1 433 271
Capital Próprio	211 532	268 500
Provisões Técnicas	1 015 784	986 174
Passivos por Contratos de Investimento	64 073	47 437
Outros Passivos	20 999	22 245
Total do Passivo	1 177 514	1 161 040

milhares de euros

Demonstração de Resultados	2007	2006
Prémios Líquidos de Resseguro	371 679	334 113
Juros e Dividendos	41 441	22 990
Rendimentos dos Investimentos	7 484	6 440
Custos com Sinistros Líquidos de Resseguro	250 697	218 300
Provisões Técnicas Líq. de Resseguro (var.)	11 772	3 476
Resultado em Empresas Associadas	1 400	18 051
Outros Réditos e Gastos	19 519	22 459
Resultado Líquido do Exercício	23 877	168 011

O Resultado Líquido do Exercício atribuível aos Accionistas da empresa-mãe atingiu o montante de 23 877 milhares de euros, o que significa um decréscimo de -85,8% em relação ao ano anterior, variação esta que se explica pelo facto do resultado líquido do ano 2006 estar influenciado pela mais valia resultante da alienação por parte da Tranquilidade de 25% da Bes-Vida.

1.6 // Perspectivas para 2008

Nos últimos três anos, a Tranquilidade focalizou-se na infra-estruturação e consolidação do seu modelo organizacional e comercial, corporizado no plano estratégico do triénio – Programa Turbo - colmatado no final de 2007

com a reestruturação completa dos recursos e actuação comercial no terreno, através, de um vasto e transversal conjunto de medidas e num forte e claro investimento.

Enquanto plano estratégico do triénio 2008-2010, desenvolvido sob o conceito de alta competição na modalidade Triatlo, o Programa que herda essa designação, Triatlo, aglutina um conjunto de medidas a implementar particularmente neste primeiro ano, e que fundamentalmente, na perspectiva comercial, se centram especificamente nas três áreas de negócio: Não-Vida, Vida e Assurfinance.

Ao nível comercial, a Tranquilidade implementou um conjunto alargado de iniciativas, com principal enfoque no cliente, na oferta e nos canais de distribuição, a saber:

- Aprofundamento do modelo de segmentação e de relacionamento com os clientes, nomeadamente através de estruturas dedicadas e ajustadas por segmento;
- Implementação de um programa de Fidelização de Clientes para garantia da renovação dos contratos;
- Desenvolvimento da oferta, com o lançamento de novos produtos e a simplificação da oferta actual;
- Articulação e integração da oferta global do Grupo Banco Espírito Santo – Não-Vida, Vida e produtos bancários – promovendo por esta via o serviço e fidelização de clientes, capitalizando ao máximo a vantagem de pertencer a um Grupo Financeiro Global;
- Expansão da rede própria, através da abertura de novas lojas franchisadas;
- Exploração de canais alternativos – não tradicionais: *directo*, *cross-segment*, *affinities* e *One-Stop-Shopping*.

A Tranquilidade assumiu ainda o desafio de reorganizar e reestruturar o actual modelo de delegação – eixo central de coordenação do negócio – por forma a melhorar a eficácia e eficiência comerciais, a acelerar os processos de tomada de decisão, a facilitar os processos operativos e a criar novas dinâmicas proactivas de vendas ao balcão.

Ao nível dos custos de sinistros, a Tranquilidade mantém o esforço no aumento da eficácia e eficiência na respectiva gestão, de uma permanente optimização na negociação com os fornecedores e na conclusão do programa em curso de reorganização da área de sinistros.

Sobre os custos operacionais, a Companhia está empenhada numa optimização das estruturas e recursos, procurando melhorar o controlo e acom-

panhamento dos custos com fornecimentos externos, dando início a um projecto estratégico a três anos de redução global de custos, com o objectivo de atingir a marca de 20 milhões de euros, findo esse período.

Também de elevada relevância, os investimentos em tecnologias de informação, nomeadamente ao nível dos sistemas centrais e ainda com a maior relevância, ao nível do sistema de informação dos agentes, vêm permitir à rede comercial da Tranquilidade uma total autonomia na gestão do portefólio dos seus clientes, com um elevado grau de externalização e descentralização de processos e um desempenho alinhado com as melhores práticas mundiais ao nível das Companhias que desenvolvem maioritariamente a sua actividade através das redes de mediação.

No que diz respeito à política de risco, esta aplica-se de forma transversal a todas as áreas da Companhia e define formalmente a estratégia e os objectivos da gestão de risco da Tranquilidade, para as diferentes classes de risco em que a mesma incorra, englobando as funções, responsabilidades e as autorizações que suportam os processos adoptados pela Companhia para alcançar os respectivos objectivos.

Para 2008 estão previstas algumas acções, como:

- Participação no QIS 4;
- Através de projectos que englobam transversalmente toda a companhia a implementação de *software de Dynamic Financial Analysis* que permitam o cálculo do capital económico;
- Acções previstas em matéria de Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno, que contemplam actuação nas seguintes áreas:
 - Definição da tolerância ao risco e limites;
 - Criação de um sistema de *reporting* para acompanhamento dos riscos do negócio e análises de sensibilidade;
 - Implementação de melhorias ao nível do *Risk Register* e do Sistema de Controlo Interno;
 - Implementação de um Modelo de Quantificação do Risco Operacional.

A Tranquilidade, ao longo da sua existência, tem apoiado diversas áreas da comunidade, na perspectiva de colaborar para a construção de uma sociedade, melhor, mais justa e mais sustentável.

Apontou o ano 2007 para rever, desenvolver e enquadrar os valores associados à sustentabilidade. Assim, definimos uma nova arquitectura de sustentabilidade denominada “Tranquilidade Valor”.

Este tipo de contributo, faz parte na nossa arquitectura de sustentabilidade denominada “Tranquilidade Valor” que assenta nos seguintes eixos, “Valor Equipa” - Construir objectivos comuns e partilhar conhecimentos, “Valor Social” - Desenvolver e melhorar a actual estratégia de responsabilidade social, criando rotinas de relação com a comunidade, “Valor Ambiente” - Consciencialização ambiental do público interno e externo, “Valor Cultura” - Continuar a apoiar e a promover o desenvolvimento cultural no País e “Valor Desporto” - Pretendemos ser um elemento importante no progresso da actividade desportiva nacional.

Estes são os principais desafios que, todos em conjunto, deveremos enfrentar na construção de uma nova sociedade.

Lisboa, 25 de Março de 2008

O Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho

(Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

(Presidente da Comissão Executiva)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

(Membro da Comissão Executiva)

António Miguel Natário Rio-Tinto

(Membro da Comissão Executiva)

Eduardo Antunes Stock

(Membro da Comissão Executiva)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

(Membro da Comissão Executiva)

João Carlos Neves Ribeiro *

(Membro da Comissão Executiva)

Miguel Luís Kolback da Veiga

António José Baptista do Souto

Manrico Iachia

António Manuel Rodrigues Marques

* Renunciou ao mandato em 31.01.2008.



2 // Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstrações dos Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

milhares de euros

	Notas	2007	2006
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	4	371 679	334 113
Juros e dividendos	5	41 441	22 990
Resultados de activos ao justo valor através de resultados	6	3 562	1 356
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	3 963	5 123
Resultados de reavaliação cambial	8	(41)	(39)
Comissões e outros proveitos similares	9	297	77
Outros proveito	10	27 131	31 634
Proveitos operacionais		448 032	395 254
Custos com sinistros líquidos de resseguro	11	(250 697)	(218 300)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	12	(11 772)	(3 476)
Variação dos passivos por contratos de investimento	13	(1 102)	(623)
Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações	24	-	(742)
Comissões de seguro directo, líquidas de resseguro	15	(34 260)	(26 406)
Custos com o pessoal	16	(49 835)	(56 583)
Depreciação e amortizações		(12 448)	(9 399)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	14	(1 342)	(2 880)
Fornecimentos e serviços externos	18	(42 268)	(38 054)
Impostos e taxas	19	(6 083)	(6 215)
Encargos com investimentos financeiros	20	(1 286)	(528)
Outros custos	21	(7 612)	(9 175)
Custos operacionais		(418 705)	(372 381)
Ganhos na alienação de subsidiárias e associadas	2	(161)	170 442
Resultado em empresas associadas	2	1 400	18 051
Resultado antes de impostos e interesses minoritários		30 566	211 366
Impostos	31	(5 849)	(42 843)
Resultado líquido do exercício		24 717	168 523
Atribuível aos interesses minoritários	39	840	512
Atribuível aos accionistas da empresa-mãe		23 877	168 011
		24 717	168 523

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Pedro Medalhas

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Luís Ribeiro

Balço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

milhares de euros

	Notas	2007	2006
Activo			
Caixa e equivalentes		885	720
Disponibilidades em outras instituições de crédito	22	226 884	65 709
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	23	63 682	144 912
Activos financeiros disponíveis para venda	24	649 352	786 378
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	25	98 457	84 202
Activos tangíveis	26	50 004	64 000
Propriedades de investimento	27	82 904	80 923
Activos intangíveis	28	84 808	87 881
Investimentos em associadas	29	8 507	12 431
Provisões técnicas de resseguro cedido	30	48 692	49 406
Activos por impostos diferidos	31	3 681	635
Activos por impostos correntes		985	334
Custos de aquisição diferidos	30	23 673	22 834
Outros activos	32	51 103	32 905
Total de Activo		1 393 617	1 433 271
Passivo			
Outros empréstimos	33	1 097	1 196
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	34	50 574	61 781
Passivos por contratos de investimento	35	64 073	47 437
Provisões	36	1 050	792
Provisões técnicas de seguro directo	30	1 015 784	986 174
Passivos por impostos diferidos	31	692	2 591
Passivos por impostos correntes		23 245	38 824
Outros passivos	37	20 999	22 245
Total de Passivo		1 177 514	1 161 040
Capital Próprio			
Capital	38	135 000	135 000
Reservas de justo valor	38	(7 279)	13 326
Outras reservas e resultados transitados	38	59 934	(47 837)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas da empresa-mãe	38	23 877	168 011
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas da empresa-mãe		211 532	268 500
Interesses minoritários	39	4 571	3 731
Total de Capital Próprio		216 103	272 231
Total de Passivo e Capital Próprio		1 393 617	1 433 271

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Leão Martinho, Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedrosa, António Miguel Natário Rio-Tinto, Eduardo Antunes Stock, João Carlos Neves Ribeiro, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno, Miguel Luís Kolback da Veiga, António José Baptista do Souto, Manrico Iachia, António Manuel Rodrigues Marques

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

milhare de euros

	Capital	Reservas de Justo Valor	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe	Total de Capital Próprio Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe	Interesses Minoritários	Total de Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	135 000	21 495	11 122	37 802	205 419	-	205 419
Transferência para reservas	-	-	17 802	(17 802)	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	3 219	3 219
Dividendos distribuídos	-	-	(76 761)	(20 000)	(96 761)	-	(96 761)
Alterações de justo valor, líquido de imposto	-	(8 169)	-	-	(8 169)	-	(8 169)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	168 011	168 011	512	168 523
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	135 000	13 326	(47 837)	168 011	268 500	3 731	272 231
Transferência para reservas	-	-	168 011	(168 011)	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	(60 240)	-	(60 240)	-	(60 240)
Alterações de justo valor, líquidas de impostos	-	(20 605)	-	-	(20 605)	-	(20 605)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	23 877	23 877	840	24 717
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	135 000	(7 279)	59 934	23 877	211 532	4 571	216 103

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Pedro Medalhas

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Luís Ribeiro

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

milhares de euros

	2007	2006
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	23 877	168 011
Ajustamentos por:		
Depreciações e amortizações do exercício	12 448	9 399
Variação de provisões técnicas relativas aos contratos de seguro	29 610	(8 289)
Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	16 636	35 376
Variação de provisões	258	(56)
Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	714	1 633
Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações	992	(568)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	2 886	2 880
Variação nos custos de aquisição diferidos	(839)	(1 157)
Variação nos impostos diferidos activos	(3 046)	13 487
Variação nos impostos diferidos passivos	(1 899)	2 591
Variação das reservas de justo valor	(20 605)	(8 169)
Variações nos activos e passivos operacionais		
Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(15 812)	(291)
Outros empréstimos	(99)	1 116
Outros activos	(18 198)	(7 595)
Outros passivos	(1 246)	3 874
Credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(11 207)	3 875
Variação nos activos por impostos correntes	(651)	453
Variação nos passivos por impostos correntes	(15 579)	29 811
	(1 760)	246 381
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Efeito da aquisição dos activos e passivos das sociedades adquiridas	-	(7 797)
Variações nos activos financeiros ao justo valor através de resultados	81 230	(58 416)
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda	136 034	(552 242)
Investimentos em associadas	3 924	62 449
Aquisições de activos tangíveis	(4 271)	(4 516)
Alienações de activos tangíveis	13 147	1 451
Aquisições de activos intangíveis	(8 459)	(54 202)
Alienações de activos intangíveis	2 876	-
Aquisições de propriedades de investimento	(4 062)	(6 651)
Alienações de propriedades de investimento	2 081	18 036
Dividendos distribuídos	(60 240)	(96 761)
Aplicações em instituições de crédito	(105 652)	415 578
	56 608	(283 071)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		
Interesses minoritários	840	3 731
	840	3 731
Variação líquida em caixa e equivalentes	55 688	(32 959)
Caixa e equivalentes no início do período	66 429	99 388
Caixa e equivalentes no fim do período	122 117	66 429
Caixa e equivalentes no período inclui:		
Caixa	885	720
Depósitos à ordem	121 232	65 709
	122 117	66 429

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Leão Martinho, Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso, António Miguel Natário Rio-Tinto, Eduardo Antunes Stock, João Carlos Neves Ribeiro, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno, Miguel Luís Kolback da Veiga, António José Baptista do Souto, Manrico Iachia, António Manuel Rodrigues Marques

3 // Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 Dezembro de 2007 e 2006

(Montantes expressos em milhares euros, excepto quando indicados)

NOTA 1 // Actividade e Estrutura do Grupo

A Companhia de Seguros TRANQUILIDADE, S.A. (adiante designada por Tranquilidade, Companhia ou Grupo) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, E.P., a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense. Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo. De referir que a Companhia procedeu ainda à fusão da ESIA - Inter - Atlântico Companhia de Seguros, S.A., à data de 30 de Dezembro de 2004.

De seguida apresenta-se uma breve análise das principais subsidiárias e associadas do Grupo em 31 de Dezembro de 2007:

Nome / Sede	Classificação	2007				Capital Próprio	Resultados Exercícios de 2007
		Directa	Indirecta	Direito de Voto	Efectiva		
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. Av. da Liberdade, 230 • 1250-149 Lisboa	Empresa Mãe	-	-	-	-	216 634	23 140
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Av. da Liberdade, 230 • 1250-149 Lisboa	Subsidiária	100,00%	-	100,00%	100,00%	70 946	4 183
Seguros Logo, S.A. Rua D. Manuel II, 290 • 4099-062 Porto	Subsidiária	100,00%	-	100,00%	100,00%	7 500	-
Advancecare - Gestão e Serviços de Saúde, S.A. Av. da Liberdade, 49 a 57, 1.º • 1250-139 Lisboa	Subsidiária	50,99%	-	50,99%	50,99%	9 014	1 822
Esumédica - Prestação de Serviços Médicos, S.A. Av. da Liberdade, 242 • 1250-149 Lisboa	Subsidiária	75,00%	-	75,00%	75,00%	(283)	(333)
Heartscan - Ibéria Diagnóstico Imagiológico, S.A. Av. da Liberdade, 11 - 1.º • 1250-139 Lisboa	Subsidiária	-	63,75%	63,75%	63,75%	(1 464)	(17)
Fiduprivate, S.A. Rua Dr. Brito Câmara, 7 • 9000-039 Funchal	Subsidiária	75,00%	-	75,00%	75,00%	617	(171)
BES, Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8.º • 1070-061 Lisboa	Empresa Associada	25,00%	-	25,00%	25,00%	24 455	4 723
Espírito Santo Contact Center, S.A. Av. Infante D. Henrique, 343 - C • 1800-218 Lisboa	Empresa Associada	20,42%	-	20,42%	20,42%	1 718	(219)
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3.º e 4.º • 1250-015 Lisboa	Empresa Associada	24,00%	-	24,00%	24,00%	8 511	1 177

No decorrer do exercício de 2007 ocorreram as seguintes alterações ao nível da estrutura do Grupo, como segue:

- Em Maio de 2007, a Tranquilidade alienou ao Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. a participação na sociedade Cominvest – Sociedade de Gestão e Investimentos Imobiliários, S.A., tendo realizado uma mais valia de 1 milhar de euros;
- Em Maio de 2007, a Tranquilidade alienou ao Banco Espírito Santo, S.A. a participação que detinha na Espírito Santo Data, S.G.P.S., S.A., tendo realizado uma menos valia de 162 milhares de euros.

Em finais de 2007 foi criada uma entidade para abordar o mercado de canais directos (Seguros Logo, S.A.) com o capital de 15 000 000 euros, subscrito na totalidade pela Tranquilidade, mas que em 31 de Dezembro de 2007 apenas se encontrava realizado em 50%, cujo início de actividade ocorreu em 1 de Janeiro de 2008.

NOTA 2 // Principais Políticas Contabilísticas

2.1 // Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Tranquilidade agora apresentadas, reportam-se aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, o Grupo adoptou o IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: Divulgações” bem como o IAS 1 (alterado) “Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar”. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Grupo adoptou ainda em 2007 o IFRIC 10 Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção desta interpretação não teve qual-

quer efeito nas demonstrações financeiras do Grupo.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 19 de Fevereiro de 2008.

2.2 // Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados da Tranquilidade e das suas subsidiárias (“Grupo” ou “Grupo Tranquilidade”), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde que o Grupo adquira a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Goodwill

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é estimado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstra-

ções financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional da Sociedade, das subsidiárias e das associadas.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3 // Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

2.4 // Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5 // Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

// Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

// Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de impari-

dade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização contínua ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no activo, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.6 // Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

2.7 // Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8 // Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para os IFRS, o Grupo elegeu considerar como custo dos seus imóveis de serviço próprio o respectivo justo valor determinado na data da transição.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	37 a 45
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	6 a 10
Instalações Interiores	10
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os activos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.9 // Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.10 // Activos intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force- VIF*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 a 15 anos).

Os custos directamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como activos são amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada, não excedendo na sua maioria 3 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.11 // Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

2.12 // Benefícios aos empregados

Pensões

Face às responsabilidades assumidas pelo Grupo no âmbito do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador, foi constituído um Fundo de Pensões CCT, que se destina a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência. Para além destas, o Grupo

tem ainda responsabilidades com os Administradores, segundo o Regulamento do Direito à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma estatuído no artigo 24º do Contrato de Sociedade. O fundo de pensões é gerido pela ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., S.A.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a vida de serviços remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antes do empregado atingir os 65 anos de idade (reformas antecipadas) é reconhecido em resultados quando incorrido.

O Grupo efectua pagamentos ao fundo de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões

em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 100% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Benefícios de saúde

Adicionalmente o Grupo concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo e aos pré-reformados até à idade da reforma.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Distribuição de resultados aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos trabalhadores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração.

Os resultados atribuídos pelo Grupo aos seus trabalhadores são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

2.13 // Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.14 // Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.15 // Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada

na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

2.16 // Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

2.17 // Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco é essencialmente financeiros e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os activos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes activos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão

sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e não reportados é efectuada com base na experiência passada utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Teste à adequação de responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos cash flows futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

Shadow accounting

De acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

2.18 // Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo optou por não apresentar informação financeira por segmentos uma vez que não tem obrigatoriedade de aplicar o IAS 14 – Relato por segmentos. No entanto, é dada informação sobre prémios e sinistros por segmento de negócio nas notas às demonstrações financeiras respectivas.

2.19 // Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

NOTA 3 // Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

3.1 // Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

3.2 // Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 // Entidades de finalidade especial

O Grupo não consolida os SPE em que não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE. A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

3.4 // Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Seguradora e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração da Tranquilidade e das subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5 // Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.6 // Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (1) provisão matemática, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para sinistros. A provisão matemática inclui a deficiência resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

NOTA 4 // Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Os prémios líquidos de resseguro são analisados como segue:

	milhares de euros	
	2007	2006
Prémios brutos emitidos	422 063	385 142
Prémios de resseguro cedido	(50 147)	(53 062)
Prémios líquidos de resseguro	371 916	332 080
Variação da provisão para prémios não adquiridos líquida de resseguro	(237)	2 033
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	371 679	334 113

Os prémios brutos emitidos por segmento são analisados como segue:

	2007		2006	
	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Adquiridos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Adquiridos
Vida	59 683	59 683	23 761	23 761
Não Vida:				
Seguro directo				
Acidentes e doença	103 313	102 143	102 891	103 189
Incêndio e outros danos	56 682	56 110	57 206	56 781
Automóvel	171 792	173 605	172 105	173 245
Marítimo e transportes	8 761	8 823	8 464	8 325
Responsabilidade civil geral	10 170	9 422	8 593	8 637
Crédito e caução	123	196	433	511
Assistência	9 975	9 534	9 940	9 961
Diversos	1 564	1 572	1 749	1 639
TOTAL	422 063	421 088	385 142	386 049

Os prémios de resseguro cedido são analisados como segue:

	2007		2006	
	Prémios Emitidos	Prémios Adquiridos	Prémios Emitidos	Prémios Adquiridos
Vida	2 021	2 021	608	608
Não Vida:				
Seguro directo				
Acidentes e doença	9 437	9 654	16 010	15 837
Incêndio e outros danos	19 398	19 177	17 949	17 738
Automóvel	2 406	2 406	2 270	2 270
Marítimo, aéreo e transportes	5 173	5 066	4 577	4 487
Responsabilidade civil geral	1 329	1 149	955	1 027
Crédito e caução	77	138	367	438
Diversos	10 306	9 798	10 326	9 531
TOTAL	50 147	49 409	53 062	51 936

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

NOTA 5 // Juros e Dividendos

Os juros e dividendos por categoria dos activos financeiros são analisados como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
Juros		
de activos ao justo valor através de resultados	2 834	4 396
de activos disponíveis para venda	31 506	16 817
de depósitos em instituições de crédito	2 994	406
de outros investimentos	1 817	-
	39 151	21 619
Dividendos		
de activos disponíveis para venda	2 290	1 371
	41 441	22 990

NOTA 6 // Resultados de Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Os resultados de activos financeiros ao justo valor através dos resultados são analisados como segue:

milhares de euros						
	2007			2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Instrumentos financeiros derivados	4 011	(1 547)	2 464	1 282	(32)	1 250
	4 011	(1 547)	2 464	1 282	(32)	1 250
Activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	1 404	(258)	1 146	237	(186)	51
Acções	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	43	(91)	(48)	55	-	55
	1 447	(349)	1 098	292	(186)	106
	5 458	1 896	3 562	1 574	218	1 356

NOTA 7 // Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Os resultados de activos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	(13)	(13)	1 679	(50)	1 629
De outros emissores	3 125	(5 829)	(2 704)	(945)	(2 073)	(3 017)
Acções	10 589	(3 909)	6 680	6 681	(170)	6 512
	13 714	(9 751)	3 963	7 416	(2 292)	5 123

NOTA 8 // Resultados de Reavaliação Cambial

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 9 // Comissões e Outros Proveitos Similares

As comissões e outros proveitos similares são relativas às comissões de subscrição e de gestão dos produtos de capitalização sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é

suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados deixaram de ser reconhecidos sob a forma de prémios passando apenas a ser registada a comissão de subscrição e de gestão dos mesmos como proveitos.

NOTA 10 // Outros Proveitos

A rubrica outros proveitos é analisada como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Prestação de serviços	15 497	16 643
Gestão de sinistros	500	1 346
Comissões gestão co-seguro	198	256
Resultados em propriedades de investimento	3 950	8 784
Redução de amortizações e provisões	42	735
Outros proveitos e ganhos	5 770	2 971
Outros proveitos	1 174	899
	27 131	31 634

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica resultados em propriedades de investimento inclui o montante de 6.114 milhares de euros relativos a mais valias associadas a estes activos.

NOTA 11 // Custos com Sinistros Líquidos de Resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	milhares de euros	
	2007	2006
Custos com sinistros do ramo vida	52 259	22 342
Custos com sinistros do ramo não vida	198 438	195 958
	250 697	218 300

No que se refere à actividade seguradora do ramo vida, os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como segue:

	milhares de euros	
	2007	2006
Montantes pagos		
Montantes brutos	54 564	18 263
Parte dos resseguradores	(741)	(397)
	53 823	17 866
Provisão para sinistros (variação)		
Montantes brutos	(1 650)	4 417
Parte dos resseguradores	86	59
	(1 564)	4 476
	52 259	22 342

No que se refere à actividade seguradora do ramo não vida, os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados da seguinte forma:

	milhares de euros	
	2007	2006
Montantes pagos		
Montantes brutos	190 081	192 659
Parte dos resseguradores	(12 502)	(13 151)
	177 579	179 508
Provisão para sinistros (variação)		
Montantes brutos	19 691	14 028
Parte dos resseguradores	1 168	2 422
	20 859	16 450
	198 438	195 958

Os custos com sinistros dos ramos não vida podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Montantes Pagos	Varição da Provisão para Sinistros	Total	Montantes Pagos	Varição da Provisão para Sinistros	Total
Acidentes e doença	52 818	3 960	56 778	52 222	5 579	57 801
Incêndio e outros danos	22 149	(1 578)	20 571	23 577	1 222	24 799
Automóvel	107 195	15 963	123 158	106 499	10 283	116 782
Marítimo, aéreo e transportes	4 483	341	4 824	6 597	(338)	6 259
Responsabilidade civil geral	2 778	568	3 346	2 796	(1 903)	893
Crédito e caução	299	156	455	688	(454)	234
Diversos	359	281	640	280	(361)	(81)
Total	190 081	19 691	209 772	192 659	14 028	206 687

NOTA 12 // Variação das Provisões Técnicas Líquidas de Resseguro

A variação das provisões técnicas líquidas de resseguro é analisada como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Seguro directo		
Variação da provisão matemática	(8 059)	(1 985)
Variação da provisão para participação nos resultados	(1 463)	90
Variação da provisão para riscos em curso	(2 750)	(1 190)
	(12 272)	(3 085)
Resseguro cedido		
Variação da provisão matemática	37	(391)
Variação da provisão para participação nos resultados	463	-
	500	(391)
	(11 772)	(3 476)

NOTA 13 // Variação dos Passivos por Contratos de Investimento

A variação dos passivos por contratos de investimentos corresponde ao juro técnico atribuído aos contratos de capitalização sem participação nos resultados discricionária.

NOTA 14 // Imparidade de Outros Activos Líquida de Reversões e Recuperações

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Imóveis de uso próprio (ver nota 26)	1 328	1 669
Devedores (ver nota 25)	14	1 211
	1 324	2 880

NOTA 15 // Comissões de Seguro Directo, Líquidas de Resseguro

As comissões de seguro directo líquidas de resseguro são analisadas como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
Comissões de seguro directo		
Comissão de aquisição e outros custos	43 596	39 991
Custos de aquisição diferidos	(895)	(887)
Comissão de cobrança	2 251	2 208
Comissões de resseguro cedido	(10 692)	(14 906)
	34 260	26 406

NOTA 16 // Custos com Pessoal

Os custos com pessoal são analisados como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
Remunerações dos órgãos sociais	1 660	1 164
Remunerações do pessoal	33 330	31 370
Encargos sobre remunerações	7 240	6 884
Prémios e contribuições para pensões	1 128	660
Seguros obrigatórios	840	900
Custos de acção social	187	863
Outros custos com o pessoal	1 572	1 209
Estimativa de bonus a empregados	3 878	4 033
Reformas antecipadas	-	9 500
	49 835	56 583

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração.

milhares de euros		
	2007	2006
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios a empregados	2 396	2 098
Custos pensões de reforma	796	4 618
	3 192	6 716

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo Tranquilidade analisa-se como segue:

nº de colaboradores		
	2007	2006
Direcção	77	71
Quadro Técnico	243	230
Quadro Técnico-Administrativo	415	444
Quadro Comercial	175	178
Quadro Informático	42	49
Quadro de Saúde	16	27
Quadro de Apoio Geral	178	123
	1 146	1 122

NOTA 17 // Benefícios a Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 2.12, as empresas do Grupo estabeleceram planos de benefícios definidos para os seus colaboradores e Administradores, estando abrangidos quer por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez. Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os colaboradores no activo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde para as empresas do Grupo é efectuada anualmente, tendo a última sido efectuada com data de referência a 31 de Dezembro de 2007.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2007 e 2006, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2007	2006
Pressupostos financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,5% - 4% (*)	3% - 3,75% (*)
Taxa de crescimento das pensões	2,5% - n.a. (*)	0,75% - 3,75% (*)
Taxas de rendimento do fundo	6% - 5,7% (*)	5,8% - 5,15% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,50%	2,00%
Taxa de desconto	5,25%	4,75%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001

Método de valorização actuarial

Project Unit Credit Method

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.12, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	2007	2006
Activos	502	580
Reformados	193	188
	695	768

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	(24 851)	(545)	(25 396)	(14 737)	(603)	(15 340)
Activos	(27 142)	-	(27 142)	(38 308)	-	(38 308)
	(51 993)	(545)	(52 538)	(53 045)	(603)	(53 648)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	49 078	-	49 078	47 835	-	47 835
Activos/ (passivos) a receber/entregar ao fundo	(2 915)	(545)	(3 460)	(5 210)	(603)	(5 813)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	11 161	(123)	11 038	8 322	(147)	8 175
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	8 246	(668)	7 578	3 112	(750)	2 362

Os activos e as responsabilidades em balanço encontram-se reflectidos nas rubricas de outros activos e outros passivos, respectivamente (ver Notas 32 e 37). Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. O número de

colaboradores coberto por essas apólices ascende a 483 (2006: 489), e o valor total da responsabilidade ascende a 16 367 milhares de euros (2006: 17 526 milhares de euros), o qual está incluído na valor das provisões matemáticas do ramo Vida.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	53 045	603	53 648	44 134	773	44 907
Custo do serviço corrente	1 189	6	1 195	805	49	854
Custo dos juros	2 457	28	2 485	2 035	1	2 036
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	2 081	18	2 099	267	(115)	152
Pensões pagas pelo fundo	(3 099)	-	(3 099)	(4 343)	-	(4 343)
Benefícios pagos pelo Grupo	(1 324)	(110)	(1 434)	(178)	(121)	(299)
Reformas antecipadas	-	-	-	9 500	-	9 500
Alteração do perímetro de consolidação	-	-	-	798	16	814
Transferências de outros fundos	(2 356)	-	(2 356)	27	-	27
Responsabilidades em 31 de Dezembro	51 993	545	52 538	53 045	603	53 648

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	47 835	-	47 835	45 630	-	45 630
Rendimento real do fundo						
Rendimento esperado do fundo	2 638	-	2 638	2 482	-	2 482
Ganhos e perdas actuariais	(850)	-	(850)	1 964	-	1 964
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	4 910	-	4 910	440	-	440
Pensões pagas pelo fundo	(3 099)	-	(3 099)	(4 343)	-	(4 343)
Alteração do perímetro de consolidação	-	-	-	1 635	-	1 635
Transferências de outros fundos	(2 356)	-	(2 356)	27	-	27
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	49 078	-	49 078	47 835	-	47 835

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	8 322	(147)	8 175	10 925	(50)	10 875
(Ganhos) e perdas actuariais						
- nas responsabilidades	2 081	18	2 099	267	(115)	152
- nos activos do plano	850	-	850	(1 964)	-	(1 964)
Amortização do exercício	(92)	6	(86)	(252)	-	(252)
Alteração do perímetro de consolidação				(654)	18	(636)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	11 161	(123)	11 038	8 322	(147)	8 175
Dos quais:						
Dentro do corredor	5 199	(55)	5 145	5 305	(60)	5 244
Fora do corredor	5 962	(69)	5 893	3 018	(87)	2 931

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2007 e 2006, pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	5 210	603	5 813	(1 496)	773	(723)
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	2 081	18	2 099	267	(115)	152
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	850	-	850	(1 964)	-	(1 964)
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	1 189	6	1 195	805	49	854
- Custo dos juros	2 457	28	2 485	2 035	1	2 036
- Rendimento esperado do fundo	(2 638)	-	(2 638)	(2 482)	-	(2 482)
- Reformas antecipadas	-	-	-	9 500	-	9 500
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	(6 234)	(110)	(6 344)	(542)	16	(526)
Alteração do perímetro de consolidação e transferências	-	-	-	(913)	(121)	(1 034)
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	2 915	545	3 460	5 210	603	5 813

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Custo do serviço corrente	1 189	6	1 195	805	49	854
Custo dos juros	2 457	28	2 485	2 035	1	2 036
Rendimento esperado do fundo	(2 638)	-	(2 638)	(2 482)	-	(2 482)
Amortização do exercício	92	(6)	86	252	-	252
Reformas antecipadas	-	-	-	9 500	-	9 500
Custos do exercício	1 100	28	1 128	10 110	50	10 160

O custo relativo às reformas antecipadas inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A evolução dos activos/(responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Em 1 de Janeiro	3 112	(750)	2 362	12 421	(823)	11 598
Custo do exercício	(1 100)	(28)	(1 128)	(10 110)	(50)	(10 160)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	6 234	110	6 344	542	(16)	526
Alteração do perímetro de consolidação	-	-	-	259	139	398
Em 31 de Dezembro	8 246	(668)	7 578	3 112	(750)	2 362

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
Terrenos e edifícios	8 191	10 743
Acções e outros títulos de rendimento variável	23 492	22 455
Títulos de rendimento fixo	18 335	15 800
Depósitos em instituições de crédito	8 424	2 256
Devedores e credores do fundo	13	61
Juros a receber	278	246
	58 733	51 561

Deve ser referido que os montantes acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões Grupo Tranquilidade e BES-Vida, do qual a Tranquilidade representa apenas cerca de 81% do total do fundo. O grupo não utiliza activos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos por entidades do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2007, os imóveis registados nas demonstrações financeiras do fundo e utilizados pelo Grupo ascendem a 361 milhares de euros.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos é como segue:

milhares de euros									
	2007		2006		2005		2004		2003
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Pensões de Reforma						
Responsabilidades	(51 993)	(545)	(53 045)	(603)	(44 134)	(773)	(43 763)	(873)	(47 277)
Saldo dos fundos	49 078	-	47 835	-	45 630	-	45 000	-	46 692
Responsabilidades (sub)/sobre financiadas	(2 915)	(545)	(5 210)	(603)	1 496	(773)	1 237	(873)	(585)
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidos	11 161	(123)	8 322	(147)	10 925	(30)	9 252	-	9 459
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	8 246	(668)	3 112	(750)	12 421	(803)	10 489	(873)	8 874

NOTA 18 // Fornecimentos e Serviços Externos

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
Subcontratos	2 000	2 071
Electricidade	511	343
Combustíveis	309	221
Material escritório	435	368
Artigos para oferta	254	360
Conservação e reparação	2 799	2 659
Rendas e alugueres	2 966	2 630
Despesas de representação	152	110
Comunicação	4 436	4 206
Deslocações e estadas	1 425	1 404
Seguros	193	156
Publicidade e propaganda	4 089	3 175
Limpeza, higiene e conforto	494	483
Vigilância e segurança	325	294
Trabalhos especializados	15 698	13 910
Quotizações actividade seguradora	340	297
Custos com cobrança de prémios	1 282	1 697
Clube Mediador	223	527
Outros	4 337	3 144
	42 268	38 054

A rubrica trabalhos especializados inclui, entre outros, custos com auditoria, consultadoria e trabalhos na área da informática.

NOTA 19 // Impostos e Taxas

Os impostos e taxas são analisados como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
I.V.A.	210	225
Imposto do Selo	8	7
Taxa p/ I.S.P.	867	880
Taxa p/ F.A.T	678	638
Taxa p/ F.G.A.	3 497	3 649
Taxa Esgotos	5	3
Imposto Municipal s/imóveis	90	95
Outros	728	718
	6 083	6 215

NOTA 20 // Encargos com Investimentos Financeiros

Os encargos financeiros são analisados como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
Juros suportados	234	158
Comissões de custódia e gestão de investimentos	789	212
Outros	263	158
	1 286	528

NOTA 21 // Outros Custos

milhares de euros		
	2007	2006
Gestão por conta de sinistros	883	1 945
Comissões gestão co-seguro	379	282
Donativos e mecenato	365	243
Ofertas a clientes	288	292
Dividas incobráveis	67	353
Custos de conservação e manutenção de imóveis	787	974
Outros custos	4 843	5 086
	7 612	9 175

NOTA 22 // Disponibilidades em Instituições de Crédito

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisado como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
Disponibilidades em instituições de crédito		
Depósitos à ordem	121 232	65 709
Depósitos a prazo	105 652	-
	226 884	65 709

NOTA 23 // Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através dos Resultados

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisado como segue:

	milhares de euros	
	2007	2006
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	59 892	143 355
Outros títulos de rendimento variável	3 790	1 557
Valor de balanço	63 682	144 912
Valor de aquisição	63 405	145 739

Em 31 de Dezembro de 2007, encontram-se classificados nesta rubrica títulos que o Grupo designou como activos financeiros ao justo valor através de resultados em 1 de Janeiro de 2006, como consequência da aplicação do IAS 39.

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do risco do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos de vencimento é como segue:

	milhares de euros	
	2007	2006
De um a três meses	14 640	-
De três meses a um ano	-	1 557
De um a cinco anos	40 521	129 929
Mais de cinco anos	8 521	13 426
	63 682	144 912

No que respeita a títulos cotados e não cotados, a rubrica de activos financeiros ao justo valor através dos resultados é analisada da seguinte forma:

milhares de euros

	2007			2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	35 095	24 797	59 892	0	143 355	143 355
Outros títulos de rendimento variável	3 790	0	3 790	1 557	0	1 557
	38 885	24 797	63 682	1 557	143 355	144 912

NOTA 24 // Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisado como segue:

milhares de euros

	Custo Amortizado ⁽¹⁾	Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	50 244	-	(2 109)	-	48 135
De outros emissores	658 669	512	(823)	-	658 358
Acções	57 323	20 525	(628)	(1 969)	75 251
Outros títulos de rendimento variável	4 707	20	(93)	-	4 634
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	770 943	21 057	(3 653)	(1 969)	786 378
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	50 192	-	(1 778)	-	48 414
De outros emissores	455 678	187	(25 086)	-	430 779
Acções	114 976	18 472	(2 737)	(977)	129 734
Outros títulos de rendimento variável	40 006	510	(91)	-	40 425
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	660 852	19 169	(29 692)	(977)	649 352

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	milhares de euros	
	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	1 969	2 537
Dotações do exercício	-	742
Utilizações no exercício	(992)	(1 310)
Saldo final em 31 de Dezembro	977	1 969

O escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	milhares de euros	
	2007	2006
De um a três meses	1 040	-
De três meses a um ano	-	3 561
De um a cinco anos	224 640	510 979
Mais de cinco anos	293 938	196 587
Indeterminado	129 734	75 251
	649 352	786 378

NOTA 25 // Devedores por Operações de Seguro Directo, Resseguro e Outros

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisado como segue:

	milhares de euros	
	2007	2006
Por operações de seguro directo		
Tomadores de seguros	51 938	46 509
Mediadores	361	114
Co-seguro	6 456	7 872
	58 755	54 495
Por operações de resseguro		
Resseguradores	8 570	6 521
Ressegurados	-	179
	8 570	6 700
Por outras operações		
Empresas relacionadas	2 500	5 909
Outros devedores	38 074	28 097
	40 574	34 006
Imparidade	(9 442)	(10 999)
	98 457	84 202

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de devedores por outras operações – outros devedores regista o montante de 11 108 milhares de euros relativos a operações por liquidar de imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui ainda o montante de 10 779 milhares de euros (2006: 8 584 milhares de euros) referente a valores a receber do IFADAP.

A variação das perdas por imparidade é analisada como segue:

	milhares de euros	
	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	10 999	9 788
Dotações	14	1 211
Utilizações	(1 571)	-
Saldo final	9 442	10 999

Os saldos de devedores por operações de seguro directo, resseguro cedido e outras têm uma maturidade inferior a 3 meses.

NOTA 26 // Activos Tangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisado como segue:

	milhares de euros	
	2007	2006
Imóveis		
De serviço próprio	50 314	63 916
Equipamento		
Equipamento administrativo	5 683	6 066
Equipamento informático	34 473	33 025
Instalações interiores	1 975	1 280
Máquinas e ferramentas	1 894	3 205
Material de transporte	744	633
Equipamento hospitalar	556	546
Outros	1 170	1 322
	46 495	46 077
Imobilizado em curso	344	-
	97 153	109 993
Depreciação acumulada e imparidade	- 47 149	- 45 993
	50 004	64 000

O movimento ocorrido nas rubricas de activos tangíveis foi o seguinte:

milhares de euros

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo líquido a 1 de Janeiro de 2006	61 443	3 006	34	64 483
Adições	325	4 191	-	4 516
Alterações ao perímetro de consolidação	-	1 674	-	1 674
Amortizações do exercício	(998)	(2 555)	-	(3 553)
Abates / vendas	(206)	(1 211)	(34)	(1 451)
Imparidade	(1 669)	-	-	(1 669)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	58 895	5 105	-	64 000
Adições	688	3 239	344	4 271
Transferências	(3 561)	-	-	(3 561)
Amortizações do exercício	(867)	(2 925)	-	(3 792)
Abates / vendas	(9 490)	(96)	-	(9 586)
Imparidade	(1 328)	-	-	(1 328)
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	44 337	5 323	344	50 004

NOTA 27 // Propriedades de Investimento

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisado como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Propriedades de investimento	82 904	80 923

O movimento ocorrido no exercício de 2007 pode ser analisado como segue:

milhares de euros

	2006	Aquisições	Alienações	Transferências	Valias Potenciais	2007
Propriedades de investimento	80 923	365	(2 081)	3 697	-	82 904

As transferências no montante de 3 697 milhares de euros resultam de transferências de imóveis de serviço próprio para propriedades de investimento.

NOTA 28 // Activos Intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisado como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
<i>Goodwill</i>	25 811	25 811
<i>Value in force</i>	50 000	50 874
Adquiridos a terceiros		
Despesas de constituição e instalação	81	108
Despesas de investigação e desenvolvimento	25 660	27 569
Software	7 099	6 970
Imobilizado incorpóreo em curso	1 969	190
	34 809	34 837
Amortizações acumuladas e imparidade	(25 812)	(23 641)
	84 808	87 881

O movimento ocorrido no exercício de 2007 pode ser analisado como segue:

milhares de euros				
	<i>Goodwill</i>	<i>Value in Force</i>	Outras imobilizações	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2006	25 785	-	13 740	39 525
Adições	26	50 874	3 302	54 202
Amortizações do exercício	-	(1 324)	(4 522)	(5 846)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	25 811	49 550	12 520	87 881
Adições	8 459	8 459		
Abates / Transferências	-	-	(2 876)	(2 876)
Amortizações do exercício	-	(3 187)	(5 469)	(8 656)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	25 811	46 363	12 634	84 808

Como referido nas políticas contabilísticas, em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo efectuou uma revisão ao valor recuperável do *goodwill* e do *VIF* - *value in force*, tendo concluído que não existe nenhuma imparidade que devesse ser registada.

O saldo remanescente do valor do negócio adquirido (VIF) será amortizado como segue:

milhares de euros						
	2008	2009	2010	2011	Anos Seguintes	Total
Amortização	2 290	2 223	2 172	2 165	37 513	46 363

NOTA 29 // Investimentos em Associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas, são apresentados no quadro seguinte:

milhares de euros

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Resultado Líquido do Exercício		Custo da Aquisição	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
BES, Companhia de Seguros, S.A.	108 662	88 919	84 207	64 784	24 455	24 135	4 723	4 425	3 759	3 759
Cominvest – Soc. Gestão e Inv. Imobiliário, S.A.	-	7 150	-	304		6 845		191		1 589
Espírito Santo Data, SGPS, S.A.	-	7 983	-	148		7 835		(133)		2 166
Espírito Santo Contact Center, S.A.	8 242	5 695	6 524	2 269	1 718	3 426	(219)	64	325	647
Europ Assistance, S.A.	30 289	28 917	21 778	19 921	8 511	8 996	1 177	1 082	1 757	1 757
									5 841	9 918

milhares de euros

	% Detida		Valor de Balanço		Resultado da Associada Atribuível ao Grupo	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (a)	-	-	-	-	-	16,681
BES, Companhia de Seguros, S.A.	25.00%	25.00%	6 114	6 034	1 181	1 106
Cominvest – Soc. Gestão e Inv. Imobiliário, S.A.	-	24.00%		1 643	3	54
Espírito Santo Data, SGPS, S.A.	-	27.06%	2 120	(21)	(20)	
Espírito Santo Contact Center, S.A.	20.42%	20.42%	351	700	(45)	53
Europ Assistance, S.A.	24.00%	24.00%	2 042	1 934	282	177
			8 507	12 431	1 400	18 051

(a) Os resultados em 2006, correspondem aos resultados apropriados até à data da venda

O movimento nesta rubrica é como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Saldo em 1 de Janeiro	12 431	74 880
Alienação de associadas	(4 008)	(85 966)
Aquisição de participações em associadas	-	6 159
Resultado da associada atribuível ao Grupo	1 400	18 051
Reserva de justo valor	(185)	5
Dividendos	(1 131)	(693)
Outras variações	-	(5)
Saldo em 31 de Dezembro	8 507	12 431

NOTA 30 // Provisões Técnicas de Seguro Directo e Resseguro Cedido

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido são analisadas como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total	Seguro Directo	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	118 232	13 350	104 882	117 257	12 612	104 645
Provisão matemática do ramo vida	349 105	276	348 829	340 382	239	340 143
Provisão para sinistros	537 776	34 789	502 987	519 775	36 043	483 732
Provisão para participação nos resultados	3 421	277	3 144	4 260	512	3 748
Provisão para riscos em curso	7 250	-	7 250	4 500	-	4 500
	1 015 784	48 692	967 092	986 174	49 406	936 768

A provisão para prémios não adquiridos não se encontra deduzida dos custos de aquisição diferidos, que se encontram registados no activo, sendo o seu saldo analisado como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total
Prémios não adquiridos	118 232	13 350	104 882	117 257	12 612	104 645
Custos de aquisição diferidos	(23 459)	-	(23 459)	(22 564)	-	(22 564)
	94 773	13 350	81 423	94 693	12 612	82 081

A provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total
Provisão matemática do ramo vida						
Rendas	96 935	-	96 935	50 216	-	50 216
Capitalização com participação nos resultados	252 170	276	251 894	290 166	239	289 927
	349 105	276	348 829	340 382	239	340 143
Custos de aquisição diferidos	(214)	-	(214)	(270)	-	(270)
	348 891	276	348 615	340 112	239	339 873

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento. Nessa

base em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos financeiros de taxa fixa são classificados e registados na rubrica passivos por contratos de investimentos (ver Nota 35).

A provisão para sinistros por ramo de negócio é analisada como segue:

milhares de euros

	2007			2006		
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Total
Vida	9 206	116	9 091	10 856	202	10 654
Não vida						
Acidentes de trabalho	179 638	27	179 611	176 675	29	176 646
Acidentes e doença	12 891	396	12 495	11 345	586	10 759
Incêndio e outros danos	27 766	7 915	19 851	29 282	8 176	21 106
Automóvel	281 376	14 460	266 916	266 261	15 419	250 842
Marítimo, aéreo e transportes	6 710	3 539	3 171	6 360	3 371	2 989
Responsabilidade civil geral	17 728	7 772	9 956	17 143	8 016	9 127
Crédito e caução	1 628	41	1 587	1 385	60	1 325
Diversos	833	523	309	468	184	284
	537 776	34 789	502 987	519 775	36 043	483 732

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 25 304 milhares de euros (2006: 27 004 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2007 e ainda não reportados (IBNR).

Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de 5 980 milhares de euros (2006: 5 975 milhares de euros) de encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes e não declarados.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 129 676 milhares de euros (2006: 131 071 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

As provisões matemáticas do ramo de Acidentes de Trabalho são calculadas de acordo com a Norma regulamentar 15/2000-R, de 23 de Novembro, isto é, aplicando a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e encargos de gestão de 0% para as pensões remíveis, e a fórmula preconizada na mesma norma para as não remíveis, após cálculo da reserva matemática com base na tábua de mortalidade PF 60/64 com taxa de juro de 6% e 4% de encargos de gestão.

A provisão matemática inclui um montante de 1 304 milhares de euros (2006: 6 547 milhares de euros) relativo ao incremento das provisões em consequência dos resultados obtidos do teste de adequação de responsabilidades. Este teste foi efectuado com base nas melhores estimativas à data de balanço (ver Nota 2).

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros, são apresentados como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Saldo a 1 de Janeiro	519 775	494 499
Alterações no perímetro da consolidação	-	6 271
Mais sinistros ocorridos:		
Próprio ano	289 559	248 207
Anos anteriores	(14 760)	(7 894)
Menos montantes pagos		
Próprio ano	(136 443)	(103 862)
Anos anteriores	(120 355)	(117 446)
Saldo em 31 de Dezembro	537 776	519 775

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

A movimentação na provisão para participação nos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Saldo a 1 de Janeiro	4 260	360
Alterações no perímetro da consolidação	-	3 903
Montantes pagos	(2 302)	(90)
Montantes estimados atribuíveis	1 463	87
	3 421	4 260

NOTA 31 // Impostos

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2007 e 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 26,5% para 2007 e 27,5% para 2006, as quais correspondem às taxas nominais aprovadas à data do balanço.

O cálculo do imposto diferido em 2006 foi apurado com base na taxa de 26,5%, taxa que se encontrava substancialmente aprovada à data do balanço, como resultado da aprovação da lei das finanças locais que alterou a forma de cálculo da derrama bem como a respectiva taxa a aplicar.

As declarações de autoliquidação, da Seguradora e das subsidiárias, relativas aos exercícios de 2004 e seguintes ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Tranquilidade e das Subsidiárias que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	Activos		Passivos		Líquido	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Activos financeiros	3 447		(398)	(4 271)	3 049	(4 271)
Activos intangíveis	-	27	(10)	-	(10)	27
Provisões técnicas de resseguro cedido e seguro directo	1 088	2 631			1 088	2 631
Pensões e outros benefícios a empregados	-	-	(2 223)	(2 280)	(2 223)	(2 280)
Outros	848	1 302	-	-	848	1 302
Prejuízos fiscais reportáveis	237	635			237	635
Imposto diferido activo/(passivo)	5 620	4 595	(2 631)	(6 551)	2 989	(1 956)
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(1 939)	(3 960)	1 939	3 960		
Imposto diferido activo/(passivo) líquido⁽¹⁾	3 681	635	(692)	(2 591)	2 989	(1 956)

(1) líquido por entidade do Grupo

A variação do imposto diferido foi reconhecida como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Reconhecido em resultados	2 749	12 098
Reconhecido em reservas	(7 694)	4 208
Alteração do perímetro de consolidação	-	(705)
	(4 945)	15 601

O movimento do imposto diferido de balanço em 2007 e 2006 explica-se como segue:

milhares de euros

	2007		2006	
	Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas	Reconhecido em Resultados	Reconhecido em Reservas
Activos financeiros	374	(7 694)	4 154	4 208
Activos intangíveis	37	-	146	-
Provisões técnicas de resseguro cedido e seguro directo	1 543	-	1 467	-
Pensões e outros benefícios a empregados	(57)	-	(327)	-
Outros	454	-	357	-
Prejuízos fiscais reportáveis	398	-	6 301	-
	2 749	(7 694)	12 098	4 208

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2007 e 2006 explica-se como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Imposto corrente	3 100	30 745
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	4 882	19 390
Prejuízos fiscais reportáveis	(2 133)	(7 292)
	2 749	12 098
Total do imposto registado em resultados	5 849	42 843

O imposto sobre o rendimento reportado em reservas nos anos de 2007 e 2006 explica-se como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	(7 694)	4 208
	(7 694)	4 208
Total do imposto registado em reservas	(7 694)	4 208

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

milhares de euros

	2007		2006	
	%	Valor	%	Valor
Resultados antes de Impostos e Interesses Minoritários		30 566		211 366
Taxa de imposto estatutária	26,5%		27,5%	
Imposto apurado com base na taxa de imposto estatutária		8 100		58 126
Dividendos excluídos de tributação		(274)		(993)
Tributação autónoma		214		194
Investimentos em subsidiárias e associadas		(371)		(3 266)
Alteração da taxa de imposto				97
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no período		131		
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo		(2 133)		(7 292)
Outros		182		(4 023)
		5 849		42 843

NOTA 32 // Outros Activos

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisado como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Benefícios a empregados - longo prazo	8 246	3 112
Activos por contratos de investimento	27 905	13 819
Empréstimos hipotecários	1 242	1 402
Outros empréstimos	9 779	9 269
Salvados	689	430
Custos diferidos	1 251	526
Comissões a receber	1 315	1 250
Outros acréscimos de proveitos	676	3 097
Total	51 103	32 905

Os activos relacionados com benefícios a empregados de longo prazo estão relacionados com as responsabilidades assumidas pelo Grupo de pagar pensões e outros benefícios aos colaboradores (ver nota 17).

NOTA 33 // Outros Empréstimos

Os outros empréstimos são relativos a empréstimos bancários obtidos pela subsidiária Esumédica.

NOTA 34 // Credores por Operações de Seguro Directo, Resseguro e Outros

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisado como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Por operações de seguro directo		
Tomadores de seguros	3 768	3 208
Mediadores	7 105	4 494
Co-seguro	11 382	16 331
	22 255	24 033
Por operações de resseguro		
Resseguradores	11 445	16 187
Ressegurados	19	118
	11 464	16 305
Por outras operações		
Empresas relacionadas	3 537	-
Outros credores	12 656	20 914
Depósitos recebidos de resseguradores	662	529
	50 574	61 781

NOTA 35 // Passivos por Contratos de Investimento

Em 31 de Dezembro de 2007, os passivos por contratos de investimento são analisados como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
Contratos de taxa fixa	31 039	31 035
Contratos de seguro em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	33 034	16 402
	64 073	47 437

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

A movimentação no passivo relativa aos contratos de investimento com taxa fixa é analisada como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
Saldo a 1 de Janeiro	31 035	30 718
Depósitos recebidos	-	-
Benefícios pagos	(1 354)	(246)
Juro técnico do exercício	1 358	563
Saldo em 31 de Dezembro	31 039	31 035

A movimentação no passivo relativo aos contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro é analisado como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
Saldo a 1 de Janeiro	16 402	11 951
Depósitos recebidos	18 661	4 921
Benefícios pagos	(2 628)	(750)
Juro técnico do exercício	852	354
Resultado técnico	(253)	(74)
Saldo em 31 de Dezembro	33 034	16 402

NOTA 36 // Provisões

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisado como segue:

milhares de euros	
Outras Provisões	
Saldo a 1 de Janeiro de 2006	554
Alterações do perímetro de consolidação	294
Dotações	115
Anulações	(171)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	792
Dotações	317
Anulações	(59)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	1 050

NOTA 37 // Outros Passivos

A rubrica outros passivos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é analisada como segue:

milhares de euros		
	2007	2006
Proveitos diferidos	240	280
Benefícios a empregados - longo prazo	668	750
Benefícios a empregados - curto prazo	8 228	9 022
Comissões a pagar	3 476	4 673
Gratificações	3 622	1 985
Taxa para o ISP	393	399
Contribuição autárquica	200	215
Outros acréscimos de custos	4 172	4 921
	20 999	22 245

A rubrica benefícios a empregados de curto prazo inclui o montante de 4 606 milhares de euros (2006: 5 022 milhares de euros) e 3 622 milhares de euros (2006: 4 000 milhares de euros) relativos a férias e respectivos subsídios vencidos no exercício e a liquidar no ano seguinte e à estimativa do bónus referente ao exercício de 2007 a atribuir aos colaboradores mas cujo pagamento só será efectuado em 2008.

Os passivos relacionados com benefícios a empregados de longo prazo estão relacionados com as responsabilidades assumidas pelo Grupo de pagar pensões e outros benefícios aos colaboradores (ver nota 17).

NOTA 38 // Capital, Prémios, Reservas de Justo Valor e Outras Reservas e Resultados Transitados

Capital

O Capital da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., de Euros 135 000 000, representado por 27 000 000 acções de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado. A Sociedade tem como accionista único a Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido. Ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados líquidos de interesses minoritários podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	Reservas de Justo Valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos Financeiros Disponíveis para Venda	Reservas por Impostos Diferidos	Total da Reserva de Justo Valor	Reserva Legal	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	21 495	-	21 495	18 371	(7 249)	11 122
Dividendos antecipados	-	-	-	-	(76 761)	(76 761)
Transferência para reservas	-	-	-	2 678	15 124	17 802
Alterações de justo valor	(3 961)	(4 208)	(8 169)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	17 534	(4 208)	13 326	21 049	(68 886)	(47 837)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(60 240)	(60 240)
Transferência para reservas	-	-	-	15 722	152 289	168 011
Alterações de justo valor	(28 299)	7 694	(20 605)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	(10 765)	3 486	(7 279)	36 771	23 163	59 934

A reserva de justo valor explica-se, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, como segue:

milhares de euros

	2007	2006
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	660 852	770 943
Imparidade acumulada reconhecida	(977)	(1 969)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	659 875	768 974
Justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	649 352	786 378
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(10 523)	17 404
Reserva de justo valor de empresas associadas	(242)	130
Impostos diferidos	3 486	(4 208)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	(7 279)	13 326

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses minoritários, no exercício de 2007 pode ser assim analisada:

milhares de euros

	2007	2006
Saldo a 1 de Janeiro	13 326	21 495
Varição de justo valor	(28 548)	14 821
Alienação de empresas associadas	-	(18 909)
Dotação / (utilização) da reserva de justo valor de associadas	249	127
Impostos diferidos reconhecidos em reservas no exercício	7 694	(4 208)
Saldo em 31 de Dezembro	(7 279)	13 326

NOTA 39 // Interesses Minoritários

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os interesses minoritários, podem ser analisados como segue:

milhares de euros

	2007		2006	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
Advancecare, S.A.	4 417	893	3 525	541
Fiduprivate, S.A.	154	(53)	206	(29)
Esumédica, S.A.	-	-	-	-
Heartscan, S.A.	-	-	-	-
	4 571	840	3 731	512

O movimento nos interesses minoritários nos exercícios findo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser assim analisado:

	milhares de euros	
	2007	2006
Interesses minoritários em 1 de Janeiro	3 731	-
Alteração do perímetro de consolidação	-	3 219
Resultado líquido do exercício	840	512
Interesses minoritários em 31 de Dezembro	4 571	3 731

NOTA 40 // Transacções Com Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o montante global dos activos e passivos do Grupo Tranquilidade que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

Empresas associadas e relacionadas	2007				2006			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
Espírito Santo Contact Center, S.A.	102	-	1 624	110	-	66	1 409	66
BES Seguros	-	207	-	974	-	-	-	72
Banco Espírito Santo, S.A.	117 280	2 129	1 508	12 260	154 819	-	1 338	15 194
PARTRAN	-	-	-	-	3 239	-	-	-
E.S. Segurança	107	-	471	909	6 836	-	279	778
Marinoteis	1 370	-	-	-	1 370	-	-	-
Estela Golf	149	-	-	-	162	-	-	-
Fungere	3 565	-	-	-	3 999	-	-	-
BES Vida	1 071	737	1 441	112	2 286	-	-	201
GESPatrimónio	1 057	-	-	1 178	1 360	-	-	-
Carrefour	-	-	-	-	65	-	-	256
Portugália	-	-	-	-	25	-	-	447
Multipessoal	47	17	334	288	30	-	277	152
Fundação Espírito Santo	-	-	-	78	18	-	-	70
Espírito Santo, A.C.E.	-	-	-	121	19	-	-	109
BES Leasing	-	2 958	200	1 357	-	2 366	126	39
E.S.A.F.	-	85	-	359	-	-	-	133
Crediflash	-	-	-	-	-	-	-	1 674
E.S. Resource	-	-	-	169	-	-	-	48
E.S. SAÚDE	8 500	-	-	-	6 000	-	-	48
PME Link	-	-	-	-	-	-	-	43
ESCOM	-	-	-	108	-	-	-	127
Credibom	-	12	-	-	-	-	-	144
E.S. Gest	-	-	76	-	-	-	-	29
Hersal	20	-	-	79	-	-	-	33
Top Atlântico	-	-	-	-	-	-	462	-
S.G.L.	-	86	430	-	-	-	378	-
Hoteis Tivoli	-	-	-	-	-	-	27	-
E.S.F.G.	-	-	337	-	-	-	-	-
GESFIMO	-	-	-	50	-	-	-	-
Europ Assistance	-	-	-	216	-	-	-	-
BESI	-	-	116	-	-	-	-	-
	133 268	6 231	6 537	18 368	180 228	2 432	4 296	19 663

Adicionalmente, em 1 de Agosto de 2006, na sequência de acordos assinados entre a BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A., a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., a BESPARG, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., o Crédit Agricole, S.A. e o Banco Espírito Santo, S.A., a BES-Vida Companhia de Seguros, S.A., cedeu à T-Vida as posições contratuais que resultam dos contratos angariados através da rede de delegações, mediadores e franquisados da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, pelo preço de Euros 50 000 000.

Neste contexto, foram transferidos para a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., todos os activos e passivos associados aos contratos transferidos, apurados ao seu justo valor à data de 31 de Julho de 2006.

Os activos e passivos transferidos são analisados como segue:

	milhares de euros
	2006
Activos	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	385 745
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 867
Activos financeiros disponíveis para venda	40
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	1 267
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 289
Outros activos	553
Total de Activos	390 761
Passivos	
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	274
Passivos por contratos de investimento	12 061
Provisões técnicas de seguro directo	387 129
Outros Passivos	297
Total de Passivos	390 761

Durante os exercícios de 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não se registaram quaisquer transacções adicionais com partes relacionadas.

NOTA 41 // Gestão dos Riscos de Actividade

A política de risco aplica-se de forma transversal a todas as áreas da Companhia e define formalmente a estratégia e os objectivos da gestão de risco do Grupo, para as diferentes classes de risco em que as mesmas incorrem, englobando as funções, responsabilidades e as autorizações que suportam os processos adoptados pela Companhia para alcançar os respectivos objectivos.

A política de risco tem como principais componentes:

- As definições de risco e respectiva categorização;
- Os princípios chave para que a tomada de decisão seja baseada na gestão do risco;
- O modelo de governo da estrutura do risco, que engloba:
 - As funções e responsabilidades dos Comités existentes, Unidades Operacionais e restantes áreas que lidam com o risco;
 - A política do risco;
 - As respectivas funções de suporte.

A conformidade com os standards definidos na política de risco é da responsabilidade das chefias dos diferentes níveis/áreas ao longo da Companhia, devendo estes assegurar:

- A gestão e controlo contínuo dos diferentes tipos de risco, de acordo com os princípios de boas práticas;
- A conformidade com a legislação em vigor, requisitos regulamentares e os códigos de conduta adequados.

A Direcção de Risco Global e Controlo Interno, assim como o Comité de Gestão de Risco Global são responsáveis pela política de risco existente e pelas respectivas propostas de revisão.

A Administração da Companhia tem como responsabilidade a revisão e aprovação da política de risco numa base anual, de forma a assegurar que a mesma se encontra alinhada com os objectivos de negócio e de gestão de risco da Companhia, com eventuais alterações a nível operativo e com o plano anual de negócio.

A Auditoria Interna assegura a adequação de forma contínua da política de risco e a conformidade com a mesma.

Gestão de Riscos

- **Risco Específico De Seguros** - Risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Neste campo, a TRANQUILIDADE tem-se pautado por uma política criteriosa de aceitação do risco assente em tarifas construídas actuarialmente e revistas regularmente.

A subscrição dos riscos de aceitação condicionada é efectuada centralmente, havendo evidência das condições e do responsável pela decisão.

O provisionamento é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros. São efectuadas análises regulares sobre a suficiência do provisionamento da Companhia. Estão a ser desenvolvidos

modelos internos de avaliação das provisões, quer de seguro directo, quer de resseguro cedido, com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução das provisões para sinistros excluindo reservas matemáticas do ramo acidentes de trabalho é apresentada como segue:

milhares de euros

	Até 1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Estimativa inicial dos custos com sinistros	250 434	276 399	299 101	302 579	305 512	328 733	363 800	375 014	398 894
Pagamentos acumulados									
Um ano depois	91 432	106 206	105 824	108 328	106 724	91 174	105 504	100 096	-
Dois anos depois	133 023	147 272	157 869	162 811	149 681	141 526	157 627	-	-
Três anos depois	161 289	185 976	197 820	194 772	185 956	176 790	-	-	-
Quatro anos depois	191 913	215 921	222 164	223 751	213 367	-	-	-	-
Cinco anos depois	215 087	234 821	246 876	245 653	-	-	-	-	-
Seis anos depois	229 519	252 471	264 938	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	241 548	267 296	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	252 513	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa final dos custos com sinistros									
Um ano depois	253 045	277 599	303 180	313 397	327 363	338 836	354 407	366 449	-
Dois anos depois	249 244	283 207	306 243	325 422	334 297	334 918	356 147	-	-
Três anos depois	251 544	283 966	314 450	331 367	332 408	333 196	-	-	-
Quatro anos depois	256 286	303 872	317 872	331 221	331 075	-	-	-	-
Cinco anos depois	277 384	306 526	318 261	329 943	-	-	-	-	-
Seis anos depois	280 619	306 563	318 259	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	281 055	306 112	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	280 690	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente/(défice) acumulado	(30 255)	(29 713)	(19 158)	(27 363)	(25 563)	(4 463)	7 653	8 565	-

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias e nas pensões matemáticas do ramo acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que

a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são actualizadas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados da actividade corrente. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

Relativamente ao ramo Vida, os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
<i>Planos de poupança reforma e produtos de capitalização</i>		
Até Dezembro de 1997	GKM80	4%
De Janeiro de 1998 a Junho de 1999	GKM80	3,25%
De 1 de Julho de 1999 a Fevereiro de 2003	GKM80	2,25% e 3%
De 1 de Março de 2003 a Dezembro de 2003	GKM80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM80	2,75% e 2,25%
<i>Seguros em caso de vida</i>		
Rendas:		
Até Julho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de Julho de 2002 a Dezembro de 2003	TV 73/77	3%
De 1 de Janeiro de 2004 a Setembro de 2006	GKF 95	3%
Após Setembro de 2006	GKF 95	3%
<i>Outros Seguros</i>		
	TV 73/77	4%
<i>Seguros em caso de morte</i>		
Até Dezembro de 2004	GKM80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM80	4%
<i>Seguros mistos</i>		
Até Setembro de 1998	GKM80	4%
Após de 1 Outubro de 1998	GKM80	3,25%

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os cashflows futuros são avaliados e descontados à taxa de juro sem risco.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

Tábua de Mortalidade	
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	40% GKM

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo do valor actual das provisões matemáticas relativas ao ramo acidentes de trabalho, para efeitos do teste de adequação das responsabilidades são como segue:

Tábua de mortalidade	GKF 80
Taxa de juro	4,66%
Encargos de gestão	3%

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida como segue:

milhares de euros

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de Cobertura	Retenção Líquida
Vida Crédito Habitação	Quota parte + Excedente	1 000	75
Vida Grupo	Excedente	1 000	75
Vida Crédito Individual	Excedente	1 000	75
Vida Catástrofes	Excesso de perdas (XL)	10 000	1 000
Acidentes pessoais	Excesso de perdas (XL)	14 700	300
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)	39 500	500
Automóvel (responsabilidade civil)	Excesso de perdas (XL)	49 250	750
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)	4 250	750
Cauções	Quota parte	400	20%
Cauções (fidelidade)	Quota parte	200	20%
Engenharia	Quota parte + Excedente	13 750	1 250
Incêndio	Excedente	25 000	1 000
Incêndio (riscos simples)	Excedente	20 000	1 000
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)	160 000	10 000
Incêndio	Excesso de perdas (XL)	8 000	2 000
Responsabilidade civil geral	Excesso de perdas (XL)	4 850	150
Embarcações marítimas (cascos)	Excedente	3 800	200
Embarcações marítimas (cascos) - frotas	Excedente	5 700	300
Mercadorias transportadas	Excedente	3 450	150
Transportes (catástrofes)	Excesso de perdas (XL)	1 560	390
Saúde	Quota parte	-	75%
Assistência	Quota parte	-	-

/// **Risco de Mercado** – Risco de movimentos adversos no valor de activos da empresa de seguros, relacionados com variações dos mercados de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor do imobiliário. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e responsabilidades.

Para a Companhia, a gestão do Risco de Mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de alocação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura Comité Financeiro. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e alocação, bem como pelo controlo da exposição aos vários riscos: taxas de juro, taxas de câmbio e de liquidez. O Comité Financeiro é composto por representantes da Comissão Executiva e pelos Directores responsáveis pela área Financeira.

Durante o ano de 2008 está previsto a criação de um grupo de trabalho de Gestão de Riscos Técnicos e Financeiros e terá como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pela Comissão Executiva;

- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e aprovados pela Comissão Executiva;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Identificar riscos e monitorizar os riscos técnicos e financeiros (incluindo liquidez), de acordo com as tolerâncias definidas ao nível da Comissão Executiva;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão global de Risco.

As Políticas de Investimento, adoptadas pela Tranquilidade, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação da carteira, atendendo à evolução dos Mercados Financeiros, nomeadamente ao comportamento das taxas de juro. A Política Financeira, aprovada pelo Comité Financeiro, visa dar resposta à instabilidade dos Mercados, estabelecendo ratings mínimos de investimento.

Relativamente ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por moeda, é analisado como segue:

milhares de euros

Activo	2007			
	Dólares Norte Americanos	Libras Estrelinas	Euros	Total
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 236	47	225 601	226 884
Outros activos financeiros e não financeiros	7 112	-	1 159 621	1 166 733
Total do Activo	8 348	47	1 385 222	1 393 617
Total do Passivo	-	-	(1 177 514)	(1 177 514)
Exposição Líquida	8 348	47	207 708	216 103

milhares de euros

Activo	2006			
	Dólares Norte Americanos	Libras Estrelinas	Euros	Total
Disponibilidades em outras instituições de crédito	638	-	65 071	65 709
Outros activos financeiros e não financeiros	-	-	1 367 562	1 367 562
Total do Activo	638	-	1 432 633	1 433 271
Total do Passivo	-	-	(1 161 040)	(1 161 040)
Exposição Líquida	638	-	271 593	272 231

• **Risco de Crédito** – Risco de incumprimento ou de alteração na qualidade creditícia dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradores que com ela se relacionam;

A publicação, no final de 2005, da nova Lei das Cobranças, veio reduzir significativamente este factor de risco, na actividade das seguradoras.

Na selecção de Resseguradores são definidos níveis mínimos de rating, efectuando a Tranquilidade um acompanhamento regular da sua evolução.

• **Risco de Liquidez** – Risco que advém da possibilidade da empresa de seguros não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que eles se vencem.

A Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

• **Risco Operacional** – Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade aos capitais próprios (líquidos de impostos) do Grupo a alterações de factores financeiros e não financeiros, como segue:

Análise Sensibilidade	Impacto nos Capitais Próprios	
	31.12.2007	31.12.2006
Taxa de juro sem risco + 100 bp	(572)	334
Taxa de juro sem risco - 100 bp	(5 033)	(4 458)
Imobiliário e títulos de rendimento variável +10%	21 308	16 148
Imobiliário e títulos de rendimento variável -10%	(21 308)	(16 148)
Provisões para sinistros com probabilidade a 75%	(8 869)	(15 096)

Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como o conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações, compliance e reporting financeiro.

Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior. Como tal, o Sistema de Controlo Interno nas seguradoras do Grupo Tranquilidade encontra-se documentado e evidenciado, face aos riscos associados aos diferentes processos e áreas de negócio e suporte.

A metodologia de abordagem do Sistema de Controlo Interno adoptado compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco inerente associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço de controlos existentes ou a implementação de novos controlos;

- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação pelo Management do relatório relativo ao sistema de controlo interno.

Acções ocorridas em 2007

- Participação activa no QIS 3 (terceiro estudo de impacto quantitativo) no âmbito do Solvência II, primeiro pilar;
- Revisão e análise da situação actual no que respeita à implementação das recomendações definidas no relatório SOX;
- Estabelecimento de princípios, políticas e procedimentos no âmbito da Prevenção e Detecção de Branqueamento de Capitais definidos em normativo interno OS 2/2007;
- Foi definido um plano de formação, utilizando recursos internos e externos, que abrangeu, numa primeira fase, 351 colaboradores (Directores, gerentes, técnicos comerciais, gestores de clientes e caixas) e 51 dos 53 agentes franchisados. Está previsto o desenvolvimento de uma segunda fase direccionada para os mediadores;
- Com vista a criar as bases para um desenvolvimento mais abrangente, que desse resposta aos requisitos do Solvência II, foi estabelecido um projecto em matéria de Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno onde foram abordadas as seguintes vertentes:
 - Modelo de Organização para a Gestão de Risco;
 - Cultura de Risco;
 - Gestão de Risco;
 - Controlo Interno;
 - Gestão de Processos. Implementação da ferramenta de Gestão de Processos (QPR)

Este projecto encontra-se na sua fase final e um dos documentos finais consistirá no desenvolvimento de um plano de implementação.

Concentração de riscos

A repartição de outros activos financeiros por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, encontra-se apresentada conforme segue:

milhares de euros

	2007			
	Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados		Activos Financeiros Detidos para Venda	
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade
Refinação de Petróleo	607	-	1 564	(10)
Outras Industrias Transformadoras	636	-	6 149	-
Electricidade, Gás e Água	907	-	8 697	-
Transportes e Comunicações	14 353	-	-	-
Actividades Financeiras	26 774	-	332 257	(232)
Administração e Serviços Públicos	-	-	48 414	-
Outras actividades de serviços colectivos	7 612	-	101 212	(458)
Outros	12 793	-	152 036	(277)
TOTAL	63 682	-	650 329	(977)

milhares de euros

	2006			
	Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados		Activos Financeiros Detidos para Venda	
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Bruto	Imparidade
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	2 522	-
Papel e Indústrias Gráficas	-	-	351	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	-	-	3 126	-
Outras Industrias Transformadoras	-	-	13 391	-
Electricidade, Gás e Água	-	-	11 277	-
Comércio por Grosso e a Retalho	-	-	13 568	-
Turismo	-	-	203	-
Transportes e Comunicações	-	-	75 700	-
Actividades Financeiras	47 580	-	538 593	(1 020)
Administração e Serviços Públicos	-	-	51 338	-
Outros	97 332	-	78 278	(949)
TOTAL	144 912	-	788 347	(1 969)

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para o Grupo, é analisado como segue:

	2007		2006	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa e equivalentes	885	885	720	720
Disponibilidades em instituições de crédito	226 884	226 884	65 709	65 709
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	98 457	98 457	84 202	84 202
Activos financeiros	326 226	326 226	150 631	150 631
Outros empréstimos	1 097	1 097	1 196	1 196
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	50 574	50 574	61 781	61 781
Passivos por contratos de investimento	64 073	63 662	47 437	47 505
Passivos financeiros	115 744	115 333	110 414	110 482

milhares de euros

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa, Disponibilidades em instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Outros empréstimos

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

Contratos de Investimento

O justo valor é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projecção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão. Na estimativa do justo valor foi considerada a taxa mínima garantida.

Devedores e credores por operações seguro directo, de resseguro e outros

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Solvência

O Grupo monitoriza a solvência numa óptica individual para cada uma das sociedades sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal, e consolidada. O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a Norma Regulamentar n.º2/2005-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo baseada em informação financeira estatutária. A informação financeira estatutária é preparada de acordo com as regras estabelecidas pelo regulador, as quais diferem das normas IFRS.

À data de 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a margem de solvência tinha as seguintes componentes:

	milhares de euros	
	2007	2006
Capital	159 950	159 950
Reservas	97 918	73 306
Resultados transitados	771	(75 023)
Resultados líquidos	29 326	159 661
Distribuição de resultados do exercício	(24 596)	(65 429)
Activos intangíveis	(58 978)	(60 697)
Ajustamentos das obrigações e pensões de reforma	(26 775)	(2 315)
Margem de Solvência Disponível	177 616	189 453
Margem de Solvência exigida	166 538	154 954
Excesso/Insuficiência	11 078	34 499
Rácio de solvência	106,7%	122,3%

NOTA 42 // Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) Concentrações de actividades empresariais e uma alteração ao IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do *goodwill* por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes

cujas alterações de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) Apresentação de demonstrações financeiras o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de *comprehensive income*.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income*.

As alterações impostas pelo IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Grupo estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) Custos de empréstimos obtidos o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros *puttable* e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros *puttable* e Obrigações decorrentes de liquidação a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros *puttable* e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (ins-

trumentos *puttable*), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma, implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade.

O IASB alterou ainda o IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com *Treasury shares* e Grupo.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo como sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou como liquidação financeira.

Este IFRIC é de aplicação obrigatória para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O IFRIC 12 Contratos de concessão de serviços entra em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla, os interesses residuais das infra estruturas, na maturidade dos contratos.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 14 – IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O IFRIC 14 IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

Relatório dos Auditores

Introdução

1 // Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 1 393 617 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da Companhia de 211 532 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas da Companhia de 23 877 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados consolidados, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2 // É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 // A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4 // O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das sociedades incluídas na consolidação e do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a verificação, numa base de amostragem, das estima-

tivas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação; e
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 // O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 // Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 // Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) conforme adoptadas pela União Europeia.

Lisboa 18 de Abril de 2008

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA

Representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado
(ROC N° 1011)

TRANQUILIDADE'07

RELATÓRIO E CONTAS



T-VIDA'07
RELATÓRIO E CONTAS





// 01

ÓRGÃOS SOCIAIS



BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

CANDIDA HÖFER
b. 1944, Alemanha
"Biblioteca Palácio Nac. Maфра III",
2006, C-Print,
152 x 171 cm, CH-362 AP1

© Candida Höfer/VG Bild-Kunst, Bonn 2006



T-VIDA'07

01

Órgãos Sociais

Assembleia Geral:

Presidente Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Secretário João Afonso Pereira Gomes da Silva

Conselho de Administração:

Presidente Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Vogais Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

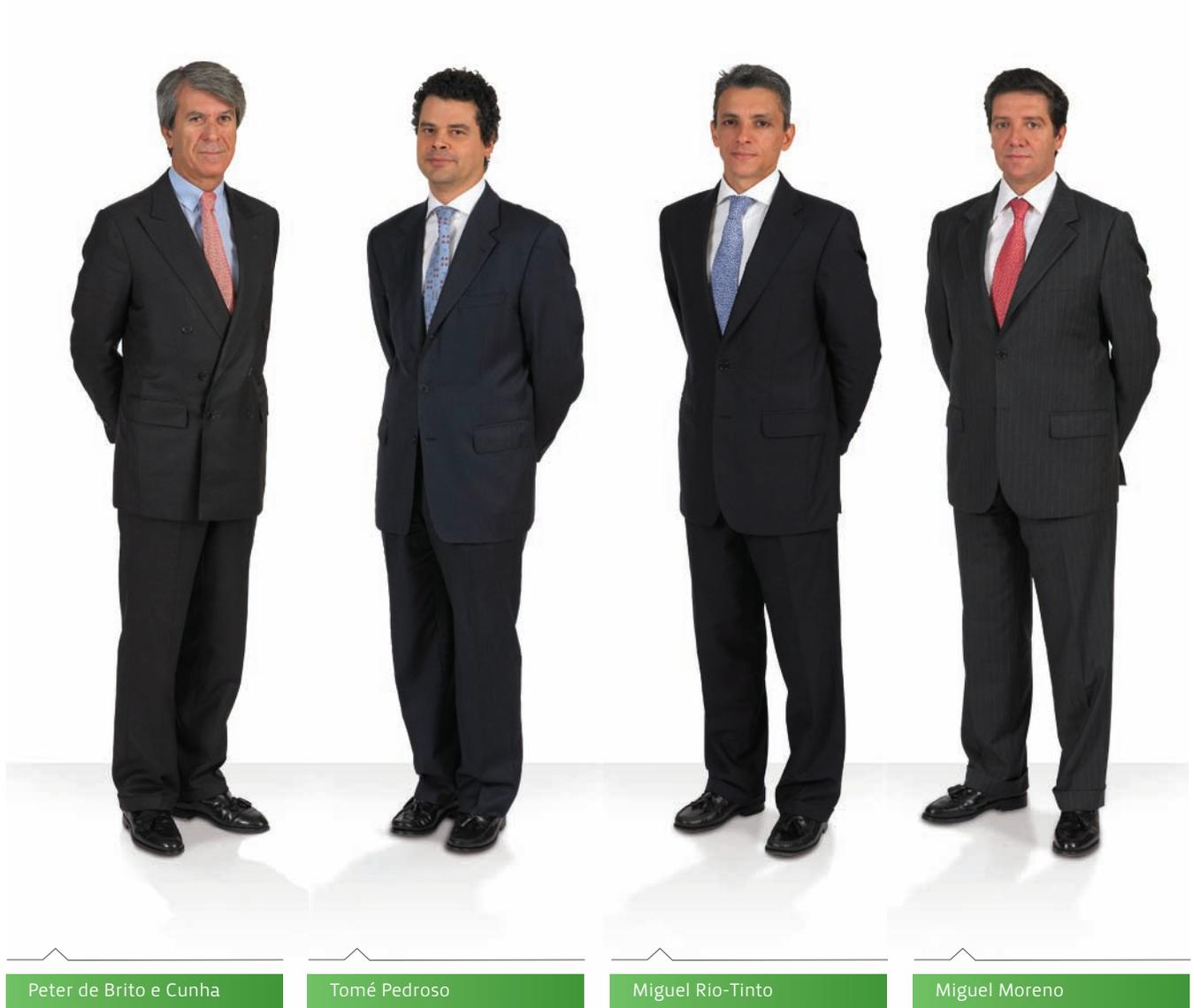
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

João Carlos Neves Ribeiro *

Fiscal Único: R.O.C. José Manuel Macedo Pereira

* Renunciou ao mandato em 31.01.2008.

Conselho de Administração





// 02

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

PEDRO LETRIA
b. 1965, Lisboa
"Sala de Recursos Humanos
da Sodefor em Nioki, Rep.
Democrática do Congo",
2005,
Prova ilfochrome brilhante,
50 x 50 cm,
Ed.: 1/5

Cortesia do Artista



02

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as respectivas Contas da Companhia de Seguros T-Vida, S.A. respeitantes ao exercício de 2007.

2.1 // Enquadramento Macroeconómico

2.1.1 // Situação Económica Nacional

Em termos macroeconómicos, e de acordo com as últimas estimativas do Banco de Portugal, a economia portuguesa prosseguiu, em 2007, a tendência de recuperação gradual observada nos últimos anos, tendo o crescimento do PIB subido de 1,3% para 1,9%. Embora em desaceleração face a 2006, as exportações mantiveram um forte dinamismo, com uma variação de 7,1%. Para este registo contribuiu não apenas a componente de mercadorias, mas também a dos serviços (destacando-se, para além do turismo, os serviços de transportes, de consultoria e de intermediação comercial). Foi igualmente visível uma diversificação geográfica das exportações, com um maior peso de áreas económicas que mantiveram crescimentos elevados em 2007, como África (com destaque para Angola), Ásia e América Latina. A aceleração do PIB observada em 2007 fica, no entanto, a dever-se a um maior contributo da procura interna para o crescimento.

A formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu 3,2% em termos reais, após dois anos de quedas (-1,5% e -0,8% em 2005 e 2006, respectivamente). Este registo esteve associado a uma recuperação do investimento das empresas, que terá crescido ligeiramente acima de 4%, em linha com a evolução favorável dos respectivos indicadores de confiança ao longo do ano.

O consumo privado cresceu 1,5% (0,4 pontos percentuais acima do registado em 2006), mostrando um perfil de abrandamento ao longo do ano, consistente com a deterioração dos indicadores de confiança das famílias (em particular no 2º semestre). Estas adoptaram uma atitude mais cautelosa na realização de despesas de consumo, em parte como resultado da subida das taxas de juro num contexto de endividamento elevado (próximo de 130% do rendimento disponível).

A taxa de desemprego subiu, em termos médios anuais, de 7,7% para 8,0% da população activa (embora no 4º trimestre se tenha observado uma redução de 0,4 pontos percentuais em termos homólogos, sugerindo uma tendência gradual de estabilização do mercado de trabalho). Neste con-

texto, a taxa de poupança dos particulares terá caído de 7,8% para 7,6% do rendimento disponível.

O aumento dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares, contribuíram para uma taxa de inflação média anual de 2,5% (em 2006, a inflação média anual atingiu 3,1%, mas com este registo a ser afectado por uma alteração metodológica no tratamento estatístico de algumas componentes do Índice de Preços no Consumidor; sem esta alteração, a inflação média teria sido 2,5%).

Em termos homólogos, o Índice de Preços no Consumidor terminou o ano com uma variação de 2,7%, com os preços dos bens energéticos a subirem 9,4%.

A política orçamental assumiu, em 2007, uma natureza restritiva, a qual determinou a redução do défice das Administrações Públicas de 3,9% para 2,5% do PIB, antecipando em um ano o objectivo fixado no Programa de Estabilidade e Crescimento (de um défice inferior a 3% do PIB). Ao mesmo tempo, o forte crescimento das exportações e a desaceleração das importações contribuíram para uma redução do défice conjunto das balanças corrente e de capital (isto é, das necessidades líquidas de financiamento da economia portuguesa), de 8,6% para cerca de 8,2% do PIB.

A aceleração do crescimento anual do PIB e a redução dos “défices gémeos” (orçamental e externo) ocorreram num contexto externo particularmente difícil, marcado pelos efeitos da crise do crédito hipotecário *subprime*. Apesar de o sector bancário português não ter sofrido uma exposição directa a este tipo de crédito de alto risco, a deterioração da confiança nos mercados financeiros externos e o ambiente globalmente mais restritivo ao nível da liquidez traduziram-se em condições de financiamento mais difíceis para as instituições financeiras e não financeiras nacionais, em linha com o observado noutras economias.

A subida das taxas de juro do mercado monetário, a menor disponibilidade de liquidez (com o alargamento dos spreads de crédito), a evolução menos favorável dos índices accionistas e a apreciação do euro criaram, nos últimos meses de 2007, um ambiente monetário e financeiro mais restritivo. Neste contexto, e após ter subido a taxa de juro das operações principais de refinanciamento para 4% (num aumento acumulado de 50 pontos base), o Banco Central Europeu (BCE) interrompeu, em Setembro, o ciclo de subida dos juros de referência, iniciado em Dezembro de 2005.

O Mercado de Capitais em 2007 apresentou um desempenho positivo, tendo o índice PSI-20 registado uma valorização de 16,3% no conjunto do ano. Esta tendência acompanhou a evolução dos mercados accionistas

Europeus, no entanto, o seu desempenho foi mais moderado no 4º trimestre, com uma variação de 8,3%.

2.1.2 // Mercado Segurador

O exercício de 2007 da actividade seguradora em Portugal foi influenciado por um clima de alguma incerteza nos mercados financeiros e por uma intensa actividade concorrencial, além de ter que se adaptar a sucessivas evoluções legislativas e regulamentares, algumas delas de alcance bem significativo e com grande impacto nas organizações.

As alterações legislativas e regulamentares, como a introdução de um novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (em base IAS/IFRS), têm vindo a exigir das seguradoras acrescidos esforços na adequação das organizações, seja na adaptação de sistemas e processos, seja na preparação dos recursos humanos, seja até na reorientação de políticas de gestão e de negócio.

O total de prémios vida emitidos pelo mercado segurador em 2007 atingiu 9 369 milhões de euros, o que significa uma variação homóloga de 6,9%, tendo este crescimento sido impulsionado pelos seguros de vida com componentes significativas de capitalização não ligados a fundos de investimento, cujas contribuições representaram perto de 1/3 da produção do ramo e cuja expansão em 2007 terá excedido os 30%. Em crescimento acelerado esteve também o volume de contribuições para operações de capitalização (+25,3%).

Assim, os produtos de capitalização e os produtos tradicionais apresentaram taxas de variação positivas, crescendo respectivamente 13,7% e 5,7%, ao contrário dos produtos PPR's que decrescem 13,4%, depois de vários anos de crescimento sustentado.

Os PPR's evidenciaram um decréscimo resultante apenas de uma conjuntura relativamente instável do mercado da poupança, quando se revela a importância do aforro privado à data da reforma, face à deterioração inevitável das pensões de velhice da segurança social decorrente das suas novas regras de cálculo.

No mercado sem canal bancário todos os ramos apresentam uma evolução positiva, verificando-se um total de prémios de 731 milhões de euros e uma variação homóloga de 4%.

O mercado sem canal bancário (incluindo as seguradoras que operam simultaneamente no canal tradicional) representa cerca de 7,8% do total dos prémios do mercado vida (8,0% em 2006).

No total de prémios sem canal bancário os produtos de capitalização tiveram um peso de 51,6%, os produtos tradicionais de 27,0% e os PPR's de 21,4%.

Tendo o PPR apresentado o maior crescimento (10,6%), inversamente ao que ocorreu no mercado com canal bancário, em que os PPR's decresceram 13,4%, os produtos de capitalização e tradicionais também apresentaram crescimentos de 1,9% e 3,3%, respectivamente.

A gestão de activos no mercado segurador, por um lado, terá beneficiado de uma evolução global positiva do segmento accionista do mercado de capitais (o PSI20 acabou por crescer 16,3%), por outro, terá sido condicionada pelo aumento das taxas de juro de curto e longo prazo que afectou genericamente a zona euro e que tende a desvalorizar a importante carteira de títulos de rendimento fixo detida pelo sector segurador.

2.2 // Factores Relevantes em 2007

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., Seguradora do Grupo Espírito Santo, constituída a 28 de Julho de 2006, iniciou a sua actividade no Ramo Vida, em 1 de Agosto de 2006, pelo que para efeitos comparativos das demonstrações financeiras, todas as variações com o período homólogo descritas neste relatório foram anualizadas.

No seu primeiro ano de actividade completo, a T-Vida apresentou um crescimento dos prémios de 8 980 milhares de euros, apresentando uma variação positiva de 13,0% e uma receita de 78 001 milhares de euros.

Nas seguradoras individuais sem canal bancário, a T-Vida conquistou o 2º lugar (6º lugar no início do ano) com uma quota de 10,7% (0,8% considerando o total de mercado vida).

A Companhia apresentou uma tendência contrária ao mercado, tendo apresentado um crescimento bastante significativo em produtos PPR's (92,8%) quando o mercado total decresceu 13,4%, e assumiu o 1º lugar no mercado sem Canal Bancário com uma quota de 42,9%, e o 5º lugar no mercado com canal bancário com uma quota de 3,1%. Em produtos vida risco também teve uma boa *performance*, não considerando as rendas extraordinárias realizadas por Fundos de Pensões em 2006.

As provisões matemáticas ascenderam a 412 824 milhares de euros, com uma variação de +6,7% face ao ano anterior. No segmento de seguradoras que não exploram o mercado bancário, em produtos PPR's a Companhia T-Vida conquistou a liderança do mercado, atingindo uma quota de mercado na ordem dos 2,2%. Nos produtos tradicionais ficou em 2º lugar com uma quota de mercado de 7,9%.

O saldo técnico teve um aumento de 2,5% e o saldo técnico global, apresentou uma evolução positiva de 36,6%, face à elevada margem financeira obtida em 2007 (rendibilidade financeira – taxas garantidas).

Os rendimentos da actividade financeira revelaram uma evolução favorável, com um aumento de 14,4%, representando esta variação um aumento de 2 500 milhares de euros.

Os custos operacionais aumentaram 13,8% (+1.019 milhares de euros), representando 10,8% dos prémios e 2,0% das provisões matemáticas.

O resultado antes de imposto apresentou uma variação de 25,1%, no entanto o resultado líquido foi superior em 1 918 milhares de euros (+77,7%), devido ao decréscimo de impostos a pagar comparativamente com o ano anterior (-35,5%).

Em termos de margem de solvência, verificou-se um rácio de cobertura de 104,7%, -26,9 b.p. face o período homólogo.

Os fundos próprios foram reforçados pela dotação de prestações acessórias no valor de 7 500 milhares de euros e registou-se um acréscimo da reserva legal, de 10% sobre o resultado do exercício de 2006, correspondente a 103 milhares de euros.

2.3 // Principais Variáveis e Indicadores da Actividade

Balanço	Variação ⁽¹⁾			
	2007	2006	Absoluta	%
Investimentos	351 393	395 961	-44 568	-11,3%
Activo Líquido	509 845	476 966	32 880	6,9%
Capital Próprio	80 439	71 110	9 328	13,1%
Provisões Matemáticas	412 824	386 802	26 022	6,7%
DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS				
Prémios Brutos SD	78 001	28 759	8 980	13,0%
Rendimentos da Actividade Financeira	19 881	7 242	2 500	14,4%
Custos com Sinistros SD	58 654	19 038	12 963	28,4%
Provisões Técnicas (variação)	13 111	7 995	-6 078	-31,7%
Custos Operacionais	8 395	3 073	1 019	13,8%
Saldo Técnico ⁽²⁾	6 835	2 778	167	2,5%
Saldo Técnico Global ⁽³⁾	11 208	3 418	3 006	36,6%
Resultado Líquido do Exercício	4 388	1 029	1 918	77,7%
INDICADORES DA ACTIVIDADE				
Saldo Técnico ⁽²⁾ / Prémios	8,8%	9,7%	-0,9	n.a.
Custos Operacionais / Prémios	10,8%	10,7%	0,1	n.a.
Custos Operacionais / Prov. Matemáticas	2,0%	0,8%	1,2	n.a.
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	104,7%	131,6%	-26,9	n.a.
OUTROS DADOS				
Nº Empregados	12	4	8	200,0%
Nº Apólices	129 980	114 668	15 312	13,4%

Unidade: 000€

(1) Para a demonstração de resultados considerou-se a anualização dos dados relativos ao exercício de 2006.

(2) Saldo técnico à taxa 0% depois de resseguro e PAB de risco.

(3) Saldo técnico à taxa 0% depois de resseguro e PAB de risco + saldo actividade financeira.

2.4 // A Actividade T-Vida

2.4.1 // Prémios de Seguro Directo

Em 2007 verificou-se um acréscimo do volume de prémios no valor de 8 980 milhares de euros (+13,0%), face a 2006.

Este crescimento foi suportado pelo aumento da produção de produtos PPR's, em cerca de 11 557 milhares de euros (+27,9%), tendo este segmento sido favorecido pelo lançamento do produto de taxa garantida de 4% para os anos 2007 e 2008 e produção de produtos PPR Poupança Activa.

Nos produtos de capitalização verificou-se um decréscimo de 20,5% dos prémios, diminuição de produtos financeiros parcialmente compensada pelo novo produto Unit Linked Fidelity Poupança (3 306 milhares de euros) e pelo crescimento do produto PET (+27,0%).

No segmento tradicional, verificou-se um decréscimo dos prémios de -3,7%. Esta diminuição deve-se ao facto de em 2006 ter-se verificado a extinção de um fundo de pensões que incrementou a produção de rendas vitalícias. Contudo é de referir, que em termos dos produtos estratégicos neste segmento, para produtos mistos verificou-se um decréscimo dos prémios de 31,0% e para produtos de risco uma evolução positiva de 72,1% (tendo sido decisivo o acréscimo ao seguro de crédito habitação, +54,8%).

No final do ano os prémios T-Vida totalizaram 78 001 milhares de euros, sendo relevante salientar o peso dos produtos PPR's e Tradicionais, de 67,9% e 22,7%, respectivamente - produtos estratégicos para a Companhia em termos de fidelização e margens técnicas elevadas.

Prémios por Produto	Variação ⁽¹⁾			
	2007	2006	Absoluta	%
PPR's	52 952	17 248	11 557	27,9%
PPR Garantido	38 010	12 450	8 129	27,2%
PPR Unit Linked	14 942	4 798	3 428	29,8%
Capitalização	7 346	3 848	-1 890	-20,5%
Financeiros	3 971	3 725	-4 969	-55,6%
Unit Linked	3 375	123	3 079	1 040,7%
Tradicionais	17 703	7 662	-687	-3,7%
Risco	11 421	2 765	4 785	72,1%
Mistos	4 637	2 799	-2 080	-31,0%
Rendas	1 644	2 099	-3 393	-67,4%
TOTAL T-VIDA	78 001	28 759	8 980	13,0%

Unidade: 000€

(1) Variação considerando a anualização dos dados relativos ao exercício de 2006.

2.4.2 // Indemnizações

Indemnizações	2007	2006	Variação ⁽¹⁾	
			Absoluta	%
PPR's	35 249	14 581	253	0,7%
PPR Garantido	33 814	14 268	-428	-1,3%
PPR Unit Linked	1 435	314	682	90,5%
Capitalização	8 806	2 921	1 796	25,6%
Financeiros	7 615	2 485	1 651	27,7%
Unit Linked	1 192	436	145	13,8%
Tradicionalis	13 300	6 011	-1 127	-7,8%
Risco	3 232	700	1 552	92,4%
Mistos	5 280	2 111	214	4,2%
Rendas	4 788	3 201	-2 894	-37,7%
TOTAL T-VIDA	57 355	23 514	922	1,6%

Unidade: 000€

(1) Variação considerando a atualização dos dados relativos ao exercício de 2006.

Comparativamente a 2006 os custos com indemnizações aumentaram 1,6%.

Nos PPR's os custos com indemnizações atingiram os 35 249 milhares de euros, justificados por vencimentos de apólices ocorridos durante o ano (8 399 milhares de euros) e pelo aumento de resgates (+41,8%).

Nos produtos tradicionais os custos com indemnizações totalizaram 13 300 milhares de euros, essencialmente devido ao elevado volume de vencimentos em produtos mistos e rendas (destacando-se uma carteira de rendas significativa).

É de realçar ainda que o valor das indemnizações por morte em produtos risco é substancialmente baixo face ao volume que geraram de prémios.

O total de custos com Indemnizações ascendeu os 57 355 milhares de euros.

2.4.3 // Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às Apólices emitidas e são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais plenamente enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal.

A evolução verificada nas provisões matemáticas está directamente relacionada com os produtos de natureza financeira comercializados, e para os quais existe uma correspondência directa com o valor registado na provisão matemática. É de salientar o esforço dos canais de distribuição na canalização da produção para contratos com taxas técnicas mais baixas, o que permitiu uma redução das taxas mínimas garantidas de produtos PPR e dos

produtos de capitalização, tendo-se verificado uma oscilação de 2006 para 2007 de 2,90% para 2,29% e de 3,73% para 3,63%, respectivamente.

Provisões Matemáticas	31.12.2007	31.12.2006	Variação	
			Absoluta	%
PPR's	241 275	212 772	28 503	13,4%
PPR Garantido	214 762	202 731	12 031	5,9%
PPR Unit Linked	26 513	10 041	16 472	
Capitalização	74 614	75 836	-1 222	-1,6%
Financeiros	68 438	69 476	-1 037	-1,5%
Unit Linked	6 176	6 360	-185	-2,9%
Tradicionalis	96 935	98 194	-1 259	-1,3%
Risco	1 793	1 476	318	21,5%
Mistos	46 979	47 374	-394	-0,8%
Rendas	48 163	49 344	-1 182	-2,4%
TOTAL T-VIDA	412 824	386 802	26 022	6,7%

Unidade: 000€

De assinalar que a estratégia seguida na T-Vida, de considerar o Produto PPR como estratégico, para retorno a longo prazo, representando 58,4% do total das provisões matemáticas a 31/12/2007, permitiu à Companhia manter a liderança do mercado, no segmento de Seguradoras que não exploram o Canal Bancário.

2.4.4 // Custos Operacionais

Custos Operacionais	2007	2006	Variação ⁽¹⁾	
			Absoluta	%
Custos de Aquisição	4 826	1 489	1 252	35,0%
Custos Administrativos	3 586	1 567	-175	-4,7%
Custos com Gestão de Investimentos	518	137	190	57,7%
Outros Custos	(535)	(120)	247	85,9%
TOTAL	8 395	3 073	1 019	13,8%

Unidade: 000€

(1) Variação considerando a atualização dos dados relativos ao exercício de 2006.

O acréscimo de custos operacionais justifica-se pelo aumento dos custos de aquisição, com uma variação de 35,0%, e pelo acréscimo de custos com gestão de investimentos, +57,7%.

A Companhia reforçou os seus quadros com a admissão de 8 colaboradores, totalizando 12 colaboradores a 31.12.2007.

A T-Vida manteve o seu modelo de funcionamento adoptado em 2006, tendo subcontratado na BES-Vida tarefas operacionais relativas às áreas de Subscrição, Gestão de Carteira, Sinistros e Contabilidade.

2.4.5 // Actividade Financeira

O ano de 2007 foi pautado por uma deterioração significativa dos mercados financeiros na segunda metade do ano. Apesar do crescimento económico global ter continuado a registar níveis elevados, com um crescimento acima do potencial nas principais economias e um desempenho notável dos mercados emergentes, a crise do mercado hipotecário nos EUA despoletou um aumento da incerteza nos mercados e originou uma crise de liquidez e desconfiança. Esta crise contagiou o mercado de crédito e o mercado monetário, com um alargamento significativo dos *spreads*, sendo o sector financeiro particularmente afectado, e levou a que os bancos centrais tivessem de intervir através de operações avultadas de injeção de liquidez.

Não obstante isto, os mercados accionistas na generalidade registaram uma *performance* positiva, atingidos novos máximos históricos. Ainda se destacam a forte desvalorização da divisa norte-americana, e *performance* assinalável das *commodities*.

Activos sob Gestão	31.12.2007		31.12.2006		Variação	
		%		%	Absoluta	%
	31.12.2007	%	31.12.2006	%	Absoluta	%
Obrigações	277 097	64,8%	392 360	96,6%	-115 263	-29,4%
Acções	8 810	2,1%	3 262	0,8%	5 548	170,1%
Fundos Investimento	43 953	10,3%	1 857	0,5%	42 096	2 266,9%
Liquidez	95 409	22,3%	6 205	1,5%	89 204	1 437,6%
Outros	2 443	0,6%	2 496	0,6%	-53	-2,1%
TOTAL	427 713	100,0%	406 180	100,0%	21 533	5,3%

Unidade: 000€

Em termos das linhas gerais da política financeira em 2007, estas traduziram-se na diversificação do portfolio e na entrada de novas entidades gestoras, procurando manter uma política de investimentos prudente, diversificada e geradora de rentabilidades acrescida. O montante mais significativo de investimentos continuou alocado à dívida corporate de taxa variável, com risco de crédito estável.

Resultado Financeiro	31.12.2007		31.12.2006		Variação ⁽¹⁾	
					Absoluta	%
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	Absoluta	%
Rendimentos	18 008	6 707	1 911	11,9%		
+/- Valias Realizadas	2 107	485	943	81,0%		
+/- Valias Não Realizadas	-234	50	-354	-295,0%		
TOTAL	19 881	7 242	2 500	14,4%		

Unidade: 000€

(1) Variação considerando a anualização dos dados relativos ao exercício de 2006.

- Relativamente à gestão da carteira de obrigações, foi privilegiada a manutenção do *rating* médio do portfolio em A2/A e a manutenção do mesmo nível de rentabilidade de investimentos. Dada a deterioração dos mercados de crédito, a partir de meados do ano, procurou-se proteger o portfolio e seguiu-se uma política de desinvestimentos em títulos de dívida estruturada com risco relativamente elevado, além da alienação de títulos em USD e no sector financeiro;
- No seguimento da alienação destas posições, a carteira atingiu níveis de liquidez relativamente elevados, o que se julgou ser uma postura defensiva adequada às condições de mercado existentes no final do ano;
- A nível do mercado accionista, a exposição a este segmento foi sendo aumentada ao longo do ano, o que permitiu tirar partido de rentabilidades elevadas. Além de procurar seguir os índices globais, foi efectuada uma especialização nos mercados ibéricos, que registaram uma *performance* assinalável;
- Foram ainda subscritos fundos de investimento junto de novas entidades gestoras, no intuito de procurar uma diversificação do risco e a obtenção de retornos superiores;
- Levou-se a cabo a constituição de investimentos alternativos, na área de imobiliário, sendo considerada área específica com enorme potencial;

A rentabilidade dos activos médios da T-Vida situou-se nos 4,92%, tendo uma evolução favorável comparativamente a 4,24% em 2006.

Classe de Activos	2007	Rentab	2006	Rentab	Var Abs ⁽¹⁾
Títulos de Rendimento variável	1 499	5,80%	499	8,90%	301
Títulos de Rendimento fixo	18 382	4,10%	6 743	3,85%	2 199
TOTAL	19 881	4,30%	7 242	3,92%	2 500

Unidade: 000€

(1) Variação considerando a anualização dos dados relativos ao exercício de 2006.

A rentabilidade da carteira global de activos, com a anualização dos rendimentos provenientes dos títulos de rendimento fixo, situou-se nos 4,10%. A rentabilidade efectiva dos títulos de rendimento variável foi de 5,80%.

2.4.6 // Capital Próprio

Os capitais próprios da Companhia em 2007 totalizaram 80 439 milhares de euros, tendo-se verificado um acréscimo relativamente ao ano anterior (+9 329

milhares de euros), consequência do reforço da prestação acessória em 7 500 milhares de euros e um aumento do resultado líquido do exercício de 77,7%.

Em 2007, a Companhia efectuou a distribuição de dividendos antecipados no montante de 1.600 milhares de euros.

Capital Próprio	31.12.2007	31.12.2006
Capital Social	20 000	20 000
Reservas de Reavaliação	0	81
Outras Reservas	57 603	50 000
Resultados Transitados	(1,553)	0
Resultado Líquido	4 388	1 029
TOTAL	80 439	71 110

Unidade: 000€

2.4.7 // Controlo Interno e Branqueamento de Capitais

No ano 2007 foi criado o cargo de *Money Laundering Reporting Officer*, que tem como responsabilidade a coordenação e divulgação dos procedimentos de controlo interno em matéria de branqueamento de capitais, e respectiva comunicação às autoridades competentes de operações consideradas suspeitas, bem como centralização da informação respeitante aos factos relacionados com estes casos.

Os sistemas de gestão de risco e controlo interno são mecanismos de governação considerados como factores-chave no desenvolvimento de um sistema de solvência apropriado ao negócio segurador. Neste contexto, a T-Vida desenvolveu procedimentos internos definindo o enquadramento geral e estabelecendo os princípios orientadores no sentido de evitar a utilização dos serviços da Companhia para efeitos de branqueamento de capitais, bem como, acautelar a sua exposição, entre outros, aos riscos operacional, reputacional e legal.

A política de risco tem como principais componentes:

- As definições de risco e respectiva categorização;
- Os princípios chave para que a tomada de decisão seja baseada na gestão do risco;
- O modelo de governo da estrutura do risco, que engloba:
 - As funções e responsabilidades dos Comités existentes, Unidades Operacionais e restantes áreas que lidam com o risco;
 - A política do risco;
 - As respectivas funções de suporte.

A conformidade com os *standards* definidos na política de risco é da responsabilidade das chefias dos diferentes níveis/áreas ao longo da Companhia, devendo estes assegurar:

- A gestão e controlo contínuo dos diferentes tipos de risco, de acordo com os princípios de boas práticas;
- A conformidade com a legislação em vigor, requisitos regulamentares e os códigos de conduta adequados.

A Estrutura Organizacional implementada, que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno da Companhia, assenta no modelo das 3 linhas de defesa:

- A 1ª linha de defesa é representada pelas Unidades Operacionais da T-Vida, que são as áreas responsáveis pela operacionalização da gestão de risco e respectivos controlos;
- A 2ª linha de defesa tem uma função de supervisão, sendo representada pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno (Gabinete de Sistema de Controlo Interno, Gabinete de Modelação e Gestão de Risco e Gabinete de *Compliance*) e pelo Comité de Gestão de Risco Global, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas e políticas, e a monitorização do Sistema de Gestão de Risco e controlo interno;
- À 3ª linha de defesa cabe uma função de auditoria independente, exercida pela Direcção de Auditoria Interna e pelo Comité de Auditoria Interna, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

Os principais projectos desenvolvidos em 2007 foram:

- Participação activa no QIS 3 (terceiro estudo de impacto quantitativo) no âmbito do Solvência II, primeiro pilar;
- Estabelecimento de princípios, políticas e procedimentos no âmbito da Prevenção e Detecção de Branqueamento de Capitais definidos e criação de um normativo interno; foi definido um plano de formação, utilizando recursos internos e externos, que abrangeu, numa primeira fase, colaboradores da Tranquilidade e da T-Vida a e numa segunda fase direccionada para os mediadores;
- Com vista a criar as bases para um desenvolvimento mais abrangente, que desse resposta aos requisitos do Solvência II, foi estabelecido um projecto em matéria de Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno;
- Este projecto encontra-se na sua fase final e um dos documentos finais consistirá no desenvolvimento de um plano de implementação.

2.4.8 // Proposta de aplicação de Resultados

Em 2007, o resultado líquido da Companhia ascendeu a 4 388 331 euros, verificando-se uma variação homóloga de +77,7%.

Nos termos da alínea b) do Art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

- a) 10% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 438 833,10 euros para Reserva Legal;
- b) 3 350 000 euros para distribuição de dividendos, dos quais 1 600 000 euros foram pagos antecipadamente;
- c) o restante à disposição da Assembleia Geral para efeitos e nos termos previstos no Contrato de Sociedade e o remanescente para Resultados Transitados.

A legislação portuguesa aplicável ao Sector Segurador exige que a Reserva Legal, que não é passível de distribuição, seja reforçada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do Capital Social.

2.5 // Objectivos Estratégicos

O ano de 2008 será mais um ano decisivo na infra-estruturação e consolidação da T-Vida, devendo esta constituir-se como um dos eixos da oferta financeira global do Grupo Segurador Tranquilidade.

Para os próximos anos fixamos metas com níveis de crescimento relevantes, como duplicação da sua carteira de clientes e reforço de quota de mercado, entre as seguradoras sem canal bancário.

Ao nível do negócio, temos como particular destaque a:

- Oferta T-Vida, com a criação de novos produtos e revitalização do actual portfólio, com especial atenção, na competitividade e na articulação com Não-Vida e produtos bancários (aposta nos novos produtos Unit Linked Fidelity Poupança e PPR's Poupança Activa);
- Enfoque *Assurfinance* com aumento da carteira de clientes e nº apólices, obtendo um posicionamento mais competitivo e um dinamismo sustentado;
- Mix – Oferta, construindo soluções únicas, inovadoras e adaptadas às exigências dos Clientes T-Vida, garantindo a sua fidelização;

- Garantia de níveis de serviço adequados para Clientes e Mediadores;
- Consolidação do respectivo modelo de negócio, criando dinâmicas comerciais próprias;
- Potenciação dos Canais de Distribuição, pelo alargamento da base de produtores Vida na Rede de Mediação Tranquilidade e alavancagem nas próprias Delegações e Canais Directos.

Ao nível dos prémios, a T-Vida terá uma particular atenção nos produtos tradicionais (risco e mistos), não descurando a aposta nos PPR – um produto de fidelização por excelência e, na oferta para vida Grupos, através das duas estruturas dedicadas da Tranquilidade: Direcção de Grandes Clientes, Corretores e Private e Direcção de Exploração de Médias Empresas.

No que diz respeito à política de risco, esta aplica-se de forma transversal a todas as áreas da Companhia e define formalmente a estratégia e os objectivos da gestão de risco da T-Vida, para as diferentes classes de risco em que a mesma incorra, englobando as funções, responsabilidades e as autorizações que suportam os processos adoptados pela Companhia para alcançar os respectivos objectivos.

Para 2008 estão previstas algumas acções, como:

- Participação no QIS 4;
- Através de projectos que englobam transversalmente toda a companhia a implementação de *software* de *Dynamic Financial Analysis* que permitam o cálculo do capital económico;
- Acções previstas em matéria de Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno, que contemplam actuação nas seguintes áreas:
 - Definição da tolerância ao risco e limites;
 - Criação de um sistema de *reporting* para acompanhamento dos riscos do negócio e análises de sensibilidade;
 - Implementação de melhorias ao nível do *Risk Register* e do Sistema de Controlo Interno;
 - Implementação de um Modelo de Quantificação do Risco Operacional.
- Modelo Operativo de Prevenção de BC/FT com base na futura legislação.

2.6 // Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Accionistas, à imprescindível colaboração prestada pela BES-Vida e Tranquilidade, bem como aos Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento desta nova Companhia.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Fiscal único Sr. Dr. José Manuel Macedo Pereira, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 11 de Março de 2008

O Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal do Conselho Administração)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal do Conselho Administração)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal do Conselho Administração)

João Carlos Neves Ribeiro *
(Vogal do Conselho Administração)

* Renunciou ao mandato em 31.01.2008.



03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

MITCH EPSTEIN
b. 1952, EUA
"Palm Springs California",
2006,
C-print,
114x147 cm, framed,
Ed. 1/6



T-VIDA'07

03

Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2007

euros

ACTIVO	Exercício			Exercício Anterior
	Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizações incorpóreas	50 081 128	3 691 085	46 390 043	48 730 085
Investimentos	351 393 259		351 393 259	395 961 362
Terrenos e edifícios	0		0	0
De serviço próprio			0	0
De rendimento			0	0
Imobilizações em curso e adiantamentos por conta			0	0
Investimentos em empresas do grupo e associadas	0		0	0
Partes de capital em empresas do grupo			0	0
Obrigações e outros empréstimos a empresas do grupo			0	0
Partes de capital em empresas associadas			0	0
Obrigações e outros empréstimos a empresas associadas			0	0
Outros investimentos financeiros	351 393 259		351 393 259	395 961 362
Acções, outros títulos de rendimento variável e unidades de participação em fundos de investimento	49 258 802		49 258 802	3 561 164
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	277 097 286		277 097 286	392 359 761
Empréstimos hipotecários			0	0
Outros empréstimos	37 171		37 171	40 437
Depósitos em instituições de crédito	25 000 000		25 000 000	0
Outros		0	0	0
Depósitos junto de empresas cedentes			0	0
Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	5 257 878		5 257 878	3 076 726
Provisões Técnicas de resseguro cedido	28 572 701		28 572 701	14 770 656
Provisão para prémios não adquiridos				
Provisão matemática do ramo vida	275 403		275 403	237 336
Provisão para sinistros	115 152		115 152	201 508
Provisão para participação nos resultados	277 264		277 264	512 460
Outras provisões técnicas			0	0
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	27 904 882		27,904,882	13,819,352
Devedores	4 540 960	701 988	3 838 972	4 366 987
Por operações de seguro directo				
Empresas do grupo			0	0
Empresas participadas e participantes			0	0
Outros devedores	2 034 442	701 988	1 332 454	1 345 329
Por operações de resseguro				
Empresas do grupo			0	0
Empresas participadas e participantes			0	0
Outros devedores	209 460		209 460	174 904
Por outras operações				
Empresas do grupo	2 137 375		2 137 375	1 606 142
Empresas participadas e participantes			0	0
Outros devedores	159 683		159 683	1 240 612
Subscritores de capital			0	0
Outros elementos do activo	71 276 702	8 059	71 268 643	7 052 474
Imobilizações corpóreas e existências	12 100	8 059	4 041	68 121
Depósitos bancários e caixa	71 264 602		71 264 602	6 984 353
Outros		0	0	
Acréscimos e diferimentos	3 123 984		3 123 984	3 007 463
Juros a receber	2 434 227		2,434 227	2 490 678
Outros acréscimos e diferimentos	689 757		689 757	516 785
Total do activo	514 246 612	4 401 132	509 845 480	476 965 753

Balanço em 31 de Dezembro de 2007

euros

PASSIVO	Exercício	Exercício Anterior
Capital próprio	80 438 536	71 110 171
Capital	20 000 000	20 000 000
Prémios de emissão		
Reservas de reavaliação		
Reavaliação regulamentar		80 967
Reavaliação legal		
Reservas		
Reserva legal	102,921	
Reserva estatutária		
Outras reservas	57,500,000	50 000 000
Resultados transitados	-1 552 716	
Resultado do exercício	4 388 331	1 029 204
Passivos subordinados		
Fundo para dotações futuras	63 477	35 396
Provisões Técnicas	392 222 126	385 246 136
Provisão para prémios não adquiridos		
Provisão matemática do ramo vida	380 135 229	370 400 475
Provisão para sinistros		
De vida	9 206 085	10 856 080
De acidentes de trabalho		
De outros ramos		
Provisão para participação nos resultados	2 880 812	3 989 581
Provisão para desvios de sinistralidade		
Outras provisões técnicas		
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	33 040 059	16 401 812
Outras Provisões	0	0
Provisões para pensões		
Provisões para impostos		
Outras provisões		
Depósitos recebidos de resseguradores		
Credores	2 473 601	2 833 067
Por operações de seguro directo		
Empresas do grupo		
Empresas participadas e participantes		
Outros credores	835 679	689 169
Por operações de resseguro		
Empresas do grupo		
Empresas participadas e participantes		
Outros credores	213 629	308 070
Empréstimos bancários		
De empresas do grupo		
De empresas participadas e participantes		
Outros credores		
Estado e outros entes públicos	1 245 081	1 079 131
Credores diversos		
Empresas do grupo		
Empresas participadas e participantes		
Outros credores	179 212	756 697
Acréscimos e diferimentos	1 607 681	1 339 171
Total do passivo	509 845 480	476 965 753

Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2007

euros

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Exercício		Exercício Anterior	
Conta técnica do seguro de vida				
Prémios líquidos de resseguro				
Prémios brutos emitidos	78 000 715		28 758 522	
Prémios de resseguro cedido	-17 413 984	60 586 731	-4 357 547	24 400 975
Proveitos dos investimentos				
Rendimentos de partes de capital				
Relativos a empresas do grupo				
Outros	0		0	
Rendimentos de outros investimentos				
Relativos a empresas do grupo				
Outros	17 154 829	17 154 829	6 415 582	6 415 582
Ganhos realizados em investimentos	7 946 119	25 100 948	1 987 815	8 403 397
Mais-valias não realizadas de investimentos		479 025		87 749
Outros proveitos técnicos, líquidos de resseguro		9 724		5 343
Proveitos técnicos		86 176 428		32 897 464
Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
Montantes pagos				
Montantes brutos	58 653 971		19 038 061	
Parte dos resseguradores	-2 878 418	55 775 553	-653 531	18 384 530
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	-1 298 852		4 475 525	
Parte dos resseguradores	86 356	-1 212 496	59 372	4 534 897
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)				
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				
Montante bruto	8 610 352		1 610 031	
Parte dos resseguradores	-38 067	8 572 285	390 668	2 000 699
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		2 009 245		661 256
Participação nos resultados, líquida de resseguro		1 192 728		1 248 645
Custos de exploração líquidos				
Custos de aquisição		4 769 364		1 461 363
Custos de aquisição diferidos (variação)		56 624		28 274
Custos administrativos		3 586 375		1 567 309
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-535 335		-119 983
Custos com investimentos				
Custos de gestão de investimentos		493 747		130 459
Perdas realizadas em investimentos		6 629 509		1 828 868
Menos-valias não realizadas de investimentos		644 536		3 104
Outros custos técnicos, líquidos de resseguro		7 167		2 998
Dotação ou utilização do fundo para dotações futuras		28 081		35 396
Custos técnicos		82 017 383		31 767,815
Resultado da conta técnica do seguro de vida		4 159 045		1 129 649

Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2007

euros

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Exercício		Exercício Anterior	
Conta não técnica				
Resultado da conta técnica do seguro de vida		4 159 045		1 129 649
Resultado da conta técnica		4 159 045		1 129 649
Proveitos dos investimentos				
Rendimentos de partes de capital				
Relativos a empresas do grupo				
Outros	853 354	853 354		0
Rendimentos de outros investimentos				
Relativos a empresas do grupo				
Outros		0	291 779	291 779
Ganhos realizados em investimentos		1 163 384	2 016 738	386 571
Mais-valias não realizadas de investimentos			14 109	87 891
Outros proveitos				21 067
Proveitos não técnicos		2 030 847		787 308
Custos com investimentos				
Custos de gestão de investimentos		24 679		6 521
Perdas realizadas em investimentos		453 744	478 423	59 954
Menos-valias não realizadas de investimentos			55 151	6 924
Outros custos, incluindo ajustamentos			599 277	83 755
Custos não técnicos		1 132 851		157 154
Resultado da actividade corrente		5 057 041		1 759 803
Proveitos e ganhos extraordinários		633 206		243 484
Custos e perdas extraordinários		1 294		5
Resultado extraordinário		631 912		243 479
Dotação ou utilização da Reserva de Reavaliação Regulamentar				-80 967
Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos		80 967		
Resultado antes de impostos		5 769 920		1 922 315
Imposto sobre o rendimento		1 381 589		893 111
Resultado líquido do exercício		4 388 331		1 029 204

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso, António Miguel Natário Rio-Tinto, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno, João Carlos Neves Ribeiro

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2007

euros

	Exercício	Exercício Anterior
Fluxos de caixa de actividades operacionais	15 250 925	(338 587)
Resultado líquido do exercício	4 388 331	1 029 204
Amortizações do exercício	2 344 071	1 385 053
Variação da provisão para sinistros:		
de seguro directo	(1 649 995)	4 585 288
de resseguro cedido	86 356	59 372
Variação da provisão matemática:		
de seguro directo	9 734 754	2 445 269
de resseguro cedido	(38 067)	390 667
Variação de outras provisões técnicas:		
de seguro directo	16 638 247	4 340 900
de resseguro cedido	(14 085 530)	(13 819 352)
Variação na provisão para participação nos resultados:		
de seguro directo	(1 108 769)	86,308
de resseguro cedido	235 196	(112 499)
Variação no ajustamento de créditos de cobrança duvidosa	578 914	(243 232)
Menos-valias na alienação de investimentos	7 083 253	1 888 822
Mais-valias na alienação de investimentos	(9 109 503)	(2 374 387)
Menos-valias não realizadas de investimentos	699 687	-
Mais-valias não realizadas de investimentos	(493 134)	(116 363)
(Utilização)/dotação da reserva de reavaliação regulamentar	(80 967)	80 967
(Utilização)/dotação do fundo para dotações futuras	28 081	35 396
Fluxos de caixa de actividades de investimento	44 099 279	(452 023 343)
(Aumento) / diminuição de devedores:		
por operações de seguro directo	(566 039)	164 671
por operações de resseguro	(34 556)	(174 904)
por outras operações	549 696	(2 846 754)
Aquisições de investimentos	(806 349 109)	(662 898 646)
Alienações de investimentos	850 555 757	266 370 334
Aquisições de imobilizado	(11 059)	(50 161 298)
Alienações no imobilizado	71 110	-
Variação em outras contas do activo	(116 521)	(2 476 746)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	4 930 045	73 601 375
Aumento / (diminuição) em credores:		
Por operações de seguro directo	146 510	576 424
Por operações de resseguro	(94 441)	308 070
Estado e outros entes públicos	165 950	1 064 552
Por outras operações	(577 484)	610 412
Variação em outras contas do passivo	268 510	1 041 917
Subscrição de Capital	-	20 000 000
Prestações Acessórias de Capital	7 500 000	50 000 000
Distribuição de dividendos	(879 000)	-
Dividendos antecipados	(1 600 000)	-
Variação líquida em caixa e equivalentes	64 280 249	(378 760 555)
Caixa e equivalentes no início do período	6 984 353	385 744 908
Caixa e equivalentes no fim do período	71 264 602	6 984 353

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Jorge Rosa

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Luís Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha, Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso, António Miguel Natário Rio-Tinto, Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno, João Carlos Neves Ribeiro

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007

(Valores expressos em euros)

Introdução

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por T-Vida ou Companhia) foi constituída em 28 de Julho de 2006 tendo como objectivo desenvolver autonomamente a actividade do ramo vida, com início em 1 de Agosto de 2006, sendo detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Em 1 de Agosto de 2006, a Companhia adquiriu a carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para o Sector Segurador, sendo de referir que os números não indicados neste anexo não têm aplicação, por inexistência de valores ou de situações a reportar.

1 // Valores Comparativos

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem o resultado das suas operações para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e para o período de 5 meses findo em 31 de Dezembro de 2006.

3 // Forma de Apresentação e Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

(1) Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia, mantidos em conformidade com o Plano de Contas para o Sector Segurador e com as normas e princípios contabilísticos estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

(2) Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data do processamento ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como se segue:

i. Provisão matemática

As provisões matemáticas para o ramo vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia, relativamente às apólices emitidas, e são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais plenamente enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões matemáticas são Zillmerizadas e o respectivo efeito é abatido às mesmas. Em 31 de Dezembro de 2007, o montante da Zillmerização ascendia a 213 968 euros (2006: 271 049 euros).

ii. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício.

Esta provisão foi determinada como se segue:

- a) a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- b) pela provisão genérica de 1% do valor dos custos com sinistros do exercício, exceptuando vencimentos e resgates, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício.

iii. Provisão matemática para o resseguro cedido

A provisão matemática para o resseguro cedido é determinada aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

iv. Comissões de mediação

As comissões de mediação são representadas pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de prémios de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respectivos recibos.

b) Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento dos recibos por cobrar tem por objectivo ajustar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. O

cálculo desta provisão é efectuado com base no valor dos prémios de seguro de risco emitidos há mais de 90 dias e não pagos, segundo percentagens definidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

c) Provisão para participação nos resultados

Esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados, e que ainda não tenham sido distribuídos.

d) Investimentos financeiros

i. Valorimetria

Os títulos de rendimento variável, para os quais existam cotações na Bolsa de Valores, são valorizados pelo seu valor de mercado. Os títulos não cotados na Bolsa de Valores encontram-se valorizados pelo montante que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios, de acordo com o último balanço aprovado.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que constitui o prémio ou o desconto verificado aquando da compra, é amortizada de forma escalonada pelo período que decorre até à data de reembolso dos títulos, por contrapartida de resultados.

Os Activos (rendimento fixo ou rendimento variável) dos Produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro são valorizados pelo seu valor de mercado. Os títulos não cotados são valorizados através de modelos de avaliação que permitem determinar o seu justo valor.

ii. Rendimentos

Os rendimentos dos títulos de rendimento variável são contabilizados quando recebidos. Relativamente às obrigações e outros títulos, procede-se à sua especialização no final de cada exercício.

iii. Mais e menos-valias não realizadas

As mais e menos-valias dos títulos de rendimento variável resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor apurado segundo o critério valorimétrico citado em (i), são registadas da seguinte forma:

Títulos a representar provisões técnicas do seguro de vida com participação nos resultados.

- As mais e menos-valias são contabilizadas na conta técnica do seguro de vida em “Mais-valias não realizadas de investimentos” e em “Menos-valias não realizadas de investimentos”, respectivamente.
- Se a diferença entre as mais e menos-valias for positiva, então esta é transferida para a sub conta relativa à respectiva carteira de investi-

mentos do “Fundo para dotações futuras”. Caso contrário, a diferença negativa poderá ser compensada pela utilização do saldo da conta “Fundo para dotações futuras” afecta á respectiva modalidade, até à sua concorrência.

- O “Fundo para dotações futuras” pode ser utilizado para outros fins, de acordo com as seguintes condições:
 - Apenas poderão ser retirados os montantes, para efeitos de cálculo da participação nos resultados, quando cada uma das sub contas do “Fundo para dotações futuras” não for, antes dessa retirada, e não resultar após a mesma, inferior a 5% do valor da respectiva carteira de investimentos.
 - Serão retirados os montantes necessários para que o saldo de cada uma das sub contas do “Fundo para dotações futuras” não seja superior a 25% do valor da respectiva carteira de investimentos.

Títulos a representar provisões técnicas do seguro de vida sem participação nos resultados

- As mais e menos-valias são contabilizadas na conta técnica do seguro de vida em “Mais-valias não realizadas de investimentos” e em “Menos-valias não realizadas de investimentos”, respectivamente.
- Se a diferença entre as mais e menos-valias for positiva, então esta é transferida para a conta “Reserva de reavaliação regulamentar”. Caso contrário, a diferença negativa poderá ser compensada pela utilização do saldo da conta acima referida, até à sua concorrência.

Títulos não representativos de provisões técnicas

- As mais e menos-valias são contabilizadas na conta não técnica do seguro de vida em “Mais-valias não realizadas de investimentos” e em “Menos-valias não realizadas de investimentos”, respectivamente.
- Se a diferença entre as mais e menos-valias for positiva, então esta é transferida para a conta “Reserva de reavaliação regulamentar”. Caso contrário, a diferença negativa poderá ser compensada pela utilização do saldo da conta acima referida, até à sua concorrência.

A “Reserva de reavaliação regulamentar” apenas pode ser utilizada para os fins e de acordo com a ordem de prioridades que a seguir se indicam:

- 1º - Compensação de menos-valias não realizadas de investimentos;
- 2º - Cobertura de prejuízos acumulados até ao fim do exercício em que foi constituída;

3º - Registo das mais-valias realizadas de investimentos na rubrica da conta não técnica “Recuperação de mais e menos-valias realizadas de investimentos” ou incorporação no capital social.

Títulos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro

- As mais e menos-valias são contabilizadas na conta técnica do seguro de vida em “Mais-valias não realizadas de investimentos” e em “Menos-valias não realizadas de investimentos”.

iv. Mais e Menos valias efectivas

As mais e menos valias efectivas que resultaram da venda de títulos de rendimento variável e rendimento fixo, são reconhecidas como resultados no exercício em que ocorrem.

e) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição e são constituídas, basicamente, por despesas com i) constituição e instalação e ii) trespasse, sendo amortizadas de acordo com a sua vida útil.

f) Imobilizações corpóreas

Estes bens do imobilizado estão contabilizados ao respectivo custo de aquisição e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento informático 33 %

g) Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e encargos resultantes, baseados nos valores do respectivo exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de 2007 perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

h) Responsabilidade por pensões complementares de reforma

Em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho para o Sector Segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados com contrato de trabalho em vigor à data de 22 de Junho de 1995 que tenham sido admitidos na actividade seguradora até essa mesma data, prestações pecuniárias para complemento de reforma. Estas prestações serão concedidas conforme o estipulado nas cláusulas 51.^a a 60.^a do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador, de acordo com a revisão de 1995, publicada no Boletim de Trabalho e Emprego, 1.^a série, n.º 23, de 22 de Junho de 1995.

A Companhia solicitou ao ISP a sua inclusão como associada do Fundo de Pensões da Tranquilidade.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respectivo plano técnico-actuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica actuarial, e ajustado em função da actualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir, e, ainda, com a política prosseguida pela Companhia de cobertura total das responsabilidades actuarialmente determinadas.

i) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) é determinado com base em declarações de auto-liquidação, elaboradas de acordo com as normas fiscais vigentes, que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de 4 anos contado a partir dos exercícios a que respeitam. Contudo, quando existem prejuízos fiscais a reportar, o período de inspecção estende-se até aos 6 anos.

j) Operações de fixação de taxa de juro a prazo e outros instrumentos derivados

Estas operações, quando realizadas para cobertura dos riscos de taxa de juro inerentes aos activos e passivos que não sejam valorizados a preço de mercado, não são avaliados ao preço de mercado. Os ganhos ou perdas são reconhecidos à medida que vão sendo gerados.

No entanto, quando estas operações sejam efectuadas em produtos em que o risco do investimento é suportado pelo tomador do seguro, a valorimetria corresponde ao seu valor de mercado ou, na sua ausência pela determinação do justo valor desse contractos através da aplicação de modelos de avaliação.

l) Contratos cambiais a prazo

As operações efectuadas para cobertura do risco de câmbio de activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidas para euros, utilizando o último câmbio de referência fixado pelo Banco de Portugal.

As diferenças entre a taxa de câmbio contratada e a vigente na data do balanço são registadas nos resultados correntes do exercício.

4 // Transacções em Moeda Estrangeira

Os valores de activos e passivos expressos em moeda de países não participantes na União Económica e Monetária foram convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência fixado pelo Banco de Portugal.

As diferenças entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data do balanço, foram registadas nos resultados correntes do exercício.

7 // Número Médio de Pessoal

O número médio de empregados ao serviço da Companhia por categoria profissional relativo a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é analisado como segue:

CATEGORIA	número	
	2007	2006
Quadro Directivo	1	-
Quadro Técnico	11	4
	12	4

8 // Custos com o Pessoal

Os custos com pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são analisados como segue:

	euros	
	2007	2006
Remunerações		
Órgãos sociais	166 404	6 050
Pessoal	409 182	59 203
Encargos sobre Remunerações	106 548	14 217
Outros custos	89 760	719
	771 894	80 189

10 // Imobilizações Incorpóreas

Os valores líquidos das imobilizações incorpóreas encontram-se detalhados da seguinte forma:

	euros	
	2007	2006
Despesas de constituição	81 128	81 128
Trespases	50 000 000	50 000 000
	50 081 128	50 081 128
Amortizações acumuladas	(3 691 085)	(1 351 043)
	46 390 043	48 730 085

O valor registado na rubrica Trespases corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados através da rede de delegações, mediadores e franchisados da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos. Este activo é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

A dotação das amortizações do exercício de 2007 referente ao imobilizado incorpóreo foi de 2 340 042 euros (2006: 1 351 043 euros).

12 // Dívidas de Cobrança Duvidosa

O valor das dívidas de cobrança duvidosa incluídas na rubrica “Devedores – Por operações de seguro directo – Outros devedores” é de 701 988 euros (2006: 123 074 euros), correspondente recibos de prémio em cobrança relativos a seguros de risco.

15 // Decomposição do Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2007, a totalidade do capital da Companhia está representada por 20 000 000 acções nominativas de valor nominal de 1 euro.

20 // Carga Fiscal

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros foram calculados com base nos critérios fiscais vigentes à data do balanço, sendo em 31 de Dezembro de 2007 de 1 381 589 euros (2006: 893 111 euros) e podem ser analisados como segue:

	euros	
	2007	2006
Imposto corrente	1 392 465	893 111
Imposto diferido no activo	(10 876)	-
	1 381 589	893 111

Os impostos diferidos no activo são relativos a investimentos e foram registados por contrapartida de resultados.

22 // Inventário de Títulos e Participações Financeiras

O inventário de títulos e participações está evidenciado no Anexo 1.

22-A // Avaliação de Determinados Instrumentos Financeiros ao Justo Valor

O justo valor dos investimentos financeiros (incluindo os relativos aos produtos *Unit Linked*), à data de 31 de Dezembro de 2007, é apresentado como segue:

TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO	Valor de Balanço	Justo Valor
Acções e outros títulos de rendimento variável	52 763 455	52 763 455
Títulos de rendimento fixo	277 382 618	265 149 123
Total	330 146 073	317 912 578
Diferença entre o valor de balanço e o justo valor		12 233 495

O justo valor dos activos foi determinado utilizando, para títulos de rendimento fixo ou variável listados em mercado organizado, a última cotação disponível dos mercados considerados mais representativos para a correcta formação do preço desse activo. No caso de activos não listados utilizou-se, na medida do possível, modelos de avaliação usualmente utilizados pelo mercado para a valorização desses activos. No caso especial de títulos de rendimento variável não listados utilizou-se o valor dos capitais próprios correspondentes apropriáveis em função da participação detida e no caso de títulos de rendimento fixo utilizou-se o valor expectável de reembolso desse activo.

23 // Imobilizações e outros Investimentos Financeiros

Discriminação dos movimentos ocorridos em rubricas de imobilizações (corpóreas e incorpóreas) e em várias rubricas de investimentos (excepto títulos).

23.1 // Imobilizações incorpóreas e imobilizações corpóreas

Rubricas	Saldo Inicial		Aumentos			Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)	
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações	Transferências e Abates	Alienações	Reforço		Regularizações
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de constituição e instalação	81 128	27 043	-	-	-	-	27.042	-	27.043
Trespases	50 000 000	1 324 000	-	-	-	-	2.313.000	-	46.363.000
subtotal	50 081 128	1 351 043	-	-	-	-	2 340 042	-	46 390 043
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Equipamento informático	102 131	34 010	11 059	-	101 090	-	4 029	29 980	4 041
subtotal	102 131	34 010	11 059	-	101 090	-	4 029	29 980	4 041
Total	50 183 259	1 385 053	11 059	-	101 090	-	2 344 071	29 980	46 394 084

23.2 // Investimentos em empresas do grupo e outros investimentos financeiros (excepto títulos)

Rubricas	Saldo Inicial (1)	Aumentos (2)	Diminuições de Valor (3)	Alienações ou Reembolsos (4)	Saldo Final (5)
Outros empréstimos					
Empréstimos sobre apólices	40 437	-	3.266	-	37 171
Depósitos em instituições de crédito	-	25 000 000	-	-	25 000 000
Total	40 437	25 000 000	3 266	-	25 037 171

24 // Movimentos Ocorridos na Reserva de Reavaliação

A variação da reserva de reavaliação durante o exercício de 2007, é analisada como segue:

Rubricas	Investimentos
Reserva de Reavaliação	
Início do exercício	80 967
Aumentos	-
Diminuições	-
Recuperação de mais/menos Valias realizadas	80 967
Fim do exercício	-
Custos históricos	49 386 033
Reavaliações	(127 231)
Valores contabilísticos reavaliados	49 258 802

25 // Tratamento Fiscal da “Reserva de Reavaliação”

Na reserva de reavaliação são contabilizadas as reavaliações legais e as regulamentares da actividade seguradora. As mais e menos valias fiscais a apurar aquando da venda dos investimentos, de acordo com o artigo 43º do CIRC, resultam da diferença entre o valor de aquisição e o valor de venda.

As reavaliações regulamentares são efectuadas de acordo com os critérios de valorimetria dos investimentos e do seu cálculo resultam mais e menos valias não realizadas, contabilizadas em rubricas específicas do plano, não constituindo os montantes apurados, matéria tributável em sede de IRC, conforme alínea b) do artigo 21º do CIRC.

26 // Ajustamentos e Outras Provisões

Os movimentos ocorridos no exercício relativamente a ajustamentos e outras provisões são analisados como segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de recibos por cobrar				
Outros tomadores de seguros	123 074	578 914	-	701 988

28 // Demonstração dos Resultados Extraordinários

A demonstração dos resultados extraordinários é analisada como segue:

Custos e Perdas	Exercício 2007	Exercício 2006	Proveitos e Ganhos	Exercício 2007	Exercício 2006
Donativos	-	-	Restituição de impostos	-	-
Mecenato	-	-	Recuperação de dívidas	-	-
Despesas confidenciais	-	-	Redução de amortizações e provisões	-	243 232
Perdas em immobilizações corpóreas	-	-	Ganhos em immobilizações corpóreas	-	-
Ofertas a clientes	565	127	Correcções relativas a exercícios anteriores	257 882	-
Dívidas incobráveis	-	-	Outros proveitos e ganhos extraordinários	375 324	252
Multas e penalidades	-	(100)			
Quotizações diversas	-	-			
Correcções relativas a exercícios anteriores	693	-			
Outros custos e perdas extraordinários	36	(22)			
Resultados extraordinários	631 912	243 479			
	633 206	243 484		633 206	243 484

A rubrica Proveitos e Ganhos – Correcções relativas a exercícios anteriores inclui o montante de 96 520 euros referente à anulação de especialização de gastos comerciais, bem como o montante de 120 212 euros referente à anulação do excesso de estimativa da comissão de gestão dos activos relativa ao exercício de 2006.

Na rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários encontra-se registado o montante de 374 087 euros referente ao excesso de estimativa de imposto relativo ao exercício de 2006.

32 // Contratos de Seguros com Garantias Suspensas

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se registado o montante de 1 512 132 euros (2006: 1 284 121 euros) referente ao valor de recibos de prémios por cobrar, do qual 701 988 euros (2006: 123 074 euros) dizem respeito a contratos de seguro com prémios em atraso há mais de 90 dias, estando o risco de não cobrança destes valores coberto pelos ajustamentos de recibos por cobrar.

33 // Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de Dezembro de 2007 e 2006 são analisadas como segue:

euros

Rubricas	Montante Calculado	Custos de Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2007	Valor de Balanço 2006
Provisão matemática				
De seguro directo	380 349 197	213 968	380 135 229	370 400 475
De resseguro cedido	(275 403)	-	(275 403)	(237.336)
Provisão para sinistros				
De seguro directo	9 206 085	-	9 206 085	10 856 080
De resseguro cedido	(115 152)	-	(115 152)	(201 508)
Provisão para participação nos resultados				
De seguro directo	2 880 812	-	2 880 812	3 989 581
De resseguro cedido	(277 264)	-	(277 264)	(512 460)
Provisão matemática (Unit Linked)				
De seguro directo	33 040 059	-	33 040 059	16 401 812
De resseguro cedido	(27 904 882)	-	(27 904 882)	(13 819 352)

As provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (acima designadas como “Provisão matemática (*Unit Linked*)”) representam o valor dos prémios recebidos, valorizados de acordo com o valor de mercado dos activos consignados.

As referidas provisões técnicas encontram-se representadas por fundos autónomos de investimento próprios (ver nota 3).

34 // Provisão para Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores

34.1 // Desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (apenas relativo aos produtos risco e misto)

euros

Ramos/Grupos de Ramos	Euros			
	Provisão para Sinistros* em 31/12/N-1	Custos com Sinistros Montantes Pagos no Exercício	Provisão para Sinistros* em 31/12/N	Reajustamentos
Vida	3 182 381	1 320 432	1 699 224	(162 725)

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 33 976 euros (2006: 16 710 euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2007 e ainda não reportados (IBNR).

35 // Reajustamentos da Provisão para Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores

O valor dos reajustamentos, é resultante da gestão da função sinistros.

36 // Métodos de Valorimetria dos Investimentos

Os critérios de valorimetria utilizados na valorização dos investimentos estão descritos na nota 3 deste anexo.

38 // Pressupostos Considerados no Cálculo da Provisão Matemática

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais plenamente enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal, como segue:

	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
<i>Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)</i>		
Até Dezembro 1997	GKM 80	4%
De Janeiro 1998 a Junho 1999	GKM 80	3,25%
Após 1 de Julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%
Após Março de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKM 80	3% e 2,75%
<i>Seguros em caso de Vida (*)</i>		
Rendas - Até Junho de 2002	TV 73/77	4%
Após 1 de Julho de 2002	TV 73/77	3%
Após 1 de Janeiro de 2004	GKF 95	3%
Após 1 de Outubro de 2006	GKF 95	2%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%
<i>Seguros em caso de Morte (*)</i>		
Até Dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de Janeiro de 2005	GKM 80	4%
<i>Seguros Mistos (*)</i>		
Até Setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de Outubro de 1998	GKM 80	3,25%

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

41 // Relato por Segmentos

a) Relato por segmento de negócio:

Rubricas	2007	2006
Prémios brutos emitidos	78 000 715	28 758 522
Prémios de resseguro cedido	17 413 984	4 357 547
Resultado dos investimentos	19 309 454	7 221 557
Custos com sinistros brutos	57 355 119	23 513 586
Custos de exploração brutos	8 412 363	3 056 946
Resultado da conta técnica	4 159 045	1 165 804
Provisões técnicas	425 262 185	401 647 948

42 // Informações Relativas ao Seguro de Vida

euros

	2007	2006
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	65 078 846	26 240 753
Relativos a contratos de grupo	12 921 869	2 517 769
	78 000 715	28 758 522
Periódicos	22 431 528	7 388 724
Não Periódicos	55 569 187	21 369 798
	78 000 715	28 758 522
De contratos sem participação nos resultados	-	-
De contratos com participação nos resultados	59 683 486	23 837 572
De contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	18 317 229	4 920 950
	78 000 715	28 758 522
Saldo de resseguro	(229 340)	(244 681)

43 // Comissões de Seguro Directo

O montante total das comissões relativas ao seguro directo foi de 1 385 324 euros (2006: 737 538 euros).

44 // Investimentos Afectos e Não Afectos

De acordo com as disposições legais vigentes para as empresas de seguros, a Companhia é obrigada a afectar investimentos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2007, a afectação de investimentos é como segue:

Investimentos afectos a seguros de vida e não afectos (excluindo *Unit Linked*)

euros

	Seguros Vida	Não Afectos	Total
Outros investimentos financeiros	333 028 655	18 364 604	351 393 259

Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*Unit Linked*)

Os investimentos relativos a produtos *Unit Linked*, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, desagregam-se como segue:

euros

	2007	2006
Acções e outros títulos de rendimento variável	3 504 653	1 557 167
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	285 332	-
Depósitos em instituições de crédito e outros	1 467 893	1 519 559
	5 257 878	3 076 726

Os investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro dizem respeito a seguros ligados a fundos de investimento "Unit-Linked" subscritos através de unidades de conta, conforme referido na nota 3. A totalidade dos referidos investimentos encontra-se afectada às proviões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (ver nota 33).

45 // Outras Informações Consideradas Relevantes

45.1 // Capital próprio

As alterações no Capital Próprio da Companhia, nos exercícios de 2007 e 2006, são analisadas como segue:

	Capital	Reservas de Reavaliação	Resultados Transitados e Outras Reservas	Resultado Líquido do Exercício	Total Capital Próprio
Subscrição de capital	20 000 000	-	-	-	20 000 000
Prestações assessorias de capital	-	-	50 000 000	-	50 000 000
Dotação da reserva de reavaliação regulamentar	-	80 967	-	-	80 967
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1 029 204	1 029 204
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	20 000 000	80 967	50 000 000	1 029 204	71 110 171
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	102 920	(102 920)	-
Aplicação de resultados de 2006	-	-	926 284	(926 284)	-
Recuperação de valias	-	(80 967)	-	-	(80 967)
Prestações Suplementares	-	-	7 500 000	-	7 500 000
Distribuição de dividendos e resultados	-	-	(879 000)	-	(879 000)
Dividendos antecipados	-	-	(1 600 000)	-	(1 600 000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	4 388 331	4 388 331
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	20 000 000	-	56 050 204	4 388 331	80 438 535

A legislação portuguesa aplicável ao Sector Segurador exige que a reserva legal, que não é passível de distribuição, seja reforçada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Na sequência da deliberação do Conselho de Administração de 23 de Outubro de 2007, a Companhia distribuiu antecipadamente dividendos no montante de 1.600.000 euros.

45.2 // Saldos e transacções com empresas do Grupo

Em cumprimento do disposto no nº 4 do artigo 5º do D.L. 318/94 de 24 de Dezembro, em 31 de Dezembro de 2007, os saldos e transacções com empresas do Grupo são analisados como segue:

- O saldo registado na rubrica Devedores por outras operações – Empresas do Grupo é na sua totalidade relativo à Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

- Adicionalmente, no que respeita a saldos de balanço com empresas do Grupo, a Companhia tem registado o saldo de Depósitos à ordem no Banco Espírito Santo, S.A. no montante de 71.263.858 euros.

45.3 // Responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros ("CCT").

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2007	2006
Número de participantes Pessoal no Activo	3	2

De acordo com a política contabilística descrita em 3.h), a responsabilidade assumida pela Companhia para o pagamento de pensões de complemento de reforma em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como segue:

	euros	
	2007	2006
Responsabilidades contratuais por benefícios projectados	90 929	40 475
Coertura:		
Fundo de pensões	94 065	40 475
Excesso/ (Insuficiência) de cobertura	3 136	-

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	euros	
	2007	2006
Método actuarial	"Projected Unit Credit"	"Projected Unit Credit"
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Taxa de desconto	5,25%	4,75%
Taxa de crescimento salarial	3,5%	3%
Taxa de crescimento das pensões de pré-reforma	2,5%	0,75%
Taxa de rendimento do fundo	6%	5,8%

As avaliações actuariais das responsabilidades com complementos de reforma da Companhia são efectuadas anualmente, sendo a última efectuada com a data de referência de 31 de Dezembro de 2007.

45.4 // Análise da imputação de custos

Os custos imputados são analisados como segue:

	euros	
	2007	2006
Custos com pessoal	771 894	80 189
Fornecimentos e serviços externos	4 225 935	1 162 206
Impostos e taxas	36 043	13 267
Amortizações do exercício	2 344 071	1 385 052
Comissões	379 503	95 912
	7 757 446	2 736 626

Os custos por natureza foram imputados da seguinte forma:

	euros	
	2007	2006
Custos com sinistros	492 684	175 631
Custos de exploração		
Custos de aquisição	3 204 603	862 829
Custos administrativos	3 541 733	1 561 186
Custos com investimentos	518 426	136 980
	7 757 446	2 736 626

45.5 // Provisões matemáticas, participação nos resultados e resultados distribuídos

A Provisão matemática e a provisão para participação nos resultados da Companhia, desagrega-se por produto como segue:

Contratos de Seguros	Resultados Distribuídos em 2007	Participação nos Resultados Atribuída em 2007	Provisão Matemática 2007	Provisão Matemática 2006
PPR	710 286	710 286	153 394 112	150 429 552
Super PPR	80 343	80 343	61 367 446	52 301 302
PPR <i>Unit Linked</i>	-	-	29 021 449	14 844 159
Financeiros	82 115	82 115	54 246 507	56 301 403
Capitalização <i>Unit Linked</i>	-	-	4 018 610	1 557 653
PET	131 109	131 109	14 191 993	13 174 515
Risco	(221 789)	182 377	1 793 450	1 475 872
Mistos	6 497	6 497	46 979 080	47 373 514
Rendas	-	-	48 162 641	49 344 317
	788 561	1 192 727	413 175 288	386 802 287

45.6 // Fundo para dotações futuras

O Fundo para dotações futuras, no montante de 63 477 euros (2006: 35 396 euros), é relativo às mais-valias não realizadas provenientes da reavaliação da carteira, à data de balanço, a representar as provisões técnicas de seguros de vida com participação nos resultados, podendo ser utilizada para compensar menos-valias não realizadas, até ao saldo credor desta, conforme referido na nota 3 d).

Qualquer outra utilização do Fundo para dotações futuras só poderá ser efectuado de acordo com as seguintes condições, salvo se for obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal:

- apenas poderão ser retirados os montantes para efeitos do cálculo da participação nos resultados, e quando cada uma das subcontas do "Fundo para dotações futuras", não for antes dessa retirada, e não resultar após a mesma, inferior a 5% do valor dos respectivos dos investimentos que as representam;
- serão afectos a resultados, na conta técnica, os montantes quando o saldo de cada uma das subcontas do "Fundo para dotações futuras" for superior a 25% do valor dos respectivos dos investimentos que as representam;

Qualquer utilização do Fundo para dotações futuras é registada na rubrica "Utilização do fundo para dotações futuras".

45.7 // Acréscimos e diferimentos no activo

A rubrica Juros a receber corresponde à periodificação de juros dos títulos de rendimento fixo, calculados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período, bem como à periodificação dos juros dos restantes investimentos de acordo com a política contabilística definida na nota 3 deste anexo.

A rubrica Outros acréscimos e diferimentos inclui custos associados a produtos comercializados pela Companhia.

45.8 // Acréscimos e diferimentos no passivo

O saldo desta conta é analisado como segue:

	euros	
	2007	2006
Férias e subsídio de férias	79 151	24 369
Outros acréscimos e diferimentos	1 528 530	1 314 802
	1 607 681	1 339 171

A rubrica de Outros acréscimos e diferimentos inclui o montante de 631 633 euros (2006: 442 856 euros), relativo à especialização de custos com os serviços prestados pela BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A., bem como o

montante de 190 320 euros (2006: 276 485 euros) relativo ao encargo da Companhia com a gestão das carteiras de investimento a pagar ao Banco Espírito Santo, S.A.

Inclui também, os montantes de 185 157 euros (2006: 177 500 euros) e 103 500 euros (2006: 194 446 euros) relativos a incentivos à produção e custos de aquisição, a pagar à rede de agentes que assegura a distribuição dos produtos da Companhia.

45.9 // Activos e passivos adquiridos

Em 1 de Agosto de 2006, na sequência do processo de reestruturação do negócio segurador da ESFG - Espírito Santo Financial Group, a BES - Vida Companhia de Seguros, S.A., vendeu à T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. as posições contratuais que resultam dos contratos angariados através da rede de delegações e mediadores da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, pelo preço de 50 000 000 euros.

Neste contexto, foram transferidos para a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., todos os activos e passivos associados aos contratos transferidos, apurados ao seu justo valor à data de 31 de Julho de 2006.

Os activos e passivos transferidos, em 1 de Agosto de 2006, são analisados como segue:

euros

Activos	
Investimentos	40 437
Investimentos relativos a seguros de vida em que o risco é suportado pelo tomador do seguro	1 867 411
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 288 844
Devedores - Por operações de seguro directo	1 266 768
Imobilizado corpóreo	21 961
Numerário	385 744 908
Acréscimos e diferimentos	530 717
	390 761 046
Passivos	
Provisões técnicas de seguro directo	378 239 034
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco é suportado pelo tomador do seguro	11 951 149
Credores	
Por operações de seguro directo	112 745
Estado e outros entes públicos	14 579
Por outras operações	146 285
	273 609
Acréscimos e diferimentos	297 254
	390 761 046

Anexo 01

Inventário de Títulos e Participações Financeiras

euros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
1.1 - Nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
subtotal	0				0		0
1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo							
subtotal					0		0
1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo							
subtotal	0				0		0
1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas							
subtotal	0				0		0
1.1.5 - Obrigações de empresas associadas							
subtotal					0		0
1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas							
subtotal	0				0		0
subtotal	0				0		0
1.2 - Estrangeiras							
1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
subtotal	0				0		0
1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo							
subtotal					0		0
1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo							
subtotal	0				0		0
1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas							
subtotal	0				0		0
1.2.5 - Obrigações de empresas associadas							
subtotal					0		0
1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas							
subtotal	0				0		0
subtotal	0				0		0
total	0				0		0
2 - OUTROS TÍTULOS							
2.1 - Nacionais							
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
2.1.1.1 - De dívida pública							
subtotal					0		0
2.1.1.2 - De outros emissores públicos							
subtotal					0		0
2.1.1.3 - De outros emissores							
DEP. A PRAZO							
BES EURO RENDA 16/04/2013		1 660 000,00	93,26%		1 548 145		1 548 145
BES EURO RENDA 20/05/2013 - 1* S		1 753 000,00	92,14%		1 615 274		1 615 274
BESLEASING FACT SUBORD 22/10/14		520 000,00	100,00%		520 000		520 000
BESLEASING FACTORING 22/08/2012		662 850,00	100,00%		662 850		662 850
BESLEASING FACTORING 22/09/2014		253 600,00	100,00%		253 600		253 600
MONTPI 29/05/2013		2 250 000,00	99,83%		2 246 254		2 246 254
subtotal					31 846 123		31 846 123
subtotal					31 846 123		31 846 123
2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
2.1.2.1 - Ações							
BRISA (PRIVATIZ)	124 420			10,07	1 253 436	10,05	1 250 421
EDP	337 349			4,54	1 532 523	4,47	1 507 950
subtotal	461 769				2 785 959		2 758 371
2.1.2.2 - Títulos de participação							
subtotal	0				0		0
2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ES - ACÇÕES EUROPA	15 708			11,71	183 998	13,43	210 971
ES - CAPITALIZAÇÃO	23 266			9,27	215 646	9,51	221 172
ES - OBRIGAÇÕES EUROPA	181			9,45	1 706	9,68	1 748
GESTÃO ACTIVA FF	9 043			6,08	54 988	6,26	56 589
subtotal	48 197				456 339		490 480
2.1.2.4 - Outros							
subtotal	0				0		0
subtotal	509 966				3 242 297		3 248 851
total	509 966				35 088 420		35 094 974

euros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
						Unitário	Total
2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
2.2.2.1 - Acções							
BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA	73 000			18,01	1 314 959	16,76	1 223 480
DEUSTCHE BANK AG	20 000			106,06	2 121 110	89,40	1 788 000
EMPRESA NACIONAL ELECTRICIDAD SA	24 001			37,70	904 908	36,35	872 436
ENAGAS	49 727			20,84	1 036 295	19,99	994 043
REPSOL, YPF, S.A.	20 458			24,45	500 201	24,38	498 766
ROVI - LABORATORIOS FARMACEUTICOS	12 495			9,90	123 709	10,75	134 321
SOLARIA	14 012			21,19	296 908	21,48	300 978
TEC.REUNIDAS	5 475			43,17	236 343	43,78	239 696
subtotal	219 168				6 534 432		6 051 720
2.2.2.2 - Títulos de participação							
subtotal	0				0		0
2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DB EONIA	24 630			132,51	3 263 656	132,33	3 259 288
DJ EST50 MSE	95 580			44,44	4 247 648	44,06	4 211 255
EB.REXX GOVT GERMANY 1.5-2.5	20 760			99,62	2 068 097	99,34	2 062 298
FIDELITY TARGET 2015 ACÇÕES	136 376			11,13	1 518 158	10,83	1 476 950
FIDELITY TARGET 2020 ACÇÕES	63 859			11,59	739 801	11,27	719 685
FIDELITY TARGET 2025 ACÇÕES	25 995			11,75	305 502	11,38	295 820
FIDELITY TARGET 2030 ACÇÕES	21 475			11,82	253 883	11,38	244 383
FIDELITY TARGET 2035 ACÇÕES	5 737			24,37	139 795	23,36	134 018
FIDELITY TARGET 2040 ACÇÕES	6 151			24,20	148 828	23,30	143 316
FINANCIAL SELECT	31 400			20,42	641 185	19,74	619 731
GLOBAL TAA 300 FUND	250 000			100,00	25 000 479	101,84	25 460 000
ISHARES LEHM	15 310			55,87	855 353	56,07	858 459
POWERSHARES QQQ NASDAQ 100	27 979			35,35	988 941	34,94	977 681
STENHAM BERLIN RESIDENCIAL FUND	3 000 000			1,00	3 000 285	1,00	3 000 000
subtotal	3 725 251				43 171 611		43 462 884
2.2.2.4 - Outros							
subtotal	0				0		0
subtotal	3 944 419				49 706 042		49 514 604
total	3 944 419				320 836 024		319 765 767
3 - TOTAL GERAL	4 454 385				355 924 444		354 860 741

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 // Examinei as demonstrações financeiras da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 509 845 480 euros e um total de capital próprio de 80 438 535 euros, incluindo um resultado líquido de 4 388 331 euros), a Conta de ganhos e perdas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

Responsabilidades

2 // É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 // A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 // O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 // O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 // Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião

7 // Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentaram de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

8 // É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 11 de Março de 2008

José Manuel Macedo Pereira

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Ao Accionista da

T-Vida, Companhia de Seguros, SA

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-me, na qualidade de Fiscal Único de T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., apresentar o Relatório da minha acção fiscalizadora, bem como dar Parecer sobre o Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras e proposta de aplicação dos resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

A T-Vida, Companhia de Seguros, S.A., Seguradora do Grupo Espírito Santo, constituída a 28 de Julho de 2006, iniciou a sua actividade no Ramo Vida, em 1 de Agosto de 2006, pelo que para efeitos comparativos das demonstrações financeiras, os valores não são directamente comparáveis.

No seu primeiro ano de actividade completo, a T-Vida apresentou um volume de prémios de 78 001 milhares de euros. Este valor representaria uma variação positiva de 13,0% quando comparado com uma estimativa anualizada da produção no exercício anterior.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e ascenderam a 412 824 milhares de euros o que representa uma variação positiva de 6,7% face ao ano anterior.

No desempenho das minhas funções, acompanhei a actividade da Empresa através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração e de diversa informação recolhida junto dos serviços competentes.

Procedi à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano, efectuando as análises julgadas convenientes.

Comprovei a adequação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados.

Após o encerramento das contas apreciei o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que sintetiza a actividade desenvolvida neste exercício, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Conta de ganhos e perdas e a Demonstração dos fluxos de caixa e o respectivo Anexo.

Verifiquei a observância da Lei e do contrato de sociedade.

Procedi aos trabalhos de revisão legal de contas da sociedade, tendo emitido a Certificação Legal das Contas assim como o Relatório Anual sobre a fiscalização efectuada.

Parecer

Em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em consideração os documentos referidos no parágrafo anterior, sou de Parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007;
- b) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 11 de Março de 2008

O Fiscal Único

José Manuel Macedo Pereira



Companhia de Seguros Tranquilidade , SA

Sede Social: Av. da Liberdade, 242 – 1250-149 Lisboa – Portugal

Capital Social: 135 000 000 euros . Mat. Cons. Reg. Com. Lisboa nº 640 . NIPC 500940231

T- Vida, Companhia de Seguros, SA

Sede Social: Av. da Liberdade, 242 – 1250-149 Lisboa – Portugal

Capital Social: 20 000 000 euros . Registo C.R.C de Lisboa e NIPC 507684486